



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEDU

FABIO FERRARESE

**A INFLUÊNCIA DE UMA OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS DINÂMICAS DE UM
COLEGIADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2026

FABIO FERRARESE

A INFLUÊNCIA DE UMA OFICINA DE CONSTRUÇÃO DE INDICADORES DE
POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS DINÂMICAS DE UM
COLEGIADO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Fonseca de Andrade

Rio de Janeiro

2026

RESUMO

Esta pesquisa situa-se em momento de mudanças socioambientais. As mudanças climáticas impactarão todo o mundo, em medidas maiores ou menores, nos próximos anos. Bilhões de pessoas estão expostas à vulnerabilidade, e as sociedades deverão responder a estes impactos. Acreditando que a Educação Ambiental deve ser parte desta resposta, por seu caráter dialógico, múltiplo, diverso, engajador e crítico, nos propusemos a investigar a participação social na construção de políticas públicas de Educação Ambiental. Este trabalho acompanhou uma oficina do projeto MonitoraEA-CIEA', que propõe a construção de indicadores para políticas públicas de educação ambiental, a partir de oficinas ministradas para membros das Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs). Também foi acompanhada a dinâmica da CIEA do Rio de Janeiro (GIEA). Partindo disto, nossos objetivos foram: 1)Relacionar os objetivos e metodologias da oficina com as dinâmicas do GIEA; e 2) relacionar os objetivos e expectativas da oficina, com suas metodologias. A oficina propôs, através de metodologias dialógicas, um processo formativo, além de levantar subsídios para a construção dos indicadores. No GIEA, a partir da oficina, houve engajamento de alguns membros e mobilização para construção de uma Conferência de Educação Ambiental. Foi percebida também uma intenção autoavaliativa do coletivo.

Palavras Chave: Educação Ambiental; Processo dialógico; Colegiado; Políticas Públicas; Participação Social.

SUMÁRIO

Dedicatória	6
Agradecimentos	7
Apresentação: Minha trajetória e formação	9
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 A questão ambiental e a Educação Ambiental na política	15
1.2 As vertentes da Educação Ambiental	17
1.3 As Mudanças Climáticas e a Educação Ambiental	21
1.4 Participação social nas Políticas Públicas	27
1.5 A PNEA e a gestão de Educação Ambiental policêntrica	33
1.6 O sistema MonitoraEA	37
1.7 O projeto MonitoraEA-CIEA	38
2 OBJETIVOS	40
2.1 Motivações e objetivos pessoais	40
2.2 Objetivo geral da pesquisa	41
2.3 Objetivos específicos da pesquisa	41
3 METODOLOGIA	43
3.1 Campo de pesquisa	44
3.1.1 Oficina MonitoraEA-CIEA	44
3.1.2 Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro - GIEA/RJ	49
3.2 Técnicas de geração de dados	50
3.2.1 Entrevista	51
3.2.2 Análise de documentos	51
3.2.3 Narrativa	52
3.3 Análise de dados	53
3.3.1 Análise Fenomenológica Interpretativa	53
3.4 Utilização de ferramentas de Inteligência Artificial	55
4 RESULTADOS	56
4.1 Resultados encontrados nos documentos e entrevistas	56
4.1.1 Compromissos institucionais do projeto	57
4.1.2 Expectativas das coordenadoras	59
4.1.3 Percurso metodológico	60
4.1.4 Escolha pelas CIEAs	65
4.1.5 Fundamentação do diálogo	66
4.1.6 Contexto do GIEA/RJ	68
4.1.7 Dificuldades do GIEA/RJ	70
4.1.8 Sentidos atribuídos à oficina no GIEA/RJ	75
4.2 A oficina - objetivos, metodologias e expectativas	78
4.2.1 As escolhas pelas CIEAs e pela metodologia dialógica	80
4.3 O GIEA/RJ	81

4.3.1 O sentido atribuído à oficina	82
4.4 Respondendo ao objetivo 1	83
4.5 Respondendo ao objetivo 2	86
5 DISCUSSÃO	90
5.1 Formação política dos colegiados	91
5.2 Processos participativos e dialógicos	94
5.3 A vulnerabilidade dos colegiados	97
6 CONCLUSÃO	100
6.1 Fundamentação da pesquisa	100
6.2 Objetivos e metodologia	100
6.3 Resultados e conclusão	101
6.4 Minha travessia pelo mestrado	103
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
8 ANEXOS	116
8.1 Anexo 1	116
8.2 Anexo 2	123
8.3 Anexo 3	124
8.4 Anexo 4	125
8.5 Anexo 5	128
8.6 Anexo 6	131
8.7 Anexo 7	139
8.8 Anexo 8	149
8.9 Anexo 9	154
8.10 Anexo 10	164

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa aos meus filhos, que tanto me ensinam e que me enchem de esperança e disposição para colaborar na construção de sociedades mais justas, dignas e empáticas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Daniel Fonseca de Andrade, que aceitou minha pesquisa, que me confiou a representação do LAPEAr no Projeto MonitoraEA-CIEA, me deu confiança, compartilhou seus conhecimentos e vivências, e tolerou meus diversos adiamentos de prazos ao longo da pesquisa.

Agradeço à minha família, que me deu suporte nessa travessia. Minha esposa, que aguentou meu diversos compromissos, minhas horas na frente do computador, e ainda escutou grandes discursos sobre minha pesquisa, sobre temas que não interessam a ela. Meus filhos, que me inspiram e me mostram um mundo novo (para mim) através dos seus olhos. Aos meus pais, irmãos, avós, tios, etc (os que se foram e os que ainda estão por aqui) que fazem de mim quem eu sou. Carrego parte de todos em mim.

Agradeço a todas as colegas de LAPEAr, que acolhem e ensinam, compartilham e instigam. Não teria conseguido chegar até aqui sem elas.

Agradeço à equipe do projeto MonitoraEA-CIEA, que me recebeu, que confiou em mim, e que respondeu às minhas demandas. Que proporcionou oficinas em todos os estados, promovendo a educação ambiental e a participação social nas políticas públicas. São uma inspiração para mim.

Agradeço ao GIEA/RJ e a todos os seus membros, que me convidaram e deram espaço, e me ensinam o fazer político todos os dias.

Agradeço a todos os colegas de PPGEdu, tanto professores quanto alunos. Todos colaboraram à sua maneira. Mas principalmente o amigo Luiz Cláudio, que compartilhou conversas intermináveis, angústias, sonhos, experiências e cervejas.

Agradeço à UNIRIO e à educação pública gratuita do Brasil, que apesar dos percalços e falta de investimentos, consegue promover educação e pesquisa nesse país.

“Não tenho dúvida de que a confluência é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluncia, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia.”
(SANTOS, 2023)

APRESENTAÇÃO: MINHA TRAJETÓRIA E FORMAÇÃO

Minha primeira experiência formativa, seja profissional e/ou acadêmica relevante, de que me lembro, foi no teatro. Aos doze anos decidi, junto com dois amigos, começar as aulas que minha escola oferecia de forma gratuita. De início era apenas uma brincadeira, porém com o tempo fui me apaixonando, e já no ensino médio, estava absolutamente imerso nas atividades.

À época eu não percebi que estava me formando, tanto profissionalmente, quanto academicamente. Estava treinando habilidades e capacidades individuais e coletivas, estudando meu corpo, minhas emoções, literatura, história, comunicação, e o que mais tarde venho a reencontrar, já no fim da minha graduação, o fazer coletivo.

Para mim era natural e orgânico fazer teatro. Me dedicava e me esforçava sem perceber. Sempre foi fácil, pois estava fazendo o que amava, estava onde eu queria estar, e nada mais importava. Ali fiz amigos que levo para a vida, e que colaboraram para minha formação, já que debatíamos e aprendíamos uns com os outros, e assim as peças teatrais eram construídas coletivamente.

Saindo da escola, já não havia dúvidas de que o Teatro seria meu caminho, e ingressei na faculdade de Artes Dramáticas, onde encontrei mais pessoas que, como eu, passavam o dia pensando, vivendo e respirando o fazer teatral. As aulas acabavam, mas os debates eram intermináveis. E não apenas sobre Teatro, mas sobre diversos temas que o cercam, como filosofia, sociologia, história, geografia, política, antropologia, literatura, música, entre outros tantos campos. Não se faz arte apenas nas técnicas da área específica. Fazer arte é um ato político-cultural, é preciso estar atento à vida, ao redor, às pessoas, e trocar experiências.

E foi ali que conheci minha esposa. Nos conhecemos neste ambiente de faculdade, fervilhando de vontades de produzir arte, e nos apaixonamos. Pouco tempo depois, ela engravidou, de gêmeos, e decidimos que embarcaríamos nesta aventura que é ter filhos. Durante a gravidez, ainda cursamos o 4º período de faculdade, entretanto trancamos para podermos nos dedicar a ganhar dinheiro e cuidar dos bebês que estavam por vir. Éramos muito novos, eu com 21 e ela com 23 anos. Incertezas e angústias nos cercavam. Será que vamos conseguir cuidar deles? Será que vamos conseguir criar uma vida juntos? Será que nossas vidas acabaram? E o Teatro, será que conseguiremos continuar fazendo?

Quando eles nasceram, em 2008, nos mudamos para Macaé, para contar com o apoio da minha sogra e da minha cunhada, o que foi fundamental. A paternidade abriu um novo mundo para mim. As crianças me ensinaram a aprender, a descobrir a vida com paixão e curiosidade. Me ensinaram que a vida é muito menos do que eu imaginava, e que isso faz dela muito mais valiosa.

No ano de 2009, consegui um emprego de professor de Teatro em uma escola particular de Macaé, na grade de artes, para turmas do 6º ao 8º ano do ensino fundamental. Apesar de conhecer bastante sobre aulas de Teatro, não tinha experiência com essa rotina escolar. Sempre foram aulas extracurriculares, com uma dinâmica voltada para os que queriam estar ali. Quando me deparei com turmas enormes, onde grande parte dos alunos não tinham interesse em Teatro, tive grandes dificuldades. Como cativar e desenvolver o que eu imaginava ser importante, se os alunos não envolviam nas práticas? Fui experimentando, abrindo mão de algumas convicções, fazendo concessões, e aprendendo muito sobre como elaborar planos de aulas. Mas foi tudo muito intuitivamente, sem grandes referências e conceitos.

Terminei o ano buscando outras escolas, para conseguir manter uma família, sem ter que abandonar o Teatro. Apesar de estar um pouco insatisfeito com a rotina de sala de aula, acreditava que seria possível criar um planejamento de forma mais satisfatória e leve para o ano seguinte. Entretanto, decidimos voltar ao Rio de Janeiro, na tentativa de reativar nossas vidas no fazer teatral. Queríamos voltar a fazer Teatro, a criar arte. Foram dois ou três anos com muitas dificuldades de conseguir se estabelecer na área, até que desisti de fazer Teatro de forma profissional. Pedi emprego na agência de viagens da minha família, o que me daria uma renda fixa mensal, e daria tranquilidade para a família. O salário não era muito bom, mas as famílias (minha e da minha esposa) sempre deram suporte para completarmos o que faltava.

Ainda fiz Teatro nos tempos vagos, de forma amadora, mas sem conseguir me dedicar 100%. E isso foi me frustrando, até que decidi largar o Teatro (sem nenhuma convicção). O medo de ficar sem chão, deprimido, era grande. Era como um adicto largando seu vício. Não sabia como seria. Eu e o Teatro, até então, éramos como uma coisa só. Não me reconhecia fora dali. E desta forma larguei,

sempre reafirmando que não queria mais voltar, que não sentia falta (era mentira, mas eu o fazia para tentar me convencer).

Assim fui levando a 'nova vida', de agente de viagens, sentado 8 horas por dia em uma cadeira de escritório, em frente ao computador. Na hora do almoço dava umas escapulidas para algum sebo, livraria ou museu, em busca de um sopro de arte. Contudo, não era suficiente. Foi então que decidi que precisava voltar para faculdade, em um novo curso.

Em 2014 fiz o Enem, e estava decidido a cursar algo bem técnico, de exatas, para me afastar de vez do Teatro. Na minha cabeça, precisava ser algo que eu fizesse e quando batesse o ponto, pudesse esquecer, sem levar trabalho para casa. Outros fatores que balisavam minha escolha eram horário (deveria ser a noite, pois eu trabalhava de dia) e localidade (tinha que ser entre o trabalho e a casa, pois eu não acreditava ter energia para ir mais longe). Minhas escolhas ficaram entre a UFRJ do centro, ou da praia vermelha, e a UNIRIO.

Antes de sair a nota do ENEM, e abrir o Sisu, eu já vasculhava quais seriam as melhores opções para mim. O sonho se tornou Engenharia de Produção na Unirio, porém, não obtive nota suficiente para ingressar neste curso. Com minha nota, as opções se restringiram à Ciências Ambientais, Ciências da Natureza, e Filosofia (a qual meu coração clamava, mas meu cérebro rejeitou - "você vai acabar virando professor de Filosofia de ensino médio").

Depois de olhar a grade de ambas as Ciências, acabei optando pelas Ambientais. Ela me pareceu um pouco menos focada em biologia (que eu nunca gostei durante meu ensino médio) e um pouco mais na relação do ser humano com o ambiente.

A escolha me trouxe boas memórias dos tempos que eu acampava com meus pais e meus irmãos, com alguns amigos também, ainda com dez, onze e doze anos. Frequentávamos o Camping Clube do Brasil da Serrinha do Alambari, que fica entre dois rios, e possui acesso a diversos pontos de banho, e algumas cachoeiras. Ali passávamos (as crianças) o dia soltos, para cima e para baixo, experimentando a liberdade e experienciando a natureza. Assim acreditei que foi uma boa escolha cursar Ciências Ambientais, porque eu amo a natureza.

Na faculdade, aos poucos fui compreendendo que o termo ambiental vai muito além da natureza, e que o campo das Ciências Ambientais era amplo. Eu

tinha um novo universo para vasculhar. As primeiras disciplinas que me encantaram eram as mais relacionadas com ecologia, e as mais associadas ao social (que são pouquíssimas). Eu já olhava na grade com ansiedade para cursar Educação Ambiental e Cidadania, já que educação era um tema que me interessava desde que meus filhos começaram a frequentar suas vidas escolares.

A disciplina superou as expectativas, pois ali, pela primeira vez tive contato com metodologias que estimulavam o diálogo, os debates, que me valorizavam enquanto indivíduo. Ali, como ocorria na faculdade de Artes Dramáticas, as aulas não se encerravam com fim da aula, mas se estendiam pelo jardim da faculdade, em conversas e discussões entre alguns alunos sobre os temas. Aquilo me ativou memórias e me fez começar a refletir sobre o porquê de não termos mais disciplinas que valorizem isso. Ao término do semestre, tive meu primeiro impulso de participar de um laboratório de pesquisa, o Laboratório de Ações e Pesquisas em Educação Ambiental (LAPEAR), que o professor Daniel Fonseca de Andrade, hoje meu orientador, coordena. Naquele momento não pude me envolver, já que as reuniões ocorriam no período da tarde, e eu trabalhava nesse horário.

Já na pandemia, tive contato com a segunda disciplina que me encantou durante minha graduação, Desenvolvimento Sustentável, ministrada pela professora Michelle Sampaio. Mesmo sendo *online*, contava com metodologias dialógicas, e propunha que nós, alunos, monitores e docente, criássemos um projeto socioambiental coletivo. Seria tudo decidido e produzido em conjunto. Os encontros eram divididos em momentos expositivos, com conteúdo programático, e momentos de conversas para alinhar os detalhes do projeto. A professora teve todo o cuidado de nos receber com afeto, mostrando que éramos importantes ali, com nossas individualidades, nossos saberes específicos, e isso foi extremamente importante, pois estávamos isolados em nossas casas.

Nossa turma decidiu produzir um *podcast*, com três episódios, de entrevistas sobre questões associadas ao meio ambiente, chamado Estourando a Bolha do que Importa. Foi muito estimulante se sentir útil, poder exercitar o cérebro e produzir algo coletivamente. Com o fim do semestre me voluntariei para ser monitor da disciplina e passei a fazer parte do Laboratório de Ações Sustentáveis (Laços), coordenado pela professora Michelle. A esta altura tive disponibilidade para frequentar as reuniões, já

que estava de *home-office*, e a agência na qual eu trabalhava não tinha muitas demandas durante a pandemia.

No Laços, já terminando minha trajetória no curso, faltando quatro semestres para finalizar a graduação, finalmente me senti, de fato, cursando ciências ambientais. Percebi que estava estudando, me aprofundando, compartilhando saberes que me capacitaram para ser um bom profissional na área ambiental. Comecei a pesquisar mais sobre diálogo, metodologias participativas e construção de projetos socioambientais de forma coletiva e colaborativa. O trabalho de conclusão de curso (TCC) foi bem proveitoso neste sentido, já que me coloquei como um agente ativo da minha formação, onde pude escolher o foco que eu teria na minha caminhada profissional. Assim concluí a graduação em 2022, cheio de esperança na minha nova caminhada profissional.

As portas não se abriram para mim como esperava, e a ansiedade foi tomando conta de mim. Eu ansiava por colocar em prática tudo o que eu vinha estudando e me aprofundando. Então, como diz a personagem ‘Dory’ de ‘Procurando Nemo’, “continue a nadar, continue a nadar”. Esse se tornou o meu lema. Eu não podia esperar parado, pois um corpo em repouso tende a permanecer em repouso, e a energia gasta para retirar um corpo em repouso é muito maior do que para se manter em movimento. Com minhas boas recordações do TCC, decidi que deveria tentar um mestrado. Comecei a procurar as opções que poderiam se aproximar do meu campo de estudo, até que encontrei o professor Daniel (meu atual orientador) no curso de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação, na Unirio. Na sua descrição no site do programa, dizia para os interessados em ingressarem no curso entrarem em contato com ele o quanto antes. Assim segui as orientações e fui procurá-lo. Eu já tinha o contato dele, pois fora da minha banca do TCC.

Marcamos um encontro em uma aula de Educação Ambiental e Cidadania, que ele ministrava. Ali coloquei minha vontade de continuar minha pesquisa sobre diálogo, e a disciplina por ele ministrada poderia ser um interessante campo para isso. O Daniel, então, me informou que ele também estava no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), que teria mais conexão com este meu campo de pesquisa. Desta forma ingressei no LAPEAr e passei a acompanhar a disciplina como ouvinte. Lívia Campos, colega de laboratório, me recebeu com muita generosidade à época, compartilhando um pouco de sua caminhada para ingressar

no mestrado, e sobre as metodologias utilizadas em sua pesquisa, que também era sobre diálogo na disciplina de Educação Ambiental e Cidadania.

Com o tempo, fui buscando referências e mantendo o diálogo com o meu futuro orientador, a fim de estreitar o campo de pesquisa. Até que um certo dia o Daniel me fez uma proposta. Ele fora convidado para participar de um projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) com a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Nacional (ANPPEA), onde seriam ministradas oficinas para a criação de indicadores de Capacidade Adaptativa nas Políticas Públicas de Educação Ambiental (PPEA) junto às Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs). Consequentemente, ele queria saber se eu me interessava em alterar um pouco o objeto da minha pesquisa, para fazê-la dentro deste projeto. Eu não sabia o que significava o termo Capacidade Adaptativa, não fazia ideia do que eram as CIEAs, e tinha muito pouco aprofundamento em Políticas Públicas. Entretanto enxerguei ali uma chance enorme de ampliar meu campo de conhecimento e de fazer contatos profissionais.

Com o tempo fui me aprofundando nos temas, fui inserido no projeto, onde todos me receberam generosamente, se disponibilizando a colaborar com minha pesquisa. Me senti muito valorizado e desafiado para estar à altura do projeto.

Com o apoio do Daniel e de todos do LAPEAr, elaborei meu projeto de pesquisa e consegui ser aprovado para cursar o mestrado. É desta forma que chego nesta pesquisa, que iniciou antes de eu ser aprovado no curso, e graças a ajuda, colaboração e generosidade de muitas pessoas. Apesar da pesquisa ser individual, não seria possível, para mim, fazê-la sozinho.

1 INTRODUÇÃO

1.1 A QUESTÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA POLÍTICA

A partir da década de 1960, uma diversidade de atores da comunidade científica ao redor do mundo passou a compartilhar visões, debatendo e denunciando os problemas ambientais associados à visão desenvolvimentista e à industrialização (RAYMUNDO e BRANCO, 2022). Este movimento mundial conseguiu ‘furar a bolha’ acadêmica e se inserir no imaginário da sociedade, instigando a formação de movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), partidos políticos e ganhando cobertura midiática (PÁDUA, 2005).

Influenciada por este movimento, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a I Conferência sobre Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, mesmo ano em que houve a divulgação do relatório ‘Os Limites do Crescimento’, pelo Clube de Roma (ACUÑA, 2009). Nesta primeira Conferência, diversos países do, à época, chamado ‘terceiro mundo’, adotaram uma postura de resistência à questão ambiental, alegando ter como prioridade o desenvolvimento econômico. Para eles, a questão de conservação ambiental era utilizada como uma ferramenta pelos países industrializados para impedi-los de se desenvolverem (ALVES, 2014). Apesar disso, nessa Conferência houve o reconhecimento da Educação Ambiental (EA) como uma das estratégias para o enfrentamento à crise ambiental (RAYMUNDO e BRANCO, 2022). Já o relatório do Clube de Roma trazia uma previsão de escassez caso o aumento populacional se mantivesse crescendo exponencialmente. Prevvia-se que os recursos naturais não acompanhariam o tamanho da população por conta de limites planetários. Ainda que seja polêmico, por não contestar relações políticas e de produção capitalista, ele traz consigo uma preocupação com um limite planetário de suporte ao consumo da população (BUTLER, 2017).

No Brasil, este movimento de inclusão das questões ambientais na política resultou na criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973, e também de normativas instigando a inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares (RAYMUNDO e BRANCO, 2022). A criação da SEMA ocorreu durante o regime ditatorial e logo após uma postura de desprezo às preocupações ambientais em Estocolmo. A principal preocupação seria uma retratação frente a organismos internacionais. Apesar da criação da secretaria, não houve provimento de estrutura

nem de financiamento, gerando uma medida meramente simbólica. Para se ter uma idéia, seu quadro técnico se resumia a apenas três funcionários. Apesar destas condições, a SEMA conseguiu encaminhar a criação de diversas Unidades de Conservação. Assim, o caráter do órgão teve caráter conservacionista, sem abarcar questões sociais (ALVES, 2014).

A EA, neste período, era múltipla, com colaboração e aporte de conteúdo e de metodologias diversas (PALMER, 1998). Assim, em 1975, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) promoveu um Encontro Internacional de Educação Ambiental, onde foi formulada a ‘Carta de Belgrado’, a qual estabeleceu uma filosofia geral para o campo da EA. Em seguida, em 1977, em Tbilisi, na Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, também organizada pela UNESCO, foram definidos objetivos e princípios globais para a EA (STERLING, 1992).

Nacionalmente, houve a criação da Política Nacional de Meio Ambiente, em 1981 (BRASIL, 1981), na qual a EA é citada nos princípios da lei, determinando que deve-se garanti-la em todos os níveis de ensino e de educação comunitária. Prosseguindo, a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) insere a Educação Ambiental em seus princípios, tornando-a um direito de todos os cidadãos. A democratização do Brasil colaborou com a introdução da EA na agenda política, já que esta converge com valores democráticos como a dignidade humana, a cidadania, a liberdade de expressão, e o reconhecimento e empoderamento das diversidades (RAYMUNDO e BRANCO, 2022).

Em 1992, o Rio de Janeiro abrigou o Fórum Global (Rio-92), e em paralelo a isto, em um dos eventos organizados pela sociedade civil fora da pauta oficial, a ‘Cúpula dos Povos’, foi elaborado o ‘Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global’ (1992). Este enfatiza aspectos éticos e sociais a serem abordados na EA, para além dos ecológicos. O Tratado também evidencia o caráter crítico em relação aos aspectos políticos, sociais e históricos da crise ambiental e civilizatória. Para além dos princípios teórico-metodológicos, o tratado propõe o fortalecimento de Redes de Educação Ambiental. No Brasil, articula-se a Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea) (RAYMUNDO, BRANCO e BIASOLI, 2018).

Em decorrência desta conjuntura, em 1999 foi sancionada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999), definindo princípios e objetivos, e sua diversidade de atores envolvidos na capilarização e territorialização da EA. Ou seja, fica estabelecida a condição policêntrica de sua institucionalização, com incumbências ao poder público, à sociedade civil, às instituições de educação, empresas, às redes e ao terceiro setor (RAYMUNDO e BRANCO, 2022). Com a finalidade de traçar estratégias para executar a PNEA, em 2003 é elaborado o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), formulado de forma participativa em diálogo com a sociedade civil, com as Redes de EA, e embasado no Tratado de Educação Ambiental (RAYMUNDO, BRANCO e BIASOLI, 2018).

1.2 AS VERTENTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental se mostra um campo de convergências, divergências, entendimentos diferentes e diversos, que geram complexificação, enriquecimento, e em alguns casos, disputas internas, com diferentes promotores de interesses, valores e éticas múltiplas, buscando influenciar seu fazer e sua institucionalização enquanto política pública. Assim podemos perceber a evolução das EAs ao longo do tempo, buscando responder às necessidades e anseios das sociedades nas quais estão inseridas (ANDRADE, 2024; LAYRARGUES, 2014).

Segundo Sterling, (1992), o surgimento do termo educação ambiental, na Grã Bretanha, que estimulou o movimento mundial em torno do tema, derivou da educação rural, que buscava a conservação do campo. A EA revelava-se, assim, associada à conservação ambiental, mais conectada com o campo da ecologia. Todavia, já em sua concepção, havia divergências sobre este predomínio científico, com estudiosos sugerindo que as problemáticas rurais iam além da conservação da natureza. Carvalho (2004) ressalta que a questão ambiental é afirmada enquanto problema público, primeiramente, pelos movimentos ecológicos, e por isso há esta relação inicial entre a EA e a ecologia. Entretanto, ao difundir-se ao redor do mundo, foi assimilando e associando-se com outros campos.

No Brasil, além das ciências, artes e política, entre outros campos, influenciaram a EA (REIGOTA, 1998). Nosso país possui uma diversidade cultural grande, uma ampla dimensão e múltiplos biomas, cada qual com suas questões específicas. Desta forma, a Educação Ambiental brasileira evoluiu de forma

complexa e diversa, tanto que na década de 1990 já se admitia a existência de educações ambientais (no plural), dificultando a distinção do termo (CARVALHO, 1998).

Para Reigota (2007), a EA surge no Brasil dentro do movimento de contestação ao regime militar. Todavia, não encontra muita reverberação, já que os anseios por uma mudança de regime político eram maiores do que desenvolvimento da Educação Ambiental. Após a abertura política, ela foi encontrando espaço em diferentes campos, como ecologia, ciências biológicas, como caminhos mais óbvios, porém também em áreas menos óbvias como psicologia, saúde, artes, direitos humanos, entre outros. Contudo, as maiores referências vieram do âmbito da educação, com teorias de Paulo Freire, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira (REIGOTA, 2007).

Alguns pesquisadores se debruçaram sobre esta diversidade com a finalidade de distinguir correntes existentes e desvelar sua evolução. Nos anos 1970, Arthur Lucas (1979) categorizou a EA mundial entre três tipologias, as educações ‘sobre’, ‘para’ (a preservação do) e ‘no’ ambiente. A educação ‘sobre o ambiente’ seria mais conteudista, ligada à ecologia, ensinando os processos naturais do ambiente. A educação ‘para o ambiente’ é focada na preservação ambiental, educando sobre a problemática ambiental e ações que possam mitigá-la. Já a educação ‘no ambiente’ refere-se à metodologias de sensibilização, diretamente na natureza. Ele acrescenta que mais de uma pode ser utilizada ao mesmo tempo, e que elas não se anulam.

Marcos Sorrentino (1998) propõe a existência de quatro grandes correntes de EA no Brasil, sendo elas: (1) conservacionista; (2) educação ao ar livre; (3) gestão ambiental; e (4) economia ecológica. A conservacionista centra-se na divulgação e reflexão sobre a degradação ambiental, suas causas e consequências. A educação ao ar livre associa-se à práticas esportivas e de lazer, propondo dinâmicas de grupo e estímulo ao autoconhecimento. A corrente de gestão ambiental possui raízes nos movimentos sociais de resistência à regimes autoritários, reivindicando a participação social na administração de espaços públicos e na construção de políticas públicas. Por fim, a economia ecológica está associada a duas vertentes, de desenvolvimento sustentável, difundida por empresário, governantes e ONGs, e a de sociedades sustentáveis, fortalecida por aqueles que fazem oposição ao modelo de desenvolvimento vigente no mundo ocidental.

Outra pesquisadora que se propôs a categorizar diferentes fazeres de educação ambiental foi Sauv  (2005). Em sua proposta, são destacadas 15 correntes, sete de longa tradição (naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sist mica, científica, humanista, e moral  tica), e oito mais recentes (holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da eco-educação, e da sustentabilidade). Muito resumidamente, podemos defini-las da seguinte forma:

- naturalista- centrada na relação com a natureza;
- conservacionista/recursista- foca na conservação dos recursos ambientais quantitativamente e qualitativamente;
- resolutiva- trata da capacitação para a resolução dos problemas ambientais;
- sist mica- compreende o ambiente como um sistema e destaca suas relações internas;
- científica- busca a compreensão do meio ambiente e sua problemática através de hipóteses e da relação entre causa e efeito;
- humanista- trata da relação da sociedade com a natureza, através da cultura;
- moral  tica- convida   adoção de uma relação  tica para/com a natureza;
- holística- aborda a complexidade das relações ambientais e suas múltiplas dimensões. Faz uma crítica ao enfoque analítico racional.
- biorregionalista- centra-se no local onde   proposta e no pertencimento territorial;
- prática- propõe o aprendizado na e pela ação. Primeiro age e depois reflete;
- crítica- é influenciada pela teoria crítica, oriunda das ciências sociais;
- feminista- associa as relações de poder de g nero com as relações de poder para/com a natureza;
- etnográfica- enfatiza o caráter cultural da relação com o ambiente. Para isso, busca outras pedagogias, associadas às diferentes culturas;
- da eco-educação- foca-se na perspectiva pedagógica da relação com o ambiente;

- da sustentabilidade- baliza-se na ideia de desenvolvimento sustentável.

Mais recentemente, Layrargues e Lima (2014) sugerem uma outra organização de correntes dentro da EA brasileira. Para os autores, de início, a EA teria surgido com caráter conservacionista, associada às ciências e à ecologia. Uma visão focada na natureza, ensinando sobre, e criando afetos com ela. Por não contestar politicamente o modelo social e econômico vigente, causador da crise ambiental, teria sido aceita e estimulada pelas elites político-econômicas. Com a evolução, surgem duas novas vertentes: pragmática e crítica. A pragmática manteria a visão individualista e comportamentalista, focada no conteúdo a ser transmitido, comum na corrente conservacionista, mas com novos aspectos, neoliberais, ligados ao 'desenvolvimento sustentável'. A outra vertente, crítica, surgiria no momento de abertura política, trazendo consigo valores sociopolíticos desejados pela população, como crítica às desigualdades, às relações de poder, e ao modelo de desenvolvimento, tido como principal causador dos problemas ambientais.

Já Andrade (2024) amplia o olhar, identificando dois movimentos epistêmicos mais recentes (do que 2014) no campo da EA. O primeiro, que deriva da vertente crítica, entretanto a superando, se autodenomina pós-crítico. Carrega consigo a compreensão de que os sujeitos e suas subjetividades fazem parte, também, das relações de poder, e não apenas os fatores econômicos e de classes. O segundo reivindica uma virada epistêmica com enfoque sobre a ontologia como lugar de disputa, sinalizando o caráter colonial do antropocentrismo. É, portanto, decolonial, e busca referencial teórico fora do norte global. Dá destaque a outras epistemologias, mais biocêntricas, com novas concepções de habitar a Terra, mais comunitária, cotidiana, diversa e plural. O autor, no entanto, pondera em seu texto sobre o valor atual das tipologias da EA, alertando sobre a confusão que é feita entre as definições das categorias, e a realidade.

Com as questões ambientais voltadas para as Mudanças Climáticas, a sociedade ocidental deverá apresentar respostas a este desafio. Conceitos como Justiça Climática, por exemplo, têm sido incorporados nas ciências sociais e políticas. O termo, segundo Rammê (2012), refere-se ao direito inalienável de todos os cidadãos a um ambiente saudável e equilibrado. Contudo, existe uma porção específica da população vulnerabilizada frente às mudanças climáticas. Assim,

compreendemos que a EA possui potencial para engajar, ensinar e despertar pensamento crítico, além de estimular o pensamento coletivo em busca de novas soluções, devendo ser parte essencial no enfrentamento destes novos desafios.

1.3 AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O termo Mudanças Climáticas não é unânime entre os pesquisadores da área. Outros termos, como Emergência Climática, Colapso Ambiental e Novo Regime Climático, também são sugeridos e defendidos como mais apropriados.

Emergência Climática é defendido por Ripple *et al.* (2020) em seu artigo 'World Scientists Warning of Climate Emergency', assinado por mais de onze mil cientistas. Ali, é feito um alerta de que os esforços de diminuir os impactos e efeitos das Mudanças Climáticas têm fracassado nos últimos quarenta anos, desde que cientistas, na Primeira Conferência Climática Mundial em Genebra, em 1979, advertiram que ações eram necessárias para que se evitasse as mudanças em curso. Segundo eles, o termo Mudanças Climáticas, desde então, têm sido associado apenas ao aquecimento global, não abarcando todas as alterações em curso, como perda de biodiversidade e alterações em ecossistemas. Para eles o termo Emergência Climática destaca o caráter emergencial do momento, instigando à ação (RIPPLE *et al.*, 2020).

O termo Colapso Ambiental é trazido pelo relatório do Institute for Public Policy Research (IPPR), de Londres, chamado 'This is Crisis: Facing Up to the Age of Environmental Breakdown', lançado em 2019 (LAYBOURN-LANGTON *et al.*, 2019). Segundo o documento, vivemos a idade do colapso ambiental, na qual sucessivos estágios de agravamento nas condições ecológicas vêm ocorrendo em velocidade cada vez mais acelerada e amplificada. Este aumento tende a ser exponencial, com eventos que se retroalimentam. Assim, a estabilidade e as condições de vida conhecidas estão colapsando.

Já o termo Novo Regime Climático é sugerido por Bruno Latour em seu livro 'Diante de Gaia' (LATOUR, 2020). Segundo o autor, estamos vivendo este novo regime, que diz respeito tanto à ecologia terrestre quanto à política social. Ele afirma, ainda, que vivemos uma nova era geológica, o Antropoceno, em vista que os impactos humanos no planeta estão alterando suas estruturas geológicas, inclusive.

Por fim, opto pelo termo Mudanças Climáticas, que é utilizado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC) (IPCC, 2022), e pelo projeto no qual esta pesquisa se debruça, 'Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas'. Para além da popularidade e familiaridade da grande maioria com o termo, ele ainda fortalece a noção de que devemos nos adaptar a novas realidades e novos contextos, que devemos investir em Capacidade Adaptativa.

Definida a terminologia, podemos nos aprofundar no conceito. As Mudanças Climáticas estão cada vez mais presentes em nossas vidas, e, ao que indicam cientistas, tendem a se manter por um longo tempo. Os gases causadores de efeito estufa (GEE) já lançados na atmosfera terrestre só incidirão com seu efeito mais intenso daqui a dez anos, mantendo esta incidência por pelo menos mais dez anos, para então começar a diminuir esta intensidade. Ou seja, mesmo que os humanos parem de emitir os GEE, ainda seria necessário mais vinte anos para que retornássemos aos níveis pré-industriais. E ainda, se já convivemos com os efeitos das Mudanças Climáticas, elas serão mais intensas em dez anos (MARQUES, 2023).

Quando iniciei minha pesquisa, em meados de 2023, os referenciais apontavam que a temperatura média do nosso planeta chegava em 1,3°C acima dos níveis pré-industriais, e que até 2030 esta temperatura alcançaria os 1,5°C. Este aumento já é o suficiente para expor quase quatro bilhões de pessoas à vulnerabilidade (IPCC, 2022). Entretanto, de acordo com os dados do Copernicus (2025), em 2023 ultrapassamos os 1,3°C, e em 2024 chegamos aos 1,5°C de aumento na temperatura média global.

E este não é o único indicador alarmante. Algumas alterações em sistemas ecológicos essenciais para a estabilidade do ecossistema global, como conhecemos, estão se aproximando de níveis críticos. Entre eles temos o branqueamento acelerado de recifes de corais, a diminuição de florestas tropicais, e o degelo extremo na Antártida, na Groenlândia e no topo de glaciares montanhosos (RIPPLE *et al.*, 2021).

Em consequência do avanço da alteração dos ecossistemas, nota-se um maior número de registro de: ondas intensas de calor, que nos casos da Austrália e

dos Estados Unidos vêm acompanhados de incêndios de grandes proporções; um aumento no registro de ciclones na África, Sul da Ásia e Pacífico Ocidental; e mais inundações na América do Sul e Sudeste Asiático (RIPPLE *et al.*, 2021).

Nacionalmente, entre 1991 e 2019, foram registrados oficialmente 15.268 desastres ambientais, entre deslizamentos, inundações graduais e enxurradas. Estes provocaram 3.052 mortes e afetaram, aproximadamente, 48,5 milhões de pessoas (MENDONÇA, DI GREGORIO e ALFRADIQUE, 2023). E em 2018, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) estimava, através de seu monitoramento nos municípios, haver 8,3 milhões de habitantes em áreas de risco (MENDONÇA, DI GREGORIO e ALFRADIQUE, 2023).

Luiz Marques (2023) traz o consenso dos cientistas climáticos de que o grande responsável por estas grandes alterações ambientais é o modo de vida ocidental capitalista, que irresponsavelmente estimula um extrativismo insaciável para alimentar um consumismo exponencial. O autor ainda alerta que este decênio (2020-2030) é decisivo, no qual será determinado se o clima terrestre se manterá habitável para grande parte das espécies do planeta, incluindo os humanos, e se cruzaremos o ponto de não retorno em relação ao equilíbrio ecossistêmico que conhecemos. Para isso, são necessárias mudanças drásticas em nosso modo de vida.

Contudo, para além de frear as mudanças climáticas, é necessário enfrentar os impactos presentes em nossas vidas, sejam desastres pontuais, ou alterações nas condições do cotidiano, podendo ser secas, escassez de água, calor extremo, aumento do nível do mar, entre outros. Inclusive, o Brasil é signatário dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela ONU, e neles há o compromisso de se garantir a segurança e resiliência, e reduzir os impactos negativos das cidades, aumentando planejamento e gestão participativa através da sustentabilidade e inclusão (DAGNINO, JUNIOR e BRIGUENTI, 2023).

No nosso país, em 2003, o Ministério das Cidades (MCID) instituiu a 'Ação de Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários', que, entre outras medidas, previa a capacitação de equipes municipais no diagnóstico, prevenção e gestão de riscos, e o apoio financeiro para a elaboração de Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs). Diversos municípios formularam seus PMRRs, porém com equipes majoritariamente técnicas. Assistentes sociais estavam

presentes na elaboração de menos de um terço dos planos, e psicólogos e sociólogos, em menos de 10% destes. Os dados apontam para uma visão predominantemente estrutural e técnica para a resolução e enfrentamento de desastres. Outro ponto de atenção é a participação popular na formulação dos PMRRs, que foi menosprezada. De acordo com o Marco de Sendai para Redução de Riscos de Desastres, a articulação, engajamento e participação das populações locais na concepção e implementação de planos e políticas é fundamental para que estes sejam mais efetivos e eficientes (MENDONÇA, DI GREGORIO e ALFRADIQUE, 2023).

Outros autores, como Gallopín (2006), Few *et al.* (2017), Gupta *et al.* (2010), Mancal *et al.* (2016), Park *et al.* (2011), Smit e Wandel (2006), Kasperson *et al.* (2005) e Siders (2019), também trazem a importância de se criarem mecanismos de previsão, preparação e resposta aos desastres, e mudanças culturais. O termo utilizado por eles é 'capacidade adaptativa', que se deriva do termo da ecologia, se aproximando do conceito de resiliência, e se refere tanto ao caráter preditivo, como ao responsivo (seja para eventos esperados, como para inesperados). Porém, Kasperson *et al.* (2005) enfatiza a diferença entre os termos 'ajustes' e 'adaptações'. O primeiro se refere a respostas do sistema às alterações ambientais, sem grandes alterações estruturais. Já para o segundo, é necessário que haja alterações profundas no sistema, ou até a substituição de um sistema por outro.

O IPCC (2022) também corrobora para a importância da construção de capacidades adaptativas junto às comunidades na redução da vulnerabilidade. É aconselhado que esta construção seja feita de forma flexível e integrativa, envolvendo diferentes setores (com diferentes valências e saberes), e focando em ações. Dentre os setores indicados como importantes está a educação. Folke *et al.* (2002) e Park *et al.* (2011) ainda apontam que esta construção não deve ser imposta, porém construída coletiva e colaborativamente, buscando objetivos comuns, diferentes saberes e novas soluções.

A EA também traz em seus princípios o diálogo e o engajamento com comunidades, a valorização e o compartilhamento de diferentes saberes, o caráter transdisciplinar (BRASIL, 1999). Assim, compreendemos que há um grande potencial de incidência dela na construção de capacidades adaptativas.

No entanto, internacionalmente, o conceito educacional que vem ganhando maior destaque é o de Educação Climática. Tanto que a ONU, através da UNESCO, lançou, durante a COP-27, um programa (Greening Education Partnership) que almeja incluir a Educação Climática nas bases curriculares nacionais dos países associados. Diferentemente da EA, a Educação Climática possui um caráter especificista, atentando-se exclusivamente à questão das mudanças climáticas (BIASOLI e BRIANEZI, 2024).

Para colaborar com a construção de capacidades adaptativas, aliando as questões técnicas, estruturais e conteudistas, com o caráter crítico, dialógico e transdisciplinar, a EA precisa reativar os laços com as Ciências do Clima, como trazem Júnior *et al.* (2024), e Biasoli e Brianezi (2024). Não há mais espaço para dicotomias, como a que traz Layrargues (1999), que coloca ação e reflexão em lados opostos, defendendo que a EA deveria se concentrar na reflexão. Neste caso, a ação serviria como um meio para tomar consciência das desigualdades sociais. Para que, como nos ensina Paulo Freire (2019), os vulnerabilizados percebam as relações de poder, se enxerguem como oprimidos, e que a partir disto possam agir para mudar a sociedade. Não há mais tempo para esperar a mera conscientização, é necessário ser técnico E crítico, sem que isso seja contraditório.

Para lidar com esta complexidade, onde não há pólos, não há antagonismos simplificadores, Morin (2003) nos convida a pensar novas formas de educar, onde os resultados não sejam mais nem menos importantes que o processo. Para isso, precisamos encontrar alternativas não-redutoras, não-simplificadoras, e, simultaneamente, que não sejam totalmente amplas, sem limites, e que se dissolvam. A questão climática é ampla e complexa, e não será resolvida com soluções simplificadas. Brianezi e Tate (2025) reforçam este ponto quando trazem quatro tensões interconectadas dentro de processos educacionais. Uma das tensões explicitadas é entre complexidade e redução. A comunicação, por si, já é redutora, e no caso desse conceito, podemos transpor para processos de educação ambiental. Porém, não precisamos nos apoiar no reducionismo, pelo contrário, devemos buscar maneiras de diminuir o impacto desse, com diálogo e reconhecendo o conhecimento como incompleto.

Neste contexto, o Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), o braço educacional do CEMADEN, o Programa CEMADEN Educação, e o Instituto Clima e

Sociedade (iCS), se articularam para promover um processo participativo para a construção de diretrizes para a Educação Ambiental Climática. Inicialmente, houve um levantamento bibliográfico de pesquisas relacionadas à EA e Mudanças Climáticas. Vinte cinco especialistas, então, construíram o texto base, que foi colocado para consulta pública, entre 12 e 23 de julho de 2023. Através de um formulário *online*, 236 pessoas ofereceram suas contribuições, que foram analisadas e incluídas no texto final, lançado em setembro de 2023, como pode ser visto abaixo (BIASOLI e BRIANEZI, 2024):

Quadro 1: As 10 Diretrizes de Educação Ambiental Climática (BIASOLI e BRIANEZI, 2024)

- 1- Estruturação de um Programa Nacional de Educação Ambiental em Emergência Climática;
- 2- A educação ambiental climática constitui um processo potente que traz sentido político e ético para fazer face à crise civilizatória e à emergência climática;
- 3- Promoção de metodologias, práticas e tecnologias alinhadas com processos educativos que engajem múltiplos atores sociais;
- 4- Entender a ciência do complexo processo da mudança climática;
- 5- A educação se torna vital para a produção de conhecimento e ações coletivas pelo Bem Comum;
- 6- Educação ambiental climática é educação cidadã, responsável, crítica e participativa, capaz de tomar decisões transformadoras a partir do meio ambiente natural ou construído;
- 7- Criação e manutenção de espaços formais e não-formais construídos com intencionalidade educacional de sustentabilidade e resiliência;
- 8- Sustentabilidade é essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas;
- 9- A Justiça Climática reconhece que enfrentar a crise climática requer não apenas soluções ambientais, mas também sociais e econômicas;
- 10- A educação ambiental no contexto da emergência climática deve se basear na escuta do movimento instituinte, na perspectiva da micropolítica do cotidiano.

Como enfatizam as diretrizes (Quadro 1), é necessário que Políticas Públicas dêem suporte e estimulem estas estratégias transdisciplinares e dialógicas (NOSKOSKI e GYSI, 2024). Já que temos um problema ‘novo’, com consequências ainda não totalmente conhecidas, serão necessários novos conhecimentos novas abordagens, encontrando respostas realmente inovadoras. Portanto, é essencial que haja estas inter relações entre métodos, práticas, conhecimentos e setores (TASSARA, 2024).

1.4 PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Luiz Marques (2023) e Sorrentino (2024) enfatizam que as soluções para as Mudanças Climáticas já não são econômicas, mas sim políticas. Todavia, a governança pode colaborar com a construção de capacidades adaptativas, ou pode destruí-las, dependendo de como ela se organiza e propõe soluções. E as sociedades que propõem medidas controladoras, mecanismos rígidos, e decisões unilaterais tendem a diminuir sua capacidade adaptativa (FOLKE *et al.*, 2002). Isto posto, compreendemos a importância da participação social em todas as fases do ciclo político.

Frey (2000) organiza o conceito de política pública em três dimensões, a partir de conceitos em inglês ‘*polity*’, ‘*politics*’, e ‘*policy*’. *Polity* traz consigo a dimensão institucional, ou seja, o sistema político-administrativo. O *politics* se refere à dimensão processual, onde ocorrem as articulações e embates nos processos decisórios. Por fim, o *policy* indica a dimensão material, o conteúdo, os programas e seus devidos problemas técnicos.

Apesar das diversas abordagens de ciclo de políticas públicas, temos em comum a todas, três grandes fases: formulação; implementação; e controle dos impactos (que trataremos aqui como avaliação). Cada uma das fases pode ser subdivida para melhor compreensão de sua complexidade e aprofundamento. Também é importante destacar que o ciclo não é linear, com início, meio e fim, e as fases podem se misturar e ocorrer ao mesmo tempo (FREY, 2000).

Na fase de formulação de uma política pública, o primeiro passo é que o problema seja reconhecido como tal e, em seguida, que ele entre na agenda política. Um dos plausíveis mecanismos para isso seriam “*eventos tais como desastres ou repetições continuadas do mesmo problema*” (SOUZA, 2002. p. 10). A questão

climática, desta forma, têm-se colocado na agenda política, por conta de, entre outros motivos, um grande número de eventos extremos que afetam comunidades e até cidades e estados inteiros. Tanto que no Brasil, em 2009, foi formulada a Política Nacional sobre Mudança do Clima (BRASIL, 2009), e em 2025 está sendo elaborada sua revisão (BRASIL, 2025), com contribuições oriundas da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente (MMA, 2024). E ainda, em 2013, iniciou-se um processo de inclusão do tema das mudanças climáticas na PNEA. Após 9 anos de tramitação no congresso nacional, o PL 1733-C/2015, foi aprovado e sancionado em 2024, em forma da Lei 14.926/2024 (BRASIL, 2024). As alterações trazem os termos prevenção, mitigação e adaptação relacionados às mudanças do clima, além de incumbir a EA de auxiliar na consecução dos objetivos de outras políticas, como a do Meio Ambiente, das Mudanças do Clima, da Biodiversidade, e de Proteção e Defesa Civil (BRASIL, 2024).

As conferências são consideradas parte do que intitula-se democracia deliberativa. Nela, não há apenas uma votação de preferências individuais, onde as alternativas que prevalecem são as escolhidas pela maioria. Pode-se debater, dialogar, transformar preferências e, enfim, encontrar novas alternativas. É uma arena onde estão presentes representantes de diversos setores sociais, como estatal, privado e civil, de diversos níveis e escopos diferentes (GOMES, 2015).

Gomes (2015) complementa a importância desta participação na legitimação das tomadas de decisões, enumerando características positivas como:

Quadro 2: Motivos elencados para a tomada de decisões por meio da democracia deliberativa (GOMES, 2015)

- 1- revela informações que não são públicas, distribuindo melhor as informações;
- 2- diminui ou supera o impacto da 'racionalidade limitada'¹, propiciando inclusive mais criatividade nas soluções;
- 3- reduz a prevalência das preferências dos atores que possuem dotação (recursos, capacidades, informação, autoridade) iniciais superiores;
- 4- desestimula comportamentos autointeressados devido à exigência das justificáveis ocorrerem em público, o que torna o interesse público a única justificativa aceitável;
- 5- desestimula dissimulações, uma vez que o discurso em prol do bem comum induz a alguma necessidade de consistência nos atos privativos, devido à

¹ Conceito apresentado por Herbert Simon, sugerindo que apesar de os tomadores de decisão almejarem decisões racionais, as limitações cognitivas deles impedem que estas sejam alcançadas. Porém, deveria prevalecer uma intenção de coerência (PROCÓPIO, 2017).

necessidade de lidar com a dissonância cognitiva que discurso e atos divergentes podem trazer;

6- legitima a escolha feita, uma vez que alcança consensos maiores e reforça o compromisso com sua implantação e suas consequências. Os participantes se vêem na decisão;

7- É desejável 'per se', pois melhora a qualidade intelectual e moral dos participantes, disseminando princípios de vida pública e/ou coletiva, além de propiciar certas habilidades e/ou virtudes, como eloquência, retórica, empatia, cortesia, imaginação, raciocínio, preparação;

8- alcança decisões mais eficientes, uma vez que são tomadas a partir da argumentação racional justificada com informações e submetidas a múltiplas visões.

Outras formas de participação que vêm sendo adotadas no Brasil, nas últimas décadas, são os conselhos comunitários e o orçamento participativo, que atuam tanto nas formulações como nas avaliações de políticas públicas. Contudo, a decisão final continua nas mãos dos governos (SOUZA, 2002).

Podemos, então, distinguir diferentes níveis de participação, dos quais a sociedade civil é permitida participar. Bordenave (1994) divide-as da seguinte forma, de 6 a 1 (sendo 6 o mais baixo e 1 o mais alto): (6) Avaliação dos resultados; (5) Execução das ações; (4) Alocação de recursos e administração de operações; (3) Elaboração de planos, programas e projetos; (2) Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias; e (1) Formulação da doutrina e da política da instituição. É entre os níveis 6 e 5, que os governos costumam estar abertos à participação social. Porém no Brasil há exemplos de programas de educação ambiental sendo construídos de forma participativa, como o caso do ProNEA (RAYMUNDO, BRANCO e BIASOLI, 2018), e do Programa Estadual de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (BERNAL e LOUREIRO, 2011).

Percebemos que a participação social tende a ser uma unanimidade enquanto conceito. Compreende-se que é importante para o processo democrático, porém, é na prática onde residem as divergências. Principalmente para minorias políticas, que são frequentemente invisibilizadas, visto que sua voz, sua participação e suas demandas desvelam as desigualdades nas relações de poder e, por conseguinte, apontam para uma necessidade de redistribuição política (ARNSTEIN, 1969).

Para além dos níveis de participação, existem os graus de participação, ou seja, em qual medida foi permitida a participação, ou ainda, como esta participação foi conduzida. Para este conceito utilizaremos duas referências, Arnstein (1969) e Bordenave (1994), que propuseram nivelamentos que ora se corroboram, ora se complementam.

Para Arnstein (1969), os degraus da participação seriam os seguintes: (1) Manipulação; (2) Terapia; (3) Informe; (4) Consulta; (5) Conciliação; (6) Parceria; (7) Delegação de poder; e (8) Controle Social. Já para Bordenave (1994), os níveis de participação se seguiriam assim: (1) Informação; (2) Consulta facultativa; (3) Consulta obrigatória; (4) Elaboração/Recomendação; (5) Co-gestão; (6) Delegação; e (7) Autogestão.

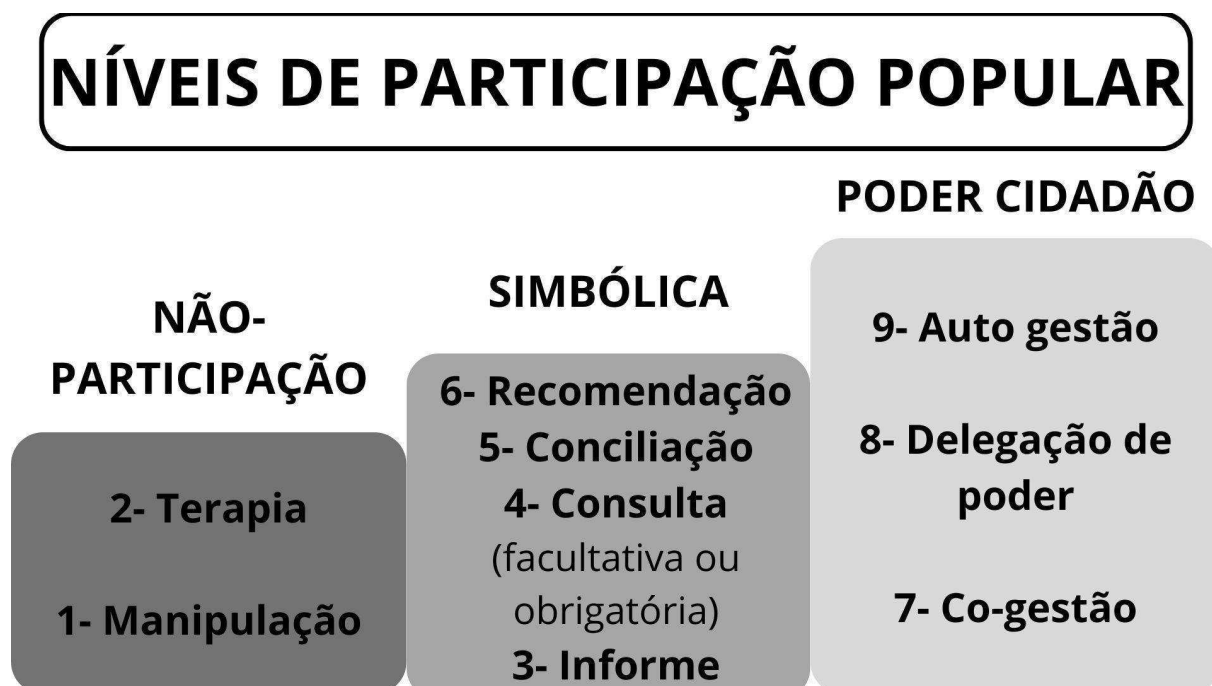


Imagem 1- Níveis de Participação Popular. Fonte: Elaboração própria com base em Arnstein (1969) e Bordenave (1994)

Elaboramos uma imagem, associando ambas as teorias (Imagem 1). Os dois primeiros níveis de Arnstein (1969) referem-se a uma não-participação. O primeiro (Manipulação) ocorre quando as autoridades convidam a sociedade civil para 'educá-la', persuadindo e aconselhando. Já no segundo nível (Terapia), os cidadãos são convidados para diversas atividades que tendem a vitimizá-los por sua condição de oprimidos, individualizando os problemas e as soluções. O terceiro nível (Informe)

há em ambas referências e se corroboram. Arnstein (1969) considera como participação simbólica. Neste, o setor público informa as decisões já tomadas aos cidadãos. O quarto nível (Consulta) também é citado por ambos os autores, entretanto, Bordenave (1994) o separa entre facultativa e obrigatória. Nestes casos, a população seria consultada sobre demandas e sugestões, com a decisão final ainda sendo de responsabilidade do governo. A consulta pode ser facultativa, podendo ser solicitada ou não, ou obrigatória, sendo necessária ser feita para dar prosseguimento às decisões. Em seguida, compreendemos como quinto nível o degrau Conciliação, que consta apenas em Arnstein (1969). Neste, alguns membros da sociedade são convidados a participar de conselhos ou comitês, porém, em menor número, sem conseguir influenciar nas decisões finais. O sexto nível (Recomendação), constando apenas em Bordenave (1994), é semelhante à consulta obrigatória, com um adicional de que a administração precisa se justificar em caso de aceite ou rejeição das propostas.

Os três últimos níveis (Co-gestão; Delegação de poder; e Auto-gestão) são considerados, por ambos os autores (ARNSTEIN, 1969; BORDENAVE, 1994), como participação com poder cidadão. Nestes casos, geralmente, são exigidas pela população, e não oferecidas pelo governo. Na Co-gestão, as decisões são definidas em colegiados que discutem, argumentam e barganham. Na delegação de poder, os administradores definem limites onde a sociedade civil organizada tem poder de elaboração e definição por si própria. Já na Autogestão, a comunidade tem total poder sobre as decisões, envolvendo todo o processo.

Mas não podemos esperar que as pessoas se proponham a participar de decisões políticas (macro), ou que saibam como participar, sem antes participarem nas micro-esferas do cotidiano, como nos bairros, nas comunidades, nas escolas, nas igrejas, etc. A participação deve ser estimulada continuamente, pois só se aperfeiçoa a participação em si mesma (BORDENAVE, 1994). Esta compreensão é expressa também por Lewin (1948), que afirma que a democracia deve ser ensinada e exercitada constantemente. Por outro lado, a sociedade tende a se acostumar com situações autoritárias com maior facilidade.

Bordenave (1994), assim, traz alguns princípios que devem permear o estabelecimento e o estímulo à participação:

Quadro 3: Princípios para o estabelecimento e estímulo à participação (BORDENAVE 1994)

- 1- A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas;
- 2- A participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados;
- 3- A participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e da apropriação de poder;
- 4- A participação leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo;
- 5- A participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa;
- 6- A participação pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique necessariamente manipulação;
- 7- A participação é facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação;
- 8- Devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma participativa;
- 9- A participação pode resolver conflitos mas também pode gerá-los;
- 10- Não se deve “sacralizar” a participação: ela não é uma panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões.

No Brasil, a participação social, enquanto política pública, ressurgiu após a queda do regime ditatorial, em 1985. Com o retorno da democracia, os canais de participação vão se abrindo paulatinamente e, com isso, a centralidade dos movimentos pela democracia vai dispersando-se em temas diversos, já que não havia uma causa ‘guarda-chuva’ que abrigasse a diversidade social. A partir da década de 1990, começa-se a desenvolver espaços de participação social como conselhos e fóruns, espaços de articulação entre o poder público e a sociedade civil (GOHN, 2004).

Porém, uma instância dentro do governo para a participação social, só começa a ser construída com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder, em 2004. Não que não houvesse canais de participação, porém, as instâncias não dialogam entre si. É o que afirma Pedro Pontual em uma entrevista (LAVALLE; SZWAKO, 2014). Pontual ocupou a direção de participação social na Secretaria-Geral da Presidência da República, durante o governo Dilma, órgão que buscava estabelecer canais de diálogo do Estado com a sociedade civil. Segundo ele, a impressão dos atores sociais era de que apesar de os canais de diálogo com o Estado estarem abertos, era necessária a institucionalização da Participação Social como método de governo (LAVALLE; SZWAKO, 2014).

Com isso, através de um decreto, em 2014 a presidenta Dilma instituiu a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de

Participação Social (SNPS) (BRASIL, 2014). A política traz consigo o reconhecimento da participação como direito do cidadão e estabelece como diretriz a ampliação dos mecanismos de controle social. Ainda, prevê a formação e qualificação em participação social para agentes públicos e sociedade civil. Por fim, determina que a Secretaria-Geral da Presidência da República deveria elaborar e publicar anualmente um relatório de avaliação da implementação da PNPS (BRASIL, 2014).

No entanto, com a chegada de Bolsonaro à presidência, a participação social enquanto método de governo deixa de ser prioridade, e, através de dois decretos, a PNPS é revogada e determinações que delimitam a criação de conselhos são estabelecidas (BRASIL, 2019a; BRASIL 2019b). Contudo, em seu primeiro dia de governo no terceiro mandato, Lula revoga os decretos de 2019, restabelecendo a PNPS (BRASIL, 2023a) e ainda em seu primeiro mês de governo, institui o SNPS (BRASIL, 2023b).

No espectro da educação ambiental, esta questão da participação se coloca como elementar, já que consta na PNEA, como objetivos fundamentais da EA, entre outros:

IV- incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

(...)

VII- o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII- estímulo à participação individual e coletiva, inclusive das escolas de todos os níveis de ensino, nas ações de prevenção, de mitigação e de adaptação relacionadas às mudanças do clima e no estancamento da perda de biodiversidade, bem como na educação direcionada à percepção de riscos e de vulnerabilidades a desastres socioambientais; (BRASIL, 1999).

1.5 A PNEA E A GESTÃO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL POLICÊNTRICA

A Política Nacional de Educação Ambiental é a principal política pública que rege a governança da educação ambiental do Brasil. Em seu artigo 3º, ela traz as incumbências de cada setor da sociedade, sendo eles: Poder Público; instituições

educativas; órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama); meios de comunicação em massa; empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; e a sociedade como um todo (BRASIL, 1999). Como se pode perceber, são muitos os atores responsáveis por sua constituição.

À esta multiplicidade de setores envolvidos na produção da EA dá-se o nome de governança multinível, onde o governo central não é o único autor, elaborador, tomador de decisões e executor de propostas. A ele cabe, também, o papel de estimular outros atores a cumprirem seus papéis (RAYMUNDO e BRANCO, 2022).

Para evitar que todos os setores se dispersem e não se comuniquem, traz-se o conceito de policentrismo. Nele, os múltiplos centros de decisão agem com autonomia, mas mantendo uma rede de contato. Às instituições com maior poder, e ao mesmo tempo com visão mais ampla, cabe manter uma coesão entre setores, resolver conflitos de superposição, garantir o intercâmbio de informações e elaborar princípios e regras. Às instituições mais locais, com visão mais específica, cabe a territorialização e o enraizamento, adaptado a cada contexto (CONTIPELLI, 2019).

No caso da PNEA, para além das esferas governamentais, federal, estadual e municipal, percebemos políticas públicas de educação ambiental oriundas de Comitês de Bacias Hidrográficas, Conselhos Gestores de Unidades de Conservação, ONGs, coletivos e redes de educação ambiental, redes de ensino e pesquisa e, ainda, da iniciativa privada. Cada uma operando à sua maneira, com suas especificidades, e nos limites de suas atuações. Mas é importante que se percebam dentro de um mesmo sistema, reconhecendo que há interconexões entre eles (RAYMUNDO e BRANCO, 2022).

Um outro fator que aponta para este policentrismo é o órgão gestor da PNEA, compartilhado por dois ministérios e um comitê assessor. O Ministério da Educação (MEC) é responsável pela educação formal, e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) é responsável pela educação não-formal. Já o comitê assessor é formado por treze representações da sociedade civil e de outras instituições governamentais, incluindo estaduais e municipais. Há, ainda, a sugestão para que esta formação de gestão seja replicada nos estados e municípios, para facilitar o diálogo entre os múltiplos setores. Neste escopo são criadas as Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs) (BRASIL, 2005).

As CIEAs possuem um caráter consultivo, não possuindo poder de deliberar. Entre suas atribuições, está a proposição da construção de programas estaduais de educação ambiental e de suas diretrizes. Serve também como um espaço de monitoramento e controle social, onde a sociedade civil, devidamente representada, acompanha as PPEA estaduais, garantindo o cumprimento destas de acordo com as leis, Políticas e Programas Estaduais e com as demandas sociais (D'ÁVILA e LOUREIRO, 2012). E vai além do conceito de responsividade, que se limita a seguir as diretrizes legais, abrangendo a responsabilização, já que exige uma justificação das escolhas feitas. Porém, para que esta responsabilização ocorra de forma eficiente, é necessário que a sociedade civil esteja engajada e articulada, e possua paridade representativa (GOMES, 2015).

No estado do Rio de Janeiro, a CIEA é nomeada de Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental (GIEA/RJ) (D'ÁVILA e LOUREIRO, 2012), e consta, de acordo com o Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 19 de Dezembro de 2023 (RIO DE JANEIRO, 2023), em sua composição, com representantes da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), da Secretaria de Educação (SEEDUC), da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), da Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro (REARJ), do Coletivo Jovem (CJ), da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME-RJ), do Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino (SEPE-RJ) da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), do Jardim Botânico, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RIO), da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Para termos um monitoramento efetivo das PPEA, é necessário, além da multiplicidade de agentes e instituições envolvidas, uma capacitação política, um engajamento na ação, e um olhar atento à toda complexidade que envolve a EA (RAYMUNDO e BRANCO, 2022).

No Brasil temos alguns exemplos que almejaram compartilhar ações e projetos de EA com objetivo de monitorar, avaliar e fortalecer a educação ambiental no nosso país. Durante a gestão 2003/08 do Departamento de Educação Ambiental

do Ministério do Meio Ambiente (DEA), foi idealizado o Sistema Brasileiro de Informação em Educação Ambiental (SIBEA), cujo foco era elaborar um portal de comunicação e informação, como um catálogo, para acompanhamento e integração das iniciativas de EA no país. Raymundo *et al.* (2019) afirmam que esse projeto não prosperou por diversas razões, ainda que suas intenções fossem pertinentes.

Já em 2014, o FunBEA idealizou o Observatório Brasileiro de Educação Ambiental (ObservaEA), planejando fortalecer parcerias, construir um Projeto Político Pedagógico (PPP) e promover um processo formativo (BIASOLI *et al.*, 2014). Constatou-se, através desse PPP elaborado coletiva e participativamente, que a ausência de indicadores para monitorar e avaliar PPEA dificultava a consolidação dessas políticas públicas (RAYMUNDO *et al.*, 2019).

Indo ao encontro dessa constatação, durante o Simpósio de Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis - Municípios, Escolas e Instituições de Ensino Superior (IES) que Educam para a Sustentabilidade Socioambiental (SPPEA) foi desenvolvido um diagnóstico participativo, a partir de um dinâmica de Café Compartilha², sobre formulação e implementação de PPEA no Brasil (OCA, 2014). Os resultados corroboraram com a constatação do PPP do FunBEA, evidenciando a urgente necessidade de elaboração de indicadores de avaliação e monitoramento das referidas políticas públicas. Ainda foi destacado o desejo de 98% dos participantes em estabelecer uma articulação nacional promovendo sinergias entre as PPEA (RAYMUNDO *et al.*, 2019).

Tendo essas constatações de duas frentes, o Laboratório de Educação e Política Ambiental (Oca) da Universidade de São Paulo (USP), e o FunBEA convidaram o Centro de Ciências do Sistema Terrestre (CCST) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), para estruturarem uma plataforma digital de monitoramento e avaliação de PPEA. Foi, então, organizado um evento em Piracicaba-SP, em 2015, convocando, ainda, os participantes do SPPEA e outros interessados em dialogar sobre o tema. Nesse encontro, que contou com aproximadamente 100 pessoas de todas as regiões do país, se deu o lançamento da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (ANPPEA). Logo,

² Café Compartilha é uma metodologia inspirada no *World Cafe*, que é uma prática idealizada por Juanita Brown e David Isaacs, no qual se busca o compartilhamento de ideias em um grupo grande (OLIVEIRA e SAMPAIO, 2021). Esta metodologia consiste em separar um grupo de pessoas em subgrupos de quatro ou cinco membros. Nestes subgrupos, os membros compartilharão suas ideias e registrarão em um papel.

é iniciado um processo colaborativo e participativo para a construção do Sistema MonitoraEA, que engloba a construção de indicadores, uma plataforma online, processos educadores ambientais e a análise de redes (RAYMUNDO *et al.*, 2019).

1.6 O SISTEMA MONITORAEA

Neste contexto, em setembro de 2021, é lançado o sistema MonitoraEA, dispondo de um conjunto de oito indicadores das seguintes dimensões: diagnóstico; participação e construção coletiva; formação dialógica; intervenção socioambiental; subjetividade e indivíduo; complexidade; institucional; e comunicação. Cada dimensão possui seus indicadores, que se baseiam nos princípios estruturantes da EA (RAYMUNDO e BRANCO, 2022).

O processo de construção destes indicadores buscou dar conta de toda a complexidade das PPEA. Para isso, iniciou-se um processo participativo e dialógico, utilizando como suporte o Projeto Político Pedagógico (PPP) do MMA, realizado pelo DEA. De início, foram feitas quarenta e quatro entrevistas com gestores públicos e analistas ambientais. Em seguida, realizaram-se seis oficinas com os entrevistados e outros agentes públicos do MMA e suas autarquias. Os resultados deste primeiro movimento serviram de aporte para o próprio PPP, indicando sete dimensões que deveriam constar nas PPEA. Com um PPP mais robusto, a Anppea ampliou o campo, e convidou educadores ambientais, gestores públicos, técnicos, lideranças, outros representantes do poder público, da sociedade civil, dos movimentos sociais, de redes, coletivos educadores, de universidades, do setor empresarial, entre outros, para seis oficinas, nas cinco regiões do país, e uma, em especial, com as CIEAs. Os resultados da oficina contribuíram para a construção dos indicadores de avaliação de PPEA. Por fim, esses aportes foram analisados e organizados por uma equipe da Oca/Esalq, do INPE e do FunBEA, em um processo interno, que resultou nas oito dimensões e seus indicadores. (RAYMUNDO, BRANCO e BIASOLI, 2018). Estes indicadores foram lançados na plataforma MonitoraEA³, aberta para qualquer interessado, seja agente, pesquisador ou interessado. colocar o link do site no rodapé da página

Este processo, desde sua construção, até seus resultados, carrega consigo os princípios da EA, incluindo diversos atores e setores, promovendo a participação

³ <https://www.monitoraea.org.br/>

e o diálogo. Engloba, ainda, aspectos das três dimensões de políticas públicas, *polity*, *politic* e *policy*. Se relaciona à *polity* na medida em que enaltece as PPEA como instituição, com um sistema com limites e regras definidas. A *politic* se apresenta nos indicadores que indicam a construção das PPEA, suas articulações, seus conflitos e seu sistema de definição. Já a *policy* se transparece no momento em que a própria política pública é monitorada e avaliada (RAYMUNDO e BRANCO, 2022).

Neste mesmo sentido, a Anppea e o INPE lançaram um projeto em 2023, de atualização do Sistema MonitoraEA, com indicadores de PPEA relacionadas ao conceito de Capacidade Adaptativa, intitulado informalmente de MonitoraEA-CIEA. Os coordenadores conseguiram incorporar ao projeto importantes instituições para agregar e colaborar na construção e realização deste, como: DEA/MMA, a UNIRIO, o Cemaden Educação, a REBEA, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade de Brasília (UNB), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do ABC (UFABC), e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo do Estado da Bahia (Inema).

1.7 O PROJETO MONITORAEA-CIEA

O projeto MonitoraEA-CIEA chama-se oficialmente ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas’. Sua proposta foi construir indicadores de monitoramento e avaliação de forma colaborativa, participativa e dialógica.

Para isso, foram realizadas cinco oficinas ao longo do ano de 2024, nas cinco regiões do país. Estas oficinas convidaram membros das CIEAs e de alguns órgãos públicos, como o IBAMA. Cada oficina teve duração de três dias inteiros, com palestras, debates, discussões, vídeos e muito compartilhamento de viveres e saberes. Ao fim dos encontros, os membros de cada CIEAs montaram um plano de trabalho a ser executado nos meses seguintes, para dar prosseguimento aos objetivos ali traçados.

Dentro deste plano, a CIEA do Rio de Janeiro fez um convite a mim e a uma representante do IBAMA, também do Rio de Janeiro, para fazermos parte do GIEA/RJ, na qualidade de membros convidados. Os convites foram aceitos por ambos. Ainda como parte da continuação dos trabalhos, eu medie um treinamento sobre capacidades adaptativas, políticas públicas de educação ambiental e construção de indicadores de avaliação e monitoramento de políticas públicas, dentro do GIEA/RJ.

Em parceria com a Anppea e o INPE, estavam acompanhando as oficinas representantes do MMA, de diversas universidades do país, incluindo a UNIRIO, através do LAPEAR, além de outros educadores ambientais. Para além das oficinas, o projeto mantém reuniões frequentes com os parceiros e montou um grupo de estudos sobre capacidade adaptativa, e no momento encontra-se em trabalhos internos com os conteúdos gerados nos eventos, para então formular os indicadores. Em seguida, estes indicadores serão compartilhados nas CIEAs, para apreciação, sugestões e reclamações acerca de seu conteúdo, para então ser modificado uma última vez antes de serem introduzidos na plataforma MonitoraEA.

2 OBJETIVOS

2.1 MOTIVAÇÕES E OBJETIVOS PESSOAIS

No espectro individual, esta pesquisa me motiva de diversas maneiras. Primeiramente, estar me aprofundando em temas que são importantes enquanto profissional, me qualificar e me atualizar. Estimular a curiosidade ativa, que me coloca em movimento. E ainda, me colocar em contato com outras pessoas e instituições, referências na área, e assim conhecer outras vivências, a história do campo de pesquisa.

Para além do ego, tenho uma motivação de pai. Tenho três filhos e o futuro para mim é essencial. Que mundo, que sociedade haverá para eles viverem suas vidas? Qual a tranquilidade que eles terão para se desenvolverem plenamente? E para isso, espero que minha pesquisa possa contribuir na construção de uma sociedade mais coletiva, mais comunitária, onde possamos nos relacionar, nos proteger, e construir o futuro juntos.

Há, ainda, o espectro do fazer político. Para um cientista ambiental, um educador ambiental, formado em universidade pública, com dois orientadores (Daniel, o atual, e Michelle, a anterior) que ensinam o fazer coletivo, colaborar com o fazer político é essencial. Aprendi que não há solução individual, cada um fazendo sua parte, é preciso se juntar, se organizar, engajar.

Há aquele ditado ‘uma andorinha só não faz verão’, e a história da andorinha e o incêndio na floresta, que a maioria das pessoas já deve ter escutado em algum momento de suas vidas:

‘Havia uma floresta onde iniciou-se um incêndio. Os animais, desesperados em se salvar, começaram a correr e fugir da forma como cada um conseguia. Até que percebem que a Andorinha passa por eles no sentido contrário, em direção ao fogo. Daqui a pouco ela passa por eles novamente, e de novo, e de novo, até que um pergunta o que ela está fazendo. A Andorinha responde que está buscando água no lago, enchendo o bico e jogando no fogo. Os animais a alertam que ela não vai conseguir apagar o fogo, eis que ela responde: “Eu sei, mas estou fazendo a minha parte”.’

Esta historinha para crianças tem uma lição de moral de que devemos fazer nossa parte, e que se todos fizerem a sua, as coisas vão se resolver. Pois bem,

trago ela aqui por acreditar que deveria ser contada para ensinar que esta atitude da Andorinha serve apenas para alimentar o ego dela, com a sensação de dever cumprido. Que as verdadeiras soluções sociais devem ser coletivas, engajadas, senão somos todos andorinhas perdidas no incêndio, gastando tempo e energia, entretanto sem poder e sem esperança.

Na nossa realidade, o ‘incêndio na floresta’ não começou do nada. Vem sendo alertado, denunciado, tanto a ocorrência, como os responsáveis. Os animais afetados, incluindo a Andorinha, não são os responsáveis, todavia são sentenciados a viver em ‘zonas de sacrifício’.

No meu acreditar, mais frutífero seria, para a Andorinha, buscar os outros animais, conversar, engajar, para juntos compreenderem as habilidades e potenciais ali existentes, a fragilidade da situação, e, então, elaborarem um plano para combater o incêndio, e além, para mudar as estruturas sociais locais, para evitar que novos incêndios voltem a ocorrer.

Pois bem, é para isso que desejo que minha pesquisa contribua. Meu objetivo pessoal é que ela sirva como uma adaptação da história da Andorinha. Que contribua para que nós, enquanto sociedade possamos, em meio a fervura global (o incêndio na floresta em que vivemos), conseguir nos organizarmos e repensarmos as formas de respondermos às demandas da situação ao mesmo tempo em que elaboramos novas formas de viver, que provoquem menos ‘incêndios’.

2.2 OBJETIVO GERAL DA PESQUISA

Analisar como o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental do Rio de Janeiro, o GIEA/RJ, foi influenciado pela oficina do projeto ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas’, realizada em Belo Horizonte.

2.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por objetivos específicos:

I- Relacionar os objetivos, conteúdos e metodologias da oficina ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das

Mudanças Climáticas’ com o sentido atribuído pelos participantes do Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental do Rio de Janeiro, o GIEA/RJ, à realidade vivida na oficina e no cotidiano do grupo.

II- Relacionar o conteúdo e as metodologias utilizadas nas oficinas do projeto ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas’, com os objetivos e expectativas iniciais do projeto;

3 METODOLOGIA

Na presente pesquisa não tenho a pretensão de trazer verdades, nem fazer afirmações sobre o que é ou o que não é o meu objeto de estudo. Como escreveu Merleau-Ponty (1999, p.3):

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha, ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou explicação dele.

Trago uma perspectiva interpretativa, com vivências, opiniões e compreensões, como um retrato do campo estudado. E nem todo o vivido está aqui contido, pois, como explica Triviños (1987), há limitação das palavras em descrever os acontecimentos, a vida. Ainda assim, acredito que este o resultado final tem relevância em fornecer informações que retratam, em parte, a realidade vivenciada e os fenômenos ocorridos.

De mesmo modo, também não possuo a ilusão de conseguir me manter neutro em relação à geração e análise de dados, nem em relação aos envolvidos na pesquisa. Como afirma Morrow (2005), não é possível manter esta neutralidade, em razão do envolvimento emocional, meu e de outros envolvidos, de meus posicionamentos políticos, meus conhecimentos e crenças prévias. Entretanto, isto não exclui uma intenção de mínima interferência subjetiva possível, para evitar enviesamentos.

Assim, buscando retidão e rigor, meu esforço foi para manter uma honestidade em relação às subjetividades explícitas, e uma transparência em relação às escolhas e aos detalhes metodológicos.

Em comprometimento com a ética, esta pesquisa foi submetida, em 8 de Abril de 2024, ao Comitê de ética da UNIRIO, com número de CAAE: 78900524.0.0000.5285, obtendo aprovação no dia 5 de Maio de 2025, em parecer

de número: 7.544.986 (anexo 1). A geração e análise de dados iniciou-se apenas após a aprovação.

A ética aqui é de grande relevância, pois buscamos compreender dinâmicas e relações, fenômenos não quantificados, e sim vividos. A pesquisa conta com envolvimento de diversas pessoas atuantes nos processos estudados (Projeto MonitoraEA-CIEA, e o GIEA/RJ), e se não tivéssemos agido com cuidado ético, poderíamos gerar constrangimentos e exposição negativa e desnecessária. Contamos, ainda, com a anuência do INPE (anexo 2) e do GIEA/RJ (anexo 3)

3.1 CAMPO DE PESQUISA

Deslandes (1994) explicita que o campo da pesquisa é o recorte espacial, associado ao referencial teórico utilizado, tanto para iniciar a pesquisa, quanto para analisar os dados gerados. No caso desta pesquisa, o campo divide-se entre a oficina MonitoraEA-CIEA e o GIEA/RJ.

3.1.1 OFICINA MONITORAEA-CIEA

A oficina conhecida de maneira informal como MonitoraEA-CIEA, faz parte do projeto ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas’. Um projeto proposto e executado pelo INPE em parceria com a ANPPEA. Dentre as suas atividades, foram propostas oficinas de capacitação e criação de indicadores de monitoramento e avaliação para políticas públicas de Educação Ambiental relacionadas com a construção de Capacidades Adaptativas, e para colegiados de políticas públicas de educação ambiental.

Foram feitas cinco oficinas, uma para cada região do país, no ano de 2024, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4: Cronograma de oficinas MonitoraEA-CIEA (RAYMUNDO, 2025)

CRONOGRAMA DAS OFICINAS		
REGIÃO	CIDADE	DATAS
Sudeste	Belo Horizonte-MG	19 a 21/3/2024

CRONOGRAMA DAS OFICINAS		
Centro-Oeste	Campo Grande-MS	18 a 20/6/2024
Nordeste	Aracajú-SE	20 a 22/8/2024
Norte	Belém-PA	15 a 17/10/2024
Sul	Itajaí-SC	26 a 28/11/2024

O recorte da pesquisa limitou-se à primeira oficina, em Belo Horizonte, na qual estiveram presentes membros das CIEAs de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais (onde há 7 CIEAs, divididas por regiões do estado), além de convidados do Departamento de Educação Ambiental do MMA (DEA-MMA), e do IBAMA. Abaixo segue detalhado o cronograma da oficina em questão:

Quadro 5: Cronograma da oficina MonitoraEA-CIEA no Sudeste, dia 1 (INPE, 2025)

OFICINA SUDESTE - DIA 1 - 19/4/2024		
HORÁRIO	MOMENTO	DETALHAMENTO
8:00 - 9:00	Recepção e credenciamento	Recepção dos participantes, distribuição de crachás e café da manhã
9:00 - 9:40	Mesa de Abertura	- ANPPEA - INPE - CIEA-MG (anfitriã) - DEA-MMA - CGEA-MEC
9:40 - 10:40	Apresentação e expectativas dos participantes	Divididos nos grupos de suas CIEAs, convidados e equipe, apresentam-se e compartilham expectativas. Depois compartilham com os outros grupos
10:40 - 11:10	Contextualização do projeto	Apresentação e contextualização do projeto e do Sistema MonitoraEA

OFICINA SUDESTE - DIA 1 - 19/4/2024		
11:10 - 12:00	Contextualização do papel das CIEAs	Apresentação do papel das CIEAs em relação às Políticas Públicas
12:00 - 13:30	Almoço	Almoço
13:30 - 15:45	Indicadores de Monitoramento e Avaliação das CIEAs	- Apresentação do tema - Café Compartilha para discussão em grupos sobre o tema (3 rodadas de 30 minutos) - Socialização das discussões com o grupo todo
15:45 - 16:05	Pausa café	Pausa para café com lanche
17:45 - 18:00	Avaliação, Encaminhamentos e Fechamento	
18:15 - 18:45	Reunião de equipe de alinhamento	

Quadro 6: Cronograma da oficina MonitoraEA-CIEA no Sudeste, dia 2 (INPE, 2025)

OFICINA SUDESTE - DIA 2 - 20/4/2024		
HORÁRIO	MOMENTO	DETALHAMENTO
8:00 - 8:30	Abertura e Boas-Vindas	- Recepção - Exibição do vídeo "Mude para Marte" - Reflexão sobre o vídeo
8:30 - 10:00	Contextualização sobre Risco Climático	2 apresentação com abertura para perguntas ao final
10:00 - 10:20	Pausa Café	Pausa para café da manhã

OFICINA SUDESTE - DIA 2 - 20/4/2024		
10:20 - 11:40	Entrevistas e Estudos de Caso	- Pesquisadores saem com os participantes para a realização de uma entrevista - Os demais participantes ficam em grupos trabalhando estudos de caso
11:40 - 12:20	Fechamento do Período	Comentários sobre os Estudos de Caso
12:20 - 14:00	Almoço	Almoço
14:00 - 17:15	Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Capacidade Adaptativa	- Dinâmica de aquecimento (Roda de fofoca) - Explicação da atividade - Café Compartilha (Pré-dimensões de indicadores de PPEA para Capacidade Adaptativa), 3 rodadas - Apresentação e discussões com o grupo todo
17:15 - 17:45	Pausa Café	Pausa para café com lanche
17:45 - 18:00	Avaliação, Encaminhamentos e Fechamento	
18:15 - 18:45	Reunião de Equipe de Alinhamento	

Quadro 7: Cronograma da oficina MonitoraEA-CIEA no Sudeste, dia 3 (INPE, 2025)

OFICINA SUDESTE - DIA 3 - 21/4/2024		
HORÁRIO	MOMENTO	DETALHAMENTO
8:00 - 8:30	Abertura e Boas Vindas	Recepção
8:30 - 9:15	Síntese e Integração das 3 Partes do Projeto	Apresentação de slides
9:15 - 10:30	Apresentação da Colheita dos Indicadores das CIEAs	Colheita das percepções do dia anterior
10:30 - 10:50	Pausa Café	Pausa para café da manhã
10:50 - 11:20	Orientações à Distância	Apresentação das atividades a serem realizadas após a oficina
11:20 - 12:20	Plano de Ação por CIEA	Divisão em grupos por CIEAs, para a elaboração de um plano de ação para dar prosseguimento do projeto dentro de cada CIEA
12:20 - 14:00	Almoço	Almoço
14:00 - 15:00	Apresentação dos Planos de Ação por CIEA	Apresentação breve para o grupo todo
15:00 - 16:00	Produção de uma Mensagem para a Próxima Oficina	Trabalho autogestionado pelos participantes
16:00 - 16:30	Avaliação e Celebração	- Preenchimento de tarjetas com: Felicito, Crítico, Sugiro e Pergunto - Expressões verbais voluntárias
16:30 - 17:00	Encerramento	Falas institucionais finais: - ANPPEA/INPE - DEA-MMA - CIEA-MG

3.1.2 GRUPO INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - GIEA/RJ

O GIEA/RJ esteve com suas atividades paralisadas entre 2019 e 2022, quando foi iniciado o processo de reativação. Ao final de 2023 foram oficialmente indicados seus membros em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, publicado em 19 de dezembro daquele ano (RIO DE JANEIRO, 2023).

Desta forma, quando ocorreu a oficina, em abril de 2024, o GIEA/RJ já se encontrava reativado, mesmo que não houvesse reuniões frequentes. A partir da oficina, eu, enquanto membro do LAPEAr/UNIRIO, e uma representante do IBAMA, também presente na oficina, fomos convidados a participar do GIEA/RJ.

No dia treze de Junho de 2024 ocorreu um evento de posse dos indicados (imagem 2), com assinatura de documentos, conversas e contatos. A partir desse evento, as reuniões tornaram-se frequentes, havendo, ordinariamente, uma a cada dois meses, além das extraordinárias, para tratar de temas específicos, inicialmente. Porém, no ano de 2025, estas reuniões foram espaçando-se. O diálogo também é constante, através de grupo no aplicativo de conversas *Whatsapp*, colaborando com o estreitamento de laços e engajamento.

No contexto da pesquisa, foram investigadas todas as reuniões da GIEA/RJ, com atas, ocorridas desde sua reativação, até Dezembro de 2025, eventos promovidos e/ou ocorridos com a colaboração do GIEA/RJ, como Conferências, e capacitações, e posicionamentos oficiais. Constam quatro atas, das reuniões de 31 de Janeiro, 27 de Fevereiro, 1 de Abril e 17 de Outubro, todas no ano de 2025. Consta ainda a Carta Final da I Conferência Estadual de Educação Ambiental, a qual foi construída com incidência do GIEA/RJ.



Imagem 2: Foto do evento de posse dos novos membros do GIEA/RJ em 13 de Junho de 2024.
Fonte: SEAS-RJ

3.2 TÉCNICAS DE GERAÇÃO DE DADOS

Para responder aos objetivos, foram feitas quatro entrevistas, sendo duas com coordenadoras das oficinas e duas com participantes da oficina que são membros do GIEA/RJ. Além das entrevistas, houve análise de documentos: do GIEA/RJ, sendo eles, as atas das reuniões dos dias 31 de janeiro, 27 de fevereiro e 1 de abril e 17 de outubro, todas em 2025, e a carta final da I Conferência de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro; e da Oficina, sendo eles o relatório oficial da oficina no sudeste (INPE, 2025) e o Caderno de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Colegiados de Políticas Públicas de Educação Ambiental (RAYMUNDO, 2025).

Como complemento, produzi um documento narrativo da minha trajetória no campo das políticas públicas de educação ambiental, que se iniciou a partir da minha atuação no campo de pesquisa.

Foi, ainda, enviado um formulário com indicadores de diálogo a todos os participantes da oficina em Belo Horizonte, através de um grupo mantido no aplicativo *WhatsApp*, onde foi feito um acompanhamento das atividades realizadas dentro das CIEAs. Contudo não obtive nenhuma resposta neste formulário. Acredito que por haver enviado tardiamente, aproximadamente um ano após ocorrida a oficina, faltou engajamento à minha proposta. Desta forma este método de geração de dados foi descartado. Mantivemos as entrevistas e a análise de documentos.

Abaixo farei uma breve explicação de cada técnica utilizada.

3.2.1 ENTREVISTA

Foram feitas entrevistas semi-estruturadas, ou seja, como explicita Triviños (1987), que partem de perguntas pré-selecionadas, de acordo com os objetivos da pesquisa, mas que se abre ao encaminhamento que os entrevistados oferecem, com certo grau de liberdade para abordar o tema e compartilhar vivências.

Este tipo de entrevista colabora para a compreensão de práticas, valores, conflitos e contradições de processos, principalmente coletivos. Se bem sucedida, permite desvelar a percepção dos participantes defronte aos acontecimentos (DUARTE, 2004).

As entrevistas foram divididas em duas vertentes, a das coordenadoras das oficinas, a qual contou com duas pessoas entrevistadas (anexos 6 e 7), e a dos membros do GIEA/RJ, participantes da oficina, que contou com duas pessoas entrevistadas (anexos 8 e 9).

Nas entrevistas com as coordenadoras, objetivou-se compreender a evolução das oficinas, desde a concepção até a última feita, perceber se seus objetivos foram alcançados, as metodologias utilizadas, e se seu desenvolvimento foi influenciado por aqueles que participaram.

Já nas entrevistas com os participantes, busquei compreender como interpretaram a realidade vivida na oficina, e como criaram significado dos ocorridos dentro do GIEA/RJ, associando à oficina.

3.2.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS

A análise de documentos consiste na seleção, revisão e avaliação de documentos públicos. Como esta é uma pesquisa qualitativa, foi necessário que

houvesse uma interpretação destes documentos (BOWEN, 2009). Atkinson e Coffey (1997) enfatizam, ainda, que documentos públicos não podem ser lidos como a realidade inscrita, e, sim, como retratos construídos com intuítos e intenções específicas. Ainda assim, servem como evidências que, associadas a outras evidências, colaboram com a visualização de ocorrências dentro do campo histórico cultural.

Como vantagem, a análise de documentos oferece agilidade e baixo custo, já que não requer uma coleta, nem uma construção de dados, apenas uma seleção. Outro fator positivo é a estabilidade, já que os documentos não se modificam com o tempo nem com a pesquisa. O que se pode alterar é a interpretação (BOWEN, 2009).

Como fatores limitadores deste método, podemos perceber a possibilidade de um enviesamento na produção do conteúdo destes documentos, e que deve ser investigado na interpretação destes, e a insuficiência de detalhes, já que eles não comportam toda a realidade ocorrida (BOWEN, 2009).

Assim, com a intenção de compreender estruturalmente os eventos ocorridos, foram analisadas atas, tanto das oficinas quanto das reuniões do GIEA/RJ. Além dessas, foram analisados outros documentos produzidos: relatório oficial da oficina do sudeste (INPE, 2025), o caderno de indicadores de monitoramento e avaliação de colegiados de políticas públicas de educação ambiental (RAYMUNDO, 2025) e a Carta Final da I Conferência de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (elaborada com auxílio do GIEA/RJ), além do roteiro da oficina que ministrei no GIEA/RJ. O projeto das oficinas ainda está elaborando um livro sobre os acontecimentos, e nele houve espaço para que as CIEAs publicassem um capítulo sobre suas percepções e seus encaminhamentos. Contudo a CIEA do Rio de Janeiro não enviou nenhum texto para publicação.

Com a análise dos documentos, meu objetivo foi materializar ações, cronogramas, dinâmicas, presenças, assuntos e temas abordados. Já que não houve aprovação do comitê de ética a tempo de iniciar uma observação participante, estes serviram como base para esta análise.

3.2.3 NARRATIVA

Com o intuito de explicitar o caráter fluido, contínuo, multidimensional, diverso e complexo do campo das políticas públicas, foi feito um relato narrativo da minha trajetória dentro desta pesquisa, intitulado 'Minha travessia pelo campo político' (Anexo 10). Ali contei minhas vivências, minhas angústias, meus aprendizados e minhas impressões das experiências desbravadas.

Chaves e Mori (2019) enfatizam que os registros narrativos, por possuírem menos rigor verbal, por não se limitarem aos fatos, conseguem se aprofundar no vivido, no que se entranha corporalmente, no que fica na alma. Assim, esta narrativa pode complementar, com mais dinâmica, os documentos analisados, que tendem a ser mais frios e estáticos.

3.3 ANÁLISE DE DADOS

Esta pesquisa é fundamentalmente qualitativa, pois busca desvendar acontecimentos vividos, compreendendo interações e desdobramentos, sem relacionar diretamente causa e consequência. Ainda, para a análise de dados foi definida uma abordagem fenomenológica, focando no sentido e na significação da experiência vivida pelos participantes. Ou seja, não busquei responder o fato ocorrido e, sim, analisar a interpretação dos envolvidos e como eles deram sentido ao que experienciaram, tanto na oficina, como nos desdobramentos dela.

3.3.1 ANÁLISE FENOMENOLÓGICA INTERPRETATIVA

A metodologia escolhida para a análise de dados foi a Análise Fenomenológica Interpretativa (AFI). De acordo com Tombolato e Santos (2020), este método baseia-se em três correntes de pensamento, fenomenologia, hermenêutica e idiografia.

O referencial fenomenológico contribui com o olhar à experiência vivida, a partir da perspectiva do participante. Ou seja, o foco está na interpretação dos participantes, e não no evento (ALASE, 2017). Isso, pois, o mundo e os eventos são o que é experienciado neles, refletido pela nossa consciência e confrontado com outras perspectivas. Constrói-se, assim, um significado que não é absoluto, nem único, nem puro (MERLEAU-PONTY, 1999).

A hermenêutica contribui com a compreensão de dar sentido à experiência. O sujeito que experiencia algo dá sentido a isso através da linguagem. Neste contexto,

ele carrega suas vivências e valores, anteriores à experiência em questão (HO, CHIANG e LEUNG, 2017). Aqui o pesquisador interpreta esta interpretação da realidade vivida. Lauterbach (2018) acrescenta que nesse formato de pesquisa, participantes e pesquisadores exploram e constroem juntos compreensões do fenômeno vivido.

Já a idiografia contribui com seu compromisso com a experiência individual dos participantes, e não com a generalização.

A AFI é indicada para contextos com forte componente pessoal e social, nos quais se busca uma compreensão profunda e contextualizada. Em seu favor, conta a atribuição de significado experiencial, a captura de aspectos significativos do ser humano e o compromisso com o uso de dados verbais na íntegra. Contra essa metodologia, conta a utilização de dados a partir da experiência subjetiva, o que a torna menos passível de ser verificada por métodos empíricos (LARKIN *ET AL.*, 2011).

É aconselhado que na AFI as entrevistas se aproximem de uma conversação, sem que haja uma rigidez na estrutura, e que os entrevistados tenham a liberdade de acessar assuntos diversos (LAUTERBACH, 2018). Outro ponto que pode favorecer a metodologia utilizada aqui é o número de entrevistas. Lauterbach (2018) aconselha que sejam feitas diversas entrevistas com os mesmos participantes, em momentos diferentes, com focos diferentes, que possam acessar diferentes memórias e reflexões. Por conta da restrição de tempo, essa pesquisa contou com apenas uma entrevista com cada participante.

Para colaborar com a AFI, a análise de documentos foi feita não apenas com intuito de gerar dados, mas com a finalidade de oferecer materialidade, com evidências contextuais, aos resultados interpretativos e subjetivos.

Objetivando tornar mais transparente minha análise de dados, trago uma linearização do processo de geração e análise dos dados

- 1- Os participantes foram entrevistados;
- 2- Os documentos foram selecionados;
- 3- Fiz a transcrição das entrevistas;
- 4- Fiz uma primeira leitura atenta das entrevistas, com intuito de obter uma compreensão geral da experiência vivida;

5- Analisei os documentos, levantando parâmetros para uma segunda análise das entrevistas;

6- Fiz uma segunda leitura atenta das entrevistas relacionando com os parâmetros levantados pelos dados dos documentos;

7- Fiz uma interpretação relacionando as entrevistas entre si.

8- Construí parâmetros gerados pela interpretação da relação entre as entrevistas;

9- Destaquei os trechos das entrevistas e dos documentos que se referem a cada parâmetro construído.

3.4 UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAL

Esta pesquisa fez uso das seguintes ferramentas de inteligência artificial (IA): *ChatGPT*, *Gemini* e *Grok*. Seu uso foi feito nos seguintes momentos e com a seguinte finalidades:

- referencial teórico- em conversa com as ferramentas busquei encontrar possíveis autores em determinados campos de pesquisa. Após o resultado gerado, fiz uma filtragem em ferramentas de busca de artigos científicos;
- sugestão de formas de escrita- em determinados momentos, foi solicitado às ferramentas de IA sugestões de sinônimos, buscando evitar repetição de palavras;
- metodologia- na busca por referencial metodológico que desse conta dos meus objetivos de pesquisa e das informações geradas, conversei com as ferramentas de IA na busca por metodologias diversas que pudessem ser uma opção viável. A partir dos resultados gerados pela ferramenta, foi feita uma busca bibliográfica que me levou a escolher a AFI como metodologia.
- sistematização de resultados- em conversa com as ferramentas de IAs, pedi diferentes formas de sistematizar os resultados gerados. As sugestões levantadas não incluíram a interpretação de informações, mas apenas a estrutura. Dentre as opções geradas na IA, escolhi duas opções que melhor se encaixaram com meu ponto de vista. A partir dessas opções, misturei-as e refinei-as.

4 RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados que respondem ao objetivo geral da pesquisa: Analisar como o Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental do Rio de Janeiro, o GIEA/RJ, foi influenciado pela oficina do projeto ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas’, realizada em Belo Horizonte. Além dele, os objetivos específicos serão abordados diretamente nas respectivas seções.

Os resultados serão estruturados da seguinte forma neste capítulo: 4.1- apresentação dos trechos que respondem a cada tópico interpretado como resultado 4.2- descrição analítica dos objetivos, pilares, expectativas e metodologias da oficina MonitoraEA-CIEA; 4.3- descrição de parâmetros encontrados a partir das entrevistas com os membros do GIEA/RJ; 4.4- resposta ao objetivo 1; e 4.5- resposta ao objetivo 2. Em seguida teremos a discussão dos resultados em um novo capítulo.

Nesta pesquisa, optei pelo uso do feminino gramatical para todas as participações anônimas, nomeando-as como Entrevistada 1, 2, 3 e 4 (Anexos 6, 7, 8 e 9). Além de assegurar o sigilo das identidades, a escolha busca romper com a norma do masculino genérico na linguagem acadêmica.

4.1 RESULTADOS ENCONTRADOS NOS DOCUMENTOS E ENTREVISTAS

Os parâmetros analíticos apresentados nos quadros 8 e 9, apresentados abaixo, orientarão a divisão de trechos encontrados nas entrevistas e documentos. Nesta seção, tais parâmetros serão materializados a partir das entrevistas e documentos investigados na pesquisa, evidenciando como esses sentidos se expressam nas narrativas e registros produzidos no contexto do GIEA/RJ e da oficina MonitoraEA-CIEA. A apresentação é organizada de modo a indicar para cada parâmetro, trechos que explicitam o que foi interpretado por mim, tanto dos fatos ocorridos quanto dos significados criados, a partir do material utilizado. Não se trata ainda de um juízo interpretativo ou comparativo, mas da apresentação empírica que fundamentará as análises desenvolvidas nas seções a seguir.

Quadro 8: Parâmetros evidenciados a partir dos documentos investigados, da oficina MonitoraEA-CIEA Sudeste

Compromissos Institucionais do projeto	- construção de indicadores de colegiados de EA - construção de indicadores de risco climático - operacionalização dos indicadores na plataforma MonitoraEA
Expectativas das coordenadoras	- elaboração de indicadores - fortalecimento político das CIEAs - formação conceitual (função política da CIEA, Risco Climático e Capacidade Adaptativa a partir da EA)
Percurso Metodológico	- etapa expositiva- conceitos e vídeos - etapa dialógica- círculo e Café Compartilha - produto final- plano de ação para capilarização regional
Escolha pelas CIEAs	- representatividade e diversidade - função política de monitoramento e avaliação de PPEA - potencial de capilarização
Fundamentação do diálogo	- transdisciplinaridade da EA - valorização do divergente - alinhamento à PNEA e ao Tratado de EA

Quadro 9: Parâmetros evidenciados a partir dos documentos investigados, a respeito do GIEA/RJ e o papel da oficina junto a ele

Contexto do GIEA/RJ	- reativação a partir de 2021, com posse em 2024 - articulação institucional (REARJ/SEAS/INEA) - desmonte das PPEA - reuniões oficiais em 2024 e 2025
Dificuldades do GIEA/RJ	- baixa presença - falta de participação - falta de compreensão sobre o GIEA/RJ - lacunas de repertório sobre PPEA - fragilidade de consciência do fazer político
Sentido atribuído à oficina no GIEA/RJ	- engajamento e empolgação - sensibilização e processo formativo - mobilização para conferências - desvelamento da fragilidade política coletiva do GIEA/RJ - fortalecimento da SEAS x enfraquecimento da SEEDUC - embasamento para demandas da sociedade civil

4.1.1 COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS DO PROJETO

Abaixo seguem os trechos destacados das entrevistas e dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Compromissos

Institucionais'. Esse parâmetro dá conta dos compromissos assumidos pelo projeto junto à instituição de fomento, que o financiou. O compromissos assumidos foram: a) construção de indicadores para colegiados de EA; b) construção de indicadores de PPEA em relação aos riscos climáticos; e c) a operacionalização desses indicadores na plataforma MonitoraEA.

Na entrevista 2 (Anexo 7) foram encontrados os seguintes excertos:

- *“E pelo INPE eu tive que fazer alguns ajustes para caber na agenda da instituição. E um dos ajustes foi trazer junto a dimensão das mudanças do clima. Então, a gente trabalha fortemente aqui com o conceito de risco climático, e a gente começou a desenhar uma estratégia, que estava fazendo sentido, que uma parte da governança do risco climático pudesse ser assumido também pelo campo da educação ambiental.”*
- *“Uma entrega são os indicadores das CIEAs. A outra entrega são os indicadores de risco climático adequado às CIEAs. E a terceira entrega é colocar tudo isso na plataforma numa perspectiva já operacional.”*
- *“Os indicadores de risco climático, a gente teve algumas dificuldades que são naturais de processos participativos. A gente sempre achou que a gente ia fazer indicadores de risco climático para um tema. No processo participativo, apareceram oito. Então, assim, ficou muito mais trabalhoso. Mas a gente se comprometeu com o CNPq em um tema.”*

No Relatório da Oficina em Belo Horizonte (INPE, 2025) foram encontrados os seguintes trechos:

- *“O objetivo geral do Projeto é desenvolver um sistema de monitoramento e avaliação colaborativo, baseado em indicadores, para auto-avaliação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental - CIEA das 27 Unidades de Federação do Brasil; e de riscos climáticos para temas prioritários regionais, a partir da compreensão de que as Políticas Públicas de Educação Ambiental - PPEA podem representar elementos de ampliação de capacidade adaptativa nos territórios.”*

4.1.2 EXPECTATIVAS DAS COORDENADORAS

Abaixo seguem os excertos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Expectativas das Coordenadoras’. Nesse tópico abordam-se as expectativas e objetivos pessoais, ou do coletivo que elaborou e promoveu as oficinas. As expectativas foram: a) construção dos indicadores; b) fortalecimento político das CIEAs; e c) formação conceitual com enfoque em função política da CIEA, Risco Climático, e Capacidade Adaptativa a partir da EA.

Na entrevista 1 (Anexo 6), foram encontrados os seguintes excertos :

- *“o Sistema MonitoraEA, que ele tem quatro pilares hoje, né? Um dos pilares são justamente os indicadores, outro pilar é essa plataforma digital, são várias ferramentas tecnológicas digitais com base na WebGIS, né? Então, hoje a gente tem um portal do Sistema MonitoraEA, não é mais uma plataforma, né? É um portal. E dentro desse portal tem tudo que você pode imaginar. Aí, os processos educadores ambientais, que é um pilar básico do MonitoraEA, e análise de redes, também, né? Como um dos pilares.”*
- *“a gente queria construir um sistema baseado em indicadores, para analisar impactos das políticas públicas, relacionando esses impactos com mudança do clima, com os riscos climáticos.”*
- *“um dos objetivos da oficina era justamente ter subsídio, ter elementos, ter materiais de um processo dialógico para que a gente chegasse em indicadores.”*
- *“Tanto indicadores que relacionam a educação ambiental, que mostra fortemente a educação ambiental com o enfrentamento das mudanças climáticas, com a criação, ou contribuição para criar capacidade adaptativa nos territórios, quanto indicadores para que as CIEAs se monitorassem, se autoavaliassem.”*
- *“Outro objetivo da oficina era justamente contribuir para a formação das pessoas, para a formação de todos que estavam participando da oficina, em especial dos representantes, dos membros das CIEAs.”*

Na entrevista 2 (Anexo 7) foram encontrados os seguintes trechos:

- *“a provocação do projeto foi a gente começar a ter essa interface com o colegiado.”*
- *“Então, a grande iniciativa foi assim, vamos criar um projeto para construir indicadores de CIEA. E que depois, a gente sempre achou isso, que se a gente construísse direito esses indicadores, eles valeriam para qualquer outro colegiado de educação ambiental.”*
- *“Porque a gente precisava passar pelo menos por esses dois pontos, por três pontos. Que era compreender o que faz uma CIEA, o que é importante para uma CIEA, para extrair os indicadores. Falar sobre o conceito de risco climático, a gente tinha um processo de formação sobre risco climático. Para depois a gente ter oficinas para entender o conceito de capacidade adaptativa a partir da educação ambiental, para tentar extrair essa informação.”*
- *“Dentro do arcabouço metodológico do MonitoraEA, todo o processo de construção de indicadores, ele é envelopado num processo maior, que é um processo formativo. Por que a gente sempre faz isso, Fabio? Porque a gente parte dessa premissa de que a gente vai para um processo que tem assimetria, de todos os lados, então a gente precisa dar uma equacionada, equalizada, colocar uma linha de base no processo, então o processo formativo é importante, e o processo formativo é importante também para a gente conhecer o nosso interlocutor.”*

4.1.3 PERCURSO METODOLÓGICO

Abaixo seguem os excertos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como Percurso Metodológico. Aqui são abordadas as metodologias utilizadas na oficina com três focos: a) parte expositiva, com conceitos e vídeos; b) parte dialógica, com círculo e Café Compartilha; e c) Produto Final, com a construção de planos de ação para capilarização regional.

No Relatório da Oficina em Belo Horizonte (INPE, 2025) foram encontrados os seguintes excertos:

- *“As Oficinas tiveram como objetivo subsidiar, então, essa construção de dimensões e indicadores de monitoramento e avaliação de gestão das CIEA, riscos climáticos e capacidade adaptativa, através de uma metodologia colaborativa e participativa, por meio de momentos de formação, de atividades pedagógicas, de debates, etc. Esse relatório descreve e relata as atividades desenvolvidas na 1ª Oficina Regional da Região Sudeste.”*
- *“Com objetivo de elaborar o marco referencial da construção dos indicadores de monitoramento e avaliação das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEA) das 27 unidades federativas do país foi realizada uma atividade em grupos a partir de três perguntas orientadoras que provocaram diálogos, debates e registros dos participantes: i) Quais os aspectos, elementos e ou características que devem estar presentes na existência e atuação da CIEA para garantir que ela desempenhe satisfatoriamente; ii) Quais são os resultados esperados com a atuação e cumprimento dos papéis e desafios das CIEAs?; iii) Quais são as transformações e impactos esperados a partir da atuação das CIEA na implementação das políticas públicas de Educação Ambiental? Destaca-se que os resultados são incrementais, portanto, a cada oficina do projeto serão obtidos novos diálogos e debates que vão complementando, aprimorando e legitimando o marco referencial, ao mesmo tempo em que possibilita a definição e construção de indicadores.”*
- *“Foi realizado, no segundo dia da oficina, um Café Compartilha, cuja organização a partir de 6 (seis) mesas, cada uma dedicada à discussão de um texto inicial sobre uma pré-dimensão de base ao processo de construção de indicadores de capacidade adaptativa a partir da EA. As pré-dimensões deverão ser consolidadas em dimensões do marco referencial que sustentarão o arcabouço de indicadores.”*
- *“Os 5 estudos de casos foram aplicados no dia 20/03/2024, no período da manhã, e estão apresentados no ANEXO J, conjuntamente com as versões desses preenchidos pelos representantes dos grupos e que*

foram escaneados. Os participantes da oficina foram divididos em 5 grupos para a realização de cada estudo de caso. Cada estudo de caso apresenta um QR Code que direciona para um trecho do documentário “O Amanhã é hoje - o drama de brasileiros impactados pelas mudanças climáticas” com relatos de brasileiros impactados por ameaças climáticas e perguntas associadas. O objetivo da aplicação dos estudos de casos foi a assimilação dos impactos e riscos climáticos junto com a apropriação dos conceitos das dimensões do risco climático: ameaças climáticas, exposição, sensibilidade e capacidade adaptativa. Cada grupo escreveu os principais pontos dos estudos de casos nas folhas com as perguntas que haviam sido entregues para direcionar as discussões, e elegeu um representante para apresentar oralmente os relatos aos demais grupos.”

- *“Cada Oficina regional possui carga horária de 48 horas/atividades, sendo 24 horas presenciais e 24 horas com atividades à distância que deverão ser cumpridas em até 90 dias após a finalização da etapa presencial. Os objetivos das atividades a distância são: •Socializar as reflexões e aprendizados do encontro presencial junto aos outros representantes da CIEA; Construir conhecimentos sobre risco climático, e as relações entre capacidade adaptativa e educação ambiental, com ênfase na Política Estadual de EA e o papel da atuação da CIEA no estado; •Sistematizar os conhecimentos produzidos na formação interna a partir da reflexão crítica em formato de capítulo de livro. Para o cumprimento de tais objetivos foram delineadas duas estratégias: 1. Formação interna junto aos demais integrantes da CIEA; 2. Escrita de um capítulo de livro.”*
- *“Foi proposto que cada grupo de pessoas, integrantes de uma mesma CIEA, organizasse uma formação com 8 horas de carga horária, presencial ou virtual, com os demais representantes da CIEA estadual nos três meses seguintes (até 23/07/2024). Para apoiar os participantes nesta atividade, foram disponibilizados uma série de materiais como apresentações, folders e publicações. Após a realização da atividade, os participantes devem preencher um*

formulário relatando o desenvolvimento da atividade: data, quantidade de participantes, planejamento pedagógico, avaliação dos participantes da formação, lista de presença, fotos, etc.”

- *“Com vistas a facilitar a organização das atividades à distância nos grupos, foram produzidos quatro planos de ação, sendo um para cada CIEA dos estados da Região Sudeste. Os participantes preencheram um template conforme ilustra a Figura 5 abaixo. No processo, foram definidas as atividades necessárias para realização da formação interna, prazos e responsáveis. Ao final da elaboração dos planos de ação, os grupos compartilharam suas estratégias fomentando trocas e aprendizados mútuos.”*
- *“Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Capacidade Adaptativa. Roda de Fofoca. Rachel- propõe uma dinâmica onde os participantes formam duas rodas, uma interna e outra externa, onde os participantes de uma ‘fofocam’ com os da outra, em duplas, respondendo à uma questão. Em seguida uma das rodas gira, e uma nova pergunta é feita. Foram três rodadas, onde as perguntas foram: Qual um indicador de que vai chover?; Qual um indicador de que alguém pertence a um território?; Qual um indicador de que uma CIEA é democrática?*
Café Compartilha com Pré-Dimensões de Capacidade Adaptativa. Evandro- faz uma introdução sobre a Capacidade Adaptativa, sobre as vertentes e possibilidades de interpretação de Adaptação. Adaptação depende diretamente ao modelo de Desenvolvimento. Qual o modelo de sociedade queremos? Isso está relacionado à educação que iremos promover. Estamos criando o marco referencial para Construção de Capacidades Adaptativas a partir da Educação. As pré-dimensões criadas pela equipe de pesquisadores foram trazidas, para em grupos, serem debatidas, se são suficientes, e se fazem sentido. Serão 3 rodadas de 30 minutos, onde os participantes rodam pelos temas. As dimensões são: Planejamento Colaborativo Adaptativo; Governança Antecipatória; Justiça Climática; Diversidade e Inclusão; Comunicação e Educomunicação; Crítica e Transformação; Formação Dialógica. Cada dimensão traz um texto curto explicativo, para entendimento um

pouco mais claro. Junto ao texto há duas questões: O texto está adequado? Quais os pontos fortes e os pontos a serem aprimorados nessa dimensão?; Como você imagina que esta dimensão poderia ser materializada na prática?”

No Relatório (INPE, 2025) ainda consta, na programação da oficina os momentos expositivos, que não estão descritos na ata. São eles:

- *“Contextualização do projeto- Apresentação de contextualização do projeto e Sistema MonitoraEA, mencionar atividades à distância”*
- *“Contextualização: Papel das CIEAs- Apresentação sobre o papel das CIEAs nas PPEA”*
- *“Contextualização sobre Risco Climático”*

No Caderno de Indicadores (RAYMUNDO *et al.*, 2025) foram encontrados os seguintes excertos:

- *“Todo o percurso metodológico foi orientado pelo princípio da participação social e pelo compromisso ético-político com a educação ambiental transformadora, crítica, territorializada e promotora de justiça socioambiental.”*
- *“Para atingir os objetivos específicos dessas oficinas foi utilizado o “Café Compartilha”, uma técnica de diálogo colaborativo que estimula a partilha de reflexões e que tem como princípios a escuta ativa e respeitosa; a valorização da diversidade de saberes; propiciar um ambiente acolhedor e informal; a conexão de ideias e a cocriação de conhecimento. O Café Compartilha facilita conversas significativas em grupos, organiza os participantes em pequenas mesas, geralmente com quatro a oito pessoas, criando um clima acolhedor e propício para o diálogo. Cada mesa recebe uma questão orientadora relacionada ao tema central, que será discutida de forma aberta e participativa.”*
- *“o Café Compartilha ocorreu em rodadas de conversa, com duração média de 30 minutos cada uma. Ao final de cada rodada, os participantes, exceto uma pessoa chamada de anfitriã da mesa, trocavam de lugar, levando consigo os aprendizados e reflexões para*

compartilhar na próxima mesa. A pessoa anfitriã permanecia na mesma mesa durante todas as rodadas, com a responsabilidade de receber os novos participantes, apresentar um breve resumo das ideias discutidas anteriormente e garantir a continuidade do diálogo. Durante as rodadas de conversas, os participantes foram convidados a registrar suas ideias, utilizando palavras-chave, desenhos, esquemas ou anotações livres. Esse registro visual contribuía para a construção coletiva do pensamento e para a conexão entre a diversidade de ideias e pessoas. Ao final das rodadas, todos se reuniram em um grande círculo para compartilhar os principais insights, aprendizados e propostas que emergiam.”

4.1.4 ESCOLHA PELAS CIEAS

Abaixo seguem os trechos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Escolha pelas CIEAs’. Nesse tópico aborda-se os motivos pelos quais as CIEAs foram convidadas como ponto focal do processo de construção dos indicadores.

Na entrevista 1 (Anexo 6) foram encontrados os seguintes trechos:

- “como a gente queria aproximar os campos da ciência climática com a ciência política e a educação ambiental, então a gente precisava de atores, precisava envolver atores que fossem representativos no campo das políticas públicas de educação ambiental. E aí as CIEAs, elas eram, sim, nem sei que nome dá, mas as CIEAs eram ‘O que há’, sabe?”
- “São colegiados, que um colegiado já traz a diversidade de atores. Então, se eu pegar só uma CIEA, eu já tenho ali uma diversidade de atores daquele território, daquele Estado. Então, além do papel da CIEA ser fazer controle social de políticas públicas, tomar decisões sobre uma política estadual de educação ambiental, contribuir na formulação, não tanto implementação, né, mas principalmente na formulação, monitoramento e avaliação da política estadual de educação ambiental.”

- “além da função fundamental das CIEAs, do papel fundamental que as CIEAs ocupam e devem ocupar numa política pública, elas ainda nos davam a oportunidade de capilarizar o projeto. Porque a gente teria como, poxa, que legal, se tem uma CIEA em cada Estado, então a gente já vai estar capilarizando. E a CIEA por si só, cada Estado, já traz a representatividade, a diversidade de atores.”

Na entrevista 2 (Anexo 7) foram encontrados os seguintes trechos:

- “Porque a CIEA seria um objeto super representativo.”
- “A gente parte da premissa que assim, a gente tem a PNEA, o órgão gestor, e o comitê assessor como esse colegiado nacional, mas quando a gente desce no nível subnacional, as CIEAs são grandes espaços de articulação. São espaços de controle social da política estadual e são espaços de articulação subestadual, que deveria ter capilaridade para os territórios. Então essa foi a nossa premissa para definir as CIEAs. E aí, assim, a gente passou muito tempo sem ter CIEA em todos os estados, mas, sei lá, de uns 5, 6 anos para cá, a gente tem CIEA em todos os estados, a gente falou, bom, esse é o nosso objeto para a gente cobrir o Brasil e fazer um processo nacional.”
- “porque eu acho que a nossa perspectiva aqui dentro da ANPPEA é que as CIEAs, de fato, são os espaços com maior legitimidade, maior capacidade de capilarização da educação ambiental.”

4.1.5 FUNDAMENTAÇÃO DO DIÁLOGO

Abaixo seguem os trechos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Fundamentação do Diálogo’. Nesse tópico aborda-se os motivos pela escolha por um processo dialógico.

Na entrevista 1 (Anexo 6) foram encontrados os seguintes trechos:

- “Então, foi um amplo processo participativo, né? Com várias etapas, uma metodologia participativa gradativa, que a gente foi construindo aos poucos. Porque o sistema tem essa característica de ser vivo, dinâmico, sempre se atualizando.”

- “A gente bebe muito na fonte do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, na própria Política Nacional de Educação Ambiental. E, seguindo então essa lógica, seria muito incoerente nós construirmos indicadores que não fossem com base no diálogo. Então, o diálogo é base nos processos, deve ser base dos processos de educação ambiental, de uma educação ambiental que quer ser transformadora.”
- “Sendo indicadores amplos, o diálogo é extremamente necessário para fazer uma escuta sensível, para fazer, para trazer os argumentos que não são somente da ciência, ou mesmo da educação ambiental, porque, enquanto diálogo, a gente precisa colocar a educação ambiental para dialogar com outros campos de conhecimento, como um campo de conhecimento da ciência climática, da ciência política. Então, o diálogo era extremamente necessário para a gente conseguir construir indicadores de políticas públicas de educação ambiental. Então, sem diálogo, não tem como a gente argumentar, não tem como a gente ouvir as diferentes vozes, ouvir a pluralidade de ideias, de expectativas. Então, penso isso, que o diálogo é a base. Sem ter diálogo, não tem condições da gente fazer educação ambiental.”

Na entrevista 2 (Anexo 7) foram encontrados os seguintes trechos:

- “a gente entende aqui, falando do ponto de vista científico, que esse processo de construção de indicadores que a gente faz aqui pelo MonitoraEA, pela CIEA, é um processo essencialmente transdisciplinar.”
- “A gente tentava capturar essas divergências, essas informações divergentes. Obviamente que a gente está em um contexto muito polarizado, e em alguns casos a coisa foi mais difícil.”
- “E no contexto de indicadores, é muito importante a gente capturar dissidência, informação e opinião diferente, porque senão a gente acaba entrando num contexto, e em ciência de dados a gente fala muito de redundância, né? Se a gente está na mesma bolha, que todo mundo fala a mesma coisa, a gente começa a conseguir um monte de

indicador que está, no final das contas, falando da mesma coisa. O indicador precisa ser específico, então ter diversidade faz muita diferença.”

4.1.6 CONTEXTO DO GIEA/RJ

Abaixo seguem os excertos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Contexto do GIEA/RJ’. Nesse tópico aborda-se o contexto do GIEA/RJ pré-oficina e a regularidade de reuniões pós-oficina.

Na entrevista 3 (Anexo 8) foram encontrados os seguintes trechos:

- “O GIEA, ele tinha sido reativado, mas bem pouco tempo antes da oficina. Ele estava parado desde 2018, foi o que eu entendi. Eu não estava na superintendência nesse período, mas quando eu cheguei, em 2021, ele estava parado, e eu reativei em 2022, o GIEA. Mas assim, reativamos, mas não tinha dado posse ainda, não tinha oficialmente em D.O., né, publicado, e logo na sequência, que a gente fez isso, todos os trâmites burocráticos, a gente fez a oficina.”
- “eu soube da existência do GIEA, vi a publicação do GIEA, que tinha sido publicado, o decreto de criação, que era bem antigo. Aí eu entrei em contato com alguns conhecidos, algumas pessoas (falha na comunicação) muito solo mesmo.”
- “eu busquei algumas pessoas da rede, para saber do que se tratava. Me disseram que ele nasceu junto com a política estadual de educação ambiental, e que era um grupo que estava parado, estava inoperante, e sobre a importância dele de reativar. Foi aí que eu fui correr atrás da documentação, da validação interna, de todos os procedimentos para reativar ele.”
- “Ano passado ele se reunia com mais frequência, ele tinha uma reunião a cada aproximadamente 70 dias, 80, né, mais ou menos assim. Esse ano a gente tá com espaçamento aí, nós tivemos somente uma reunião esse ano”

- “Embora a gente está sempre se falando, sempre conversando, e sempre se comunicando via grupo de whatsapp, que embora seja informal, é uma maneira da gente estar conversando entre a gente.”

Na entrevista 4 (Anexo 9) foram encontrados os seguintes trechos:

- “diante da conjuntura em que estávamos, havia um esforço de termos algo de concreto. E esse esforço também não era um esforço de todos os entes lá presentes, era um esforço de alguns, principalmente da sociedade civil e das SEAS.”
- “foi possível, nesses diálogos, a reconstituição do GIEA antes da oficina. Foi possível a reconstituição, foi possível que essa reconstituição fosse formalizada dentro do sistema instituído, do governo, né?, o decreto, blá, blá, blá. E foi possível a construção de algumas ações que, pra nós, eram importantes, porque era uma demanda muito grande. E aí eu exemplifico com a primeira etapa da conferência estadual de educação ambiental, que era uma demanda muito grande nossa.”
- “E quando eu disse que, ainda há pouco, que isso foi uma discussão, tanto com a SEAS, que integram o órgão gestor, quanto com o INEA, porque o INEA, em parênteses, ele estava num processo de construção de um outro processo, né, de mentoria aos comitês de bacia hidrográfica. Então, a gente estava discutindo tudo isso ao mesmo tempo, como se fosse um espelho, a gente não estava acompanhando. E aí a gente começou a pressionar, alguns de nós indivíduos, a pressionar o órgão gestor, incluindo o INEA como convidado desse órgão gestor, que acompanha o órgão gestor, dizendo, olha, eu não falo da SEEDUC, porque ela não estava em lugar nenhum nessas discussões, infelizmente.”
- “Então, teve um momento em que foi de construção de confiança política, confiança política mútua, de tentativa de resgate da nossa própria história, né? Documentos sumiram. Foi a sociedade civil que, inclusive, deu vários documentos. Mas lá, infelizmente, na secretaria. E aí depois teve um momento de pujança em que a gente fazia muita

reunião. Muita reunião, inclusive *on-line*. A pandemia não parou esse processo de reunião, as reuniões eram *on-line*. Foi de pujança, de construir ações compartilhadas, e aí depois caiu, né? Caiu, pouquíssimas, pouquíssimas reuniões. Conseguimos ainda fazer essa ação que era muito demandada por nós, que é a Conferência Estadual de Educação Ambiental, e depois piorou. A gente está, assim, a gente está há muito tempo sem reunião, mas por conta do órgão gestor não estar funcionando como órgão gestor no GIEA. Por conta da secretaria de educação, que não (inaudível) uma estrutura dentro, né, da secretaria, uma estrutura robusta de educação ambiental.”

- “Eu gosto sempre de me referenciar ao INEA porque também tem uma influência muito grande nas discussões do GIEA, né? É convidado permanente, inclusive.”

4.1.7 DIFICULDADES DO GIEA/RJ

Abaixo seguem os trechos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Dificuldades do GIEA/RJ’. Nesse tópico aborda-se motivos que dificultam a organização e as ações do GIEA/RJ.

Na entrevista 3 (Anexo 8) foram encontrados os seguintes trechos:

- “Eu acho que não, mas foi pior, mas já esteve pior. Eu acho que, na totalidade, não compreendem. Muitos, principalmente de órgãos públicos, estão mais para cumprir a necessidade, né? O gestor pediu que, ordenou, que fosse essa pessoa. Mas já foi pior.”
- “A comunicação, disponibilidade dos membros, eu acho que existe um distanciamento dos membros, naturalmente, do grupo, das discussões, falta de interesse, né? Eu acho. Existe uma minoria engajada, mas a grande maioria não é.”
- “Às vezes a gente faz de tudo para facilitar. Bota a reunião presencial, mas bota a híbrida. E ainda assim, de alguma maneira, tem sempre uma ausência, tem sempre uma invalidação daquela reunião. Muitas das vezes eu tenho que fazer um esforço solo de ligar, de mandar mensagem para eles, no particular: olha, a gente está fazendo isso, a

gente vai fazer essa reunião, vai ser isso, isso e isso tratado. Mas ainda assim eu não consigo ver um interesse, um engajamento da maioria.”

- “Acontece às vezes falta de quórum, acontece também das pessoas irem e não participarem.”

Na entrevista 4 (Anexo 9) foram encontrados os seguintes trechos:

- “E aí respondendo, não, porque primeiro, os próprios gestores muitas vezes não sabem. Então nós já ouvimos coisas bem complicadas, como vindas, por exemplo, de representantes da SEEDUC, uma vez, “mas é porque a gente não tem agora como criar uma nova coordenação para ser o órgão gestor da política estadual”. Eu falei, opa, peraí, peraí, não é isso, o órgão gestor não é uma caixinha nova no organograma das secretarias. A secretaria é o órgão gestor, as duas secretarias são órgãos gestores. Então a gente ficava e fica, muitas vezes, mostrando o que é um órgão gestor, olha só, vocês têm que sentar, discutir, olha, eixos estruturantes, qual é o eixo estruturante? Formação, tá, é formação, então a secretaria de educação vai fazer formação no âmbito dela, do sistema de educação, e meio ambiente vai fazer no âmbito dela, secretaria do ambiente. Então, mas o eixo estruturante é formação, capacitação, blá, blá, blá. Então, assim, é um absurdo a gente ter que explicar para gestores públicos que estão lá, nesse espaço, o que é ser um órgão gestor.”
- “A educação ambiental é uma política que se diferencia, porque são dois e os dois têm que sentar. Então, isso não está claro. Se não está claro para os gestores, muito da sociedade civil que adentra as CIEAs e adentra o GIEA, é a mesma coisa, não entendem.”
- “A segunda é que a falta de entendimento do que é controle social, tanto para os gestores públicos. Porque a gente já ouviu, a gente já ouviu, inclusive há pouco tempo, inclusive há pouco tempo, em discussão, lá no Lusófono, no encontro Lusófono. Gestores públicos ficam muito incomodados com a palavra, com a palavra composta, controle social, entendendo o controle social no senso comum do

dicionário, vai controlar o meu trabalho. Nós já ouvimos na construção, foi assim, exemplar, né? Estávamos numa das oficinas de construção do Programa Municipal de Educação Ambiental, oficinas participativas, e aí uma pessoa que fazia parte da gestão chegou e ficou incomodada e disse: “mas olha só, isso daí, se esse documento, no final, for diferente do que a gente está fazendo, for muito diferente, o que a gente faz?” E aí, com muita tranquilidade, nós que estávamos lá à frente, falamos, olha só, isso aqui é a política de Estado que a gente está construindo. Então, depois, vocês vão ter que alinhar os seus programas de governo com a política de Estado. “Ah, não, não, isso é um absurdo, isso é um absurdo, quer mais legitimidade do que o governador que foi eleito pelo povo? Então, se ele quiser, ele faz tudo diferente dessa política aí”. Então, falta, sabe, de conhecimento do que é o sistema de participação e controle social que vem da Constituição, ninguém conhece a Constituição.”

- “A gente sabe, inclusive, que nos anos passados, era a Constituição que estava sendo atacada, como ainda é hoje. Todos os direitos que estão lá, inclusive o direito de participação e controle social. Então falta esse entendimento, tanto de gestores públicos, quanto às vezes, infelizmente, da sociedade civil.”
- “E aí isso resvala nas CIEAs e no GIEA, porque é uma falta total de compreensão do que seja o espaço de controle social. Um poder dominante sabe. Não às vezes os gestores que são colocados ali, mas os que estão acima na hierarquia, sabem. Por isso tentam controlar, por isso tentam definir rumos, porque sabem o que é o espaço de controle social. Mas às vezes aquela pessoa que está lá no dia a dia daquele espaço não sabe.”
- “o próprio desconhecimento das políticas públicas estruturantes de educação ambiental. Porque assim, não tem como, você tem que sentar e ler, você tem que estudar.”
- “Vem uma pessoa, “olha, gente, isso aqui é a nova representante da Secretaria, tal”. O que é para o nosso GIEA, seja órgão gestor ou, por exemplo, de outros órgãos governamentais. Aí a pessoa: “oi, gente,

tudo bem? Eu sou fulana. Então, assim, eu estou começando nesse campo da educação ambiental, então eu estou aqui para aprender com vocês”. Fala sério, mano. Fala sério. Aprender o quê? Você tem que sentar. Você tem que ler as políticas. Antes, gente, você aceitou? Aceitou estar ali? Foi definido no governo que você estaria ali? Você tem que sentar e tem que ler tudo. Não estou falando ler tese de doutorado, não, você tem que ler pelo menos as políticas públicas. Tem que estar escrito o processo de construção dessas políticas, porque também tem isso. Se você pega, você vai, “qual é a última versão do ProNEA, do Programa Nacional? Ah, tá, que legal”. Que legal não, você tem que saber que aquilo que está ali, essa terceira versão, ela foi processo, ela foi produto, pelo menos o seu plano de ação. O plano de ação foi produto de um processo participativo de revisão de dois anos que culminou naquilo ali e que foi apresentado a todo mundo no 9º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Você tem que saber isso. Então, aquela versão tem especificidades da primeira e da segunda que são importantes. Você tem que saber isso, você tem que estudar o que é uma CIEA.”

- “um segundo elemento para essa tua pergunta, é a incapacidade, pela não formação política, das pessoas entenderem o que é uma discussão política no espaço de controle social. Está todo mundo muito melindrado, sabe, todo mundo parece assim o alecrim dourado, sabe? Há pouco tempo a gente estava em outro espaço de controle social, e que a gente não estava falando alto nem de forma agressiva. Mas a gente estava falando, alguns de nós, de forma assertiva, para umas jovens que estavam recebendo recurso público para realizar algumas atividades, e a gente não tinha encontrado informações sobre estas atividades: quando, onde, por quê... E aí a gente foi procurar saber, fomos indagar, nossa! Isso chegou lá no ministério afim desta atividade, como estávamos oprimindo as jovens. Essas pessoas mais velhas estavam oprimindo. A gente não gritou, a gente não xingou, a gente só foi de uma forma muito assertiva: “olha só, a gente precisa saber o que vocês fizeram em quatro meses de trabalho. Porque vocês

receberam recursos públicos para isso, a gente precisa saber. Vocês podem nos relatar? Nos entregar um relatório para a gente ler?”. Nossa, isso chegou na chefia hierárquica, como estávamos oprimindo. A gente faz uma discussão, às vezes, nesses espaços de controle social, inclusive o GIEA, em que a gente: “olha só, você está em uma função pública, representando uma secretaria, nós queremos que você nos traga estas e estas informações”. Aí a pessoa: “gente, eu vou sair porque eu estou sendo, sabe, atacada pessoalmente”. Gente! Então aquela formação política que eu estava falando, incide também nisso.”

- “Então é uma falta total de formação política, as pessoas não entendem que aquilo é uma demanda. E aí eu falando do meu lugar, da sociedade civil para o poder público, que não tem nada de pessoal.”
- “A falta de formação política do que é espaço de controle social, o que é uma CIEA. A falta da maioria das pessoas que estão lá de não entenderem o que é esse espaço. A fragilidade no conhecimento das políticas públicas, estruturantes e do processo histórico de construção dessas políticas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, dificulta essas reuniões.”

Analisando as atas das reuniões, e comparando com as entidades ali representadas constatamos que:

- Constam 16 entidades que compõem o GIEA/RJ, cada uma com titular e suplente, além de convidados permanentes e pontuais.
- Na reunião de 31/1/2025, estiveram presentes 5 entidades, além de 2 dos convidados fixos.
- Na reunião de 27/2/2025, estiveram presentes 6 entidades, além de 2 convidados fixos e um esporádico (DEA/MMA).
- Na reunião de 1/4/2025, estiveram presentes 7 entidades, além de 1 convidado fixo e dois esporádicos (DEA/MMA e MEC).
- SEAS, SEEDUC e REARJ foram as únicas instituições presentes nas 3 reuniões, além da UNIRIO (membro convidado permanente).

- SECTI, UNDIME-RJ, ANAMMA, Jardim Botânico, FIRJAN, SEPE-RJ, SINPRO-RIO e UENF não estiveram presentes em nenhum dos 3 encontros.

4.1.8 SENTIDOS ATRIBUÍDOS À OFICINA NO GIEA/RJ

Abaixo seguem os trechos destacados dos documentos onde foram encontrados indícios dos parâmetros intitulados como ‘Sentidos atribuídos à Oficina no GIEA/RJ’. Nesse tópico aborda-se como os participantes atribuíram sentido à oficina no cotidiano do GIEA/RJ.

Na entrevista 3 (Anexo 8) foram encontrados os seguintes trechos:

- “Muitos, principalmente de órgãos públicos, estão mais para cumprir a necessidade, né? O gestor pediu que, ordenou, que fosse essa pessoa. Mas já foi pior. Então, já teve um movimento, depois do movimento de aproximação, de validação de GIEA, e principalmente depois do curso, então assim, nós já evoluímos, temos o que evoluir, mas já também não estamos na estaca zero.”
- “Eu acho que sim, que ela facilitou. Eu já começo até a próprio exemplo dos próprios membros que são da SEAS, as pessoas da própria superintendência. A gente teve uma reunião depois e eles falaram sobre coisas que eles não tinham noção da dimensão, da importância que eles só foram ter após o treinamento. Também senti os grupos da academia, principalmente da UFRRJ, da Rural, mais empolgados, mandaram algumas mensagens falando sobre possibilidades de avaliação que o treinamento deu, ofereceu.”
- “Uma pessoa também da Fiocruz veio me procurar, falando que: poxa, bacana, eu consegui entender um pouco melhor, depois desse treinamento, o papel e a importância da gente avaliar as políticas públicas. Então assim, teve um retorno, um retorno verbal, do diálogo, isso eu achei um ponto de destaque para mim.”
- “eu acho que eles se interessaram mais pra conferência de educação ambiental. O que me leva a crer que a gente tem que estimular mais diálogos e mais participação. Me chamou isso a atenção, que foi logo depois do treinamento, e foi uma ação, né?”

- “Mas eu senti que eles ficaram mais engajados, sim, e um bom exemplo disso é a conferência de meio ambiente, que eles estiveram em peso, o GIEA esteve em peso lá.”

Na entrevista 4 (Anexo 9) foram encontrados os seguintes trechos:

- “A oficina, na verdade, pra mim, desvelou a mediocridade política lá do GIEA. Foi um espelho de como, no coletivo, não um ou outro indivíduo, mas como, coletivamente, não estávamos atuando como uma CIEA. Como um espaço de controle social que tem que acompanhar, monitorar e avaliar uma política pública.”
- “A gente falou, olha só, nós já sabíamos que não estávamos atuando como um espaço de controle social da política, mas agora, para nós mesmos, isso ficou muito mais transparente, claro e lúcido. Não estamos fazendo o que temos de fazer, e vocês não estão fazendo o que têm que fazer, que é trazer a política pública para que nós, enquanto órgão consultivo, falemos sobre ela, e aí vocês concretizam em ações, em programas, etc. Vocês apenas vêm aqui apresentar, quando a gente solicita, apresentar o que já está substanciado, inclusive com recursos financeiros. Então, isso não pode continuar assim. Porém, a mediocridade política coletiva do GIEA levou a que isso não houvesse um avanço, porque foram só alguns indivíduos que trouxeram essa perspectiva.”
- “E a fragilidade se mostrou, foi de lá pra cá e de cá pra lá, né, com a Conferência Infanto Juvenil de Meio Ambiente. Isso trouxe, assim, conflitos muito grandes, e o GIEA, infelizmente, não fez o seu papel, né, de pressão política robusta com relação a essa realidade. Então, o poder que o GIEA tinha de pegar a pulso, né, essa conferência foi deslocado, né, para uma comissão organizadora estadual, que sempre existe, mas uma comissão organizadora estadual desacoplada do GIEA, tá? E aí essa comissão, ela, enfim, ela fez algumas ações para que desse conta da conferência estadual, mas o GIEA não acompanhou enquanto GIEA. Não é algumas pessoas que estavam no GIEA, também estavam na COE. Não, isso é irrelevante, no sentido de

não é necessário. Em outras CIEAs, não estão lá na COE, mas a CIEA, ela tem que acompanhar. Ela tinha que acompanhar e monitorar todas as ações da COE, da Conferência Infanto Juvenil. Isso não aconteceu.”

- “Porque a gente falava o tempo inteiro. A gente não está fazendo o papel de um espaço de controle social. É consultivo, tudo bem, mas a gente vai fazendo. Mas isso foi desvelado.”
- “Então, o primeiro ponto positivo, e aí foi positivo porque a representante da SEAS, ela estava aberta, politicamente falando, para fazer uma escuta realmente ativa do que estava sendo colocado. Ter a sensibilidade política de realmente escutar o que estava ali sendo colocado. Então, eu acho que isso deu uma robustez. Deu um fortalecimento nas ações da gestão de educação ambiental na SEAS.”
- “E aí no momento em que a oficina esclareceu, né, em termos teórico-metodológicos, trazendo todo arcabouço conceitual sobre o que é a CIEA. No momento em que você estava lá como gestora pública, né, como gestores públicos, ouvindo outras CIEAs, e CIEAs mais frágeis que nós, inclusive.”
- “Mas foi negativo para o outro braço do órgão gestor, tá? Pra ser duplo, porque ao visualizar a mediocridade, não da pessoa, mas do posicionamento da Secretaria de Educação naquele contexto do que é um órgão gestor e aí do que é uma CIEA, houve, na verdade, um retrocesso no sentido de trazer mais muros, que dificultavam o diálogo. Então tem essas duas facetas. A oficina foi importante para dar maior concretude, maior possibilidade de dialogar com a sociedade civil para um dos braços do órgão gestor, né, e para outro foi o contrário.”
- “E pra nós, sociedade civil, foi um fortalecimento no sentido de mostrar que os nossos posicionamentos sempre foram posicionamentos políticos embasados na legislação, embasados nas políticas públicas estruturantes. Não eram achismos políticos, não eram construções retóricas, de sujeitos engajados que estão sempre se colocando como inimigos dos governos. Não, que nossos posicionamentos sempre tiveram base em processos históricos, fortalecimentos das políticas

públicas, construção das políticas públicas e no que rege o regramento das CIEAs”

- “eu acho que oficinas, como a oficina do MonitoraEA, ela traz uma perspectiva de rasgar os seus limites, sabe? Os seus limites do olhar do seu quadradinho, do seu território, porque você ouve, você ouviu as outras CIEAs. E aí eu estou falando até para nós mesmos, a sociedade civil. Nesse ponto, está todo mundo no mesmo barco, porque você amplia horizontes, você ouviu cientistas, na boa. Você ouviu, você ouviu falas de atores sociais de outras ciências, que não aqueles campos de conhecimento que a gente está mais atrelado, no dia a dia do campo da educação ambiental. Então, oficinas como aquela, eu acho que são oficinas que trazem a potencialidade de reconstrução de um monte de coisa.”

Na Carta Final da I Conferência de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro, que ocorreu em 13/11/2024, encontramos alguns tópicos que podem se relacionar com a Oficina de Belo Horizonte:

- Houve um painel intitulado ‘Educação Ambiental Climática e seus meios de implementação’ no qual, em consulta pública com a pergunta ‘Como o estado pode melhorar as ações educacionais sobre clima na sociedade e nas escolas?’, uma das opções era ‘Incentivando projetos de Capacidade Adaptativa’.
- Houve um painel intitulado ‘Controle Social’ no qual, em consulta pública com a pergunta ‘Como o estado pode melhorar a participação da sociedade civil nas políticas públicas de Educação Ambiental?’, haviam, entre as opções, ‘Incentivando projetos de Capacidade Adaptativa’, ‘Fortalecendo os grupos, conselhos e colegiados de educação ambiental no estado e nos municípios’ e ‘Promovendo processos formativos’.

4.2 A OFICINA - OBJETIVOS, EXPECTATIVAS E METODOLOGIAS

A oficina pesquisada faz parte de um projeto: ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de

Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas'. De acordo com a entrevistada 2, o objetivo inicial do projeto era construir indicadores para colegiados de EA, com intenção de fortalecer as CIEAs. Como demanda do INPE, um dos membros da ANPPEA e proponente do projeto, junto à chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 59/2022 na “Linha 4 - Projetos de Conscientização e Aumento da Difusão do Conhecimento sobre as Mudanças Climáticas Globais e Avaliação do Impacto da Implementação de Políticas Públicas para Enfrentamento das Mudanças Climáticas”, na qual foi obtido financiamento, foi incluída a dimensão de governança de risco climático a partir da EA (INPE, 2025).

Assim, os compromissos assumidos com as instituições financiadoras do projeto foram: a) construção de indicadores de colegiados de educação ambiental; b) construção de indicadores de risco climático e capacidade adaptativa pela educação ambiental para um tema (definido o tema água); e c) inserir os indicadores na plataforma MonitoraEA de forma operacional.

Desta forma, a oficina MonitoraEA-CIEA do sudeste fez parte de uma etapa metodológica, na qual levantaram-se subsídios para a construção dos indicadores citados acima. Para além de uma etapa metodológica, foi feito, ainda, um processo formativo a partir de três pilares, como cita a entrevistada 2: a) função política das CIEAs; b) conceito de risco climático; e c) conceito de capacidade adaptativa a partir da educação ambiental. Essa entrevistada enfatiza que o processo formativo é feito para reduzir a assimetria entre os saberes dos participantes e dos coordenadores. A fim de atender aos objetivos estipulados e percorrer as etapas definidas, aplicou-se o seguinte percurso metodológico: etapas expositiva, com apresentação de conceitos, e etapas dialógicas, com compartilhamento de expectativas, opiniões e vivências em círculo e através do Café Compartilha. Ainda foi utilizado o suporte de vídeos e relatos de caso. Ao fim da oficina, cada CIEA elaborou um plano de ação para capilarizar o processo formativo com os membros ausentes.

Para a elaboração dos pilares, conteúdos e percurso metodológico, foi feita uma primeira oficina, apenas com os pesquisadores do projeto, realizada nos dias 23 e 24 de Novembro de 2023, no INPE, em São José dos Campos (RAYMUNDO *et al.*, 2025). Com isso, a oficina do sudeste foi o primeiro encontro dessa estrutura com o público alvo.

4.2.1 AS ESCOLHAS PELAS CIEAS E PELA METODOLOGIA DIALÓGICA

Destaquei dois fatores do projeto MonitoraEA-CIEA a serem aprofundados com perguntas incluídas no roteiro de entrevista. O primeiro fator foi a respeito da escolha das CIEAs como parceiras na construção dos indicadores, levantando subsídios conceituais, idéias e questionamentos. O segundo fator foi a utilização de metodologias dialógicas em todo o processo, desde a elaboração da própria metodologia, passando pelas oficinas, até o fechamento dos indicadores.

Em relação às CIEAs, a escolha se deu, de acordo com a Entrevistada 1, por conta de sua diversidade e representatividade de atores, já que ali encontram-se membros da sociedade civil, do setor privado, e de diferentes segmentos do setor público. Além disso, foi evidenciada, pela mesma entrevistada, a função política de controle social, principalmente no monitoramento e avaliação das PPEA. A entrevistada 2 complementa, trazendo uma intenção prévia de fortalecimento das CIEAs, principalmente após o desmonte do governo Bolsonaro nas políticas de educação ambiental. Segundo ela, a ANPPEA compreende esses colegiados como os espaços com maior legitimidade nas PPEA, e por isso é importante que estejam ativos e fortalecidos. A entrevistada 1 complementa, também, sobre a importância do processo formativo nesse fortalecimento, gerando aprendizado para seus integrantes.

Já em relação ao diálogo, ambas as entrevistadas enfatizam a questão da transdisciplinaridade da educação ambiental, que abriga diferentes campos, diferentes visões, diferentes referenciais, diferentes expectativas. Outra questão apontada por ambas é a valorização do divergente, do dissidente. A entrevistada 2 explica que a ausência de diálogo que traga essa dissidência tende à criação de resultados redundantes. Já a entrevistada 1 destaca a fundamentação do Sistema MonitoraEA a partir da PNEA (BRASIL, 1999) e do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992), que exigem uma EA crítica, transformadora e emancipatória, utilizando o diálogo como uma das estratégias.

4.3 O GIEA/RJ

O GIEA/RJ estava retomando sua organização e suas atividades quando ocorreu a oficina em Belo Horizonte, de acordo com as entrevistadas 3 e 4. Os trâmites governamentais estavam quase concluídos, tanto que alguns meses antes, houve publicação em Diário Oficial (RIO DE JANEIRO, 2023) e poucos meses depois, o evento de posse de seus membros. A articulação para a reativação, porém já vinha ocorrendo. De acordo com a entrevistada 3, o colegiado estava desativado desde 2018 e, em 2021, ela iniciou o processo de diálogos e pesquisas para reativá-lo. De acordo com a entrevistada 4, SEAS e REARJ já dialogavam construindo “convergências possíveis”, em conjunto com o INEA, que não é membro oficial do GIEA/RJ, mas atua como convidado, e também acompanha o órgão gestor das políticas de educação ambiental. Em 2022, a SEAS consegue contactar todas as instituições que compõem o colegiado, para que nomeassem seus representantes.

A entrevistada 4 ainda se aprofunda no questionamento de articulação do grupo. Para ela, não se pode dizer que havia uma articulação total, já que nem todos os membros tinham apropriação de sua função política. Porém, também não é possível dizer que não havia articulação nenhuma, já que os membros estavam indicados, instituições estavam em diálogo, e alguns membros estavam com total ciência de seus papéis ali. Outro ponto destacado é o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental, durante os anos de governo Bolsonaro, que teriam dificultado essas articulações e engajamento.

Após a oficina, o GIEA/RJ teve seu evento de posse e, logo em seguida, iniciaram-se reuniões frequentes. A entrevistada 3 destaca que as reuniões ocorriam a cada 3, 4 meses em 2024 e que, em 2025, essas reuniões ocorreram com menor frequência. Entre os encontros de 2024, houve uma capacitação, ministrada por mim, para que os membros do colegiado pudessem ter ciência e se engajar na formação e no trabalho ocorrido na oficina de Belo Horizonte.

Como destacado por ambas as entrevistadas, uma das maiores dificuldades é a falta de entendimento das funções políticas do grupo, e que isso impacta na dificuldade de se efetivar o monitoramento e a avaliação das políticas de educação ambiental, tanto da SEEDUC quanto da SEAS. A entrevistada 4 vai além, ao afirmar que falta consciência do fazer político, de como abordar uma discussão política,

onde cada um representa sua instituição. Falta também conhecimento das políticas estruturantes de educação ambiental e de como elas foram criadas. Isso, inclusive vindo da SEEDUC, que faz parte do órgão gestor das políticas de educação ambiental, todavia não conta com um setor para a EA em sua estrutura. Já a entrevistada 3 afirma que a falta de participação, tanto em presença quanto em atividade, é um ponto de dificuldade, já que poucos membros estão engajados, e a maioria está ali para cumprir função. Por conta disso, talvez, ela afirma que a reformulação do ProEEARJ está em pauta sem ainda conseguir o engajamento adequado para que seja posto em prática.

4.3.1 O SENTIDO ATRIBUÍDO À OFICINA

As entrevistadas trouxeram duas visões diferentes, contudo não antagônicas, de como a oficina reverberou no GIEA/RJ. A entrevistada 3 trouxe percepções mais fortes do pós-oficina. Para ela, o treinamento que houve, referente à capacitação daqueles que não estiveram presentes na oficina, trouxe engajamento, interesse, aprendizado, sensibilização e empolgação. Isso tanto com retorno verbal para ela, quanto na sua percepção. A oficina ainda foi associada às Conferências Estaduais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente, com forte presença dos membros do colegiado, como um indicativo do engajamento gerado.

Para a entrevistada 4, o principal aspecto gerado na oficina foi o desvelamento da mediocridade política coletiva do colegiado. Serviu como um indicador de que o GIEA/RJ não estaria cumprindo com suas funções como deveria. Essa dificuldade em cumprir com suas funções foi ao encontro de algumas demandas prévias da sociedade civil organizada, ali representada, junto ao colegiado. A oficina, assim, corroborou com as cobranças, e deu embasamento a estas. Outro ponto apresentado foi o desequilíbrio gerado entre as instituições que formam o órgão gestor das políticas de educação ambiental no estado do Rio de Janeiro, SEEDUC e SEAS. Como a SEAS esteve presente na oficina de Belo Horizonte, com escuta sensível, saiu fortalecida do processo. Já a SEEDUC, que não enviou representante, mostrou-se fragilizada. E, com isso, acabou se isolando e não se abrindo a possíveis diálogos e convergências.

4.4 RESPONDENDO AO OBJETIVO 1

Abaixo será respondido o objetivo 1: Relacionar os objetivos, conteúdos e metodologias da oficina ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas’ com o sentido atribuído pelos participantes do Grupo Interdisciplinar de Educação Ambiental do Rio de Janeiro, o GIEA/RJ, à realidade vivida na oficina e no cotidiano do grupo.

O primeiro ponto de relação encontrado diz respeito às dificuldades do GIEA/RJ relatadas pelas entrevistadas. Uma delas é a falta de formação política e do contexto de monitoramento e avaliação de políticas públicas de seus membros. A oficina, com seu percurso formativo, tanto político quanto do contexto das mudanças climáticas, colaborou nessa formação política e conceitual. Essa formação, inclusive, era uma das expectativas citadas pela entrevistada 1, *“contribuir para a formação das pessoas, para a formação de todos que estavam participando da oficina, em especial dos representantes, dos membros das CIEAs”*

Ambas as entrevistadas relatam melhoras na compreensão do fazer político de uma GIEA/RJ, que geraram robustez no cotidiano do grupo e nas ações da SEAS, que esteve presente na oficina de Belo Horizonte.

A entrevistada 3 coloca que os membros da SEAS trouxeram a dimensão de aprendizado e conscientização após o treinamento interno no GIEA/RJ. *“A gente teve uma reunião depois e eles falaram sobre coisas que eles não tinham noção da dimensão, da importância que eles só foram ter após o treinamento.”*, além de outros membros do grupo, que também emitiram impressões positivas, como membros da UFRRJ e da FIOCRUZ.

A entrevistada 4 menciona o fato de que algumas demandas anteriores da sociedade civil dentro do colegiado ganharam embasamento com a oficina. Ou seja, a conscientização e os aprendizados gerados a partir da oficina esclareceram para o poder público que as demandas não eram apenas desejos ou vontades, porém, que se embasavam em políticas públicas existentes. Inclusive, houve a realização da I Conferência Estadual de Educação Ambiental poucos meses após as oficinas (de Belo Horizonte e o treinamento interno do GIEA/RJ). Essa Conferência é relatada pela entrevistada 4 como *“muito demandada por nós (a sociedade civil)”*. Nesse

evento foram, ainda, abordados temas de capacidade adaptativa e de controle social em seus painéis.

Outro fator evidenciado pela entrevistada 3, que dificulta o funcionamento do GIEA/RJ, é a falta de participação, seja por ausência ou falta de engajamento. Em relação a isso, a mesma relatou que *“eu senti que eles ficaram mais engajados”*, e que houve maior interesse na I Conferência Estadual de Educação Ambiental. Infelizmente não conseguimos tivemos acesso às atas do GIEA/RJ de 2024, para comparar com as de 2025 em relação às presenças dos membros. Contudo, é relatado que após um momento de *“pujança”* de reuniões, o ano de 2025 foi de menos encontros.

Compreendo que as oficinas podem ter contribuído com um engajamento, que entretanto foi perdendo a intensidade. Essa relação, por outro lado, não pode ser olhada como causal, diretamente, já que podem haver outros fatores que levaram a esse (des)engajamento. Um fator possível é a recente reativação do grupo, com cerimônia de posse, que ocorreu próxima às oficina. O engajamento inicial na formação do coletivo e o processo formativo-dialógico possivelmente atuaram em confluência, estabelecendo uma sinergia que potencializou o comprometimento do grupo para além da soma de seus esforços individuais. A entrevistada 3 conclui dizendo: *“O que me leva a crer que a gente tem que estimular mais diálogos e mais participação”*.

As coordenadoras do projeto MonitoraEA-CIEA trazem como uma vontade da ANPPEA, colaborar no fortalecimento das CIEAs dentro do espectro dos colegiados de EA. A entrevistada 2 afirma que *“as CIEAs sempre foram um espaço que a gente considerou super legítimo e importante, e era um espaço que a gente achava que precisava fortalecer”*. Nesse sentido, entendo que, para além do processo formativo, o engajamento de seus membros é essencial para que tenhamos um GIEA/RJ forte.

Para a entrevistada 4, a oficina *“desvelou a mediocridade política lá do GIEA. (...) coletivamente, não estávamos atuando como uma CIEA. Como um espaço de controle social que tem que acompanhar, monitorar e avaliar uma política pública”*. A partir dessa colocação, eu destaco dois pontos. O primeiro é a oficina evidenciar a sua própria relevância, já que um espaço formativo e dialógico pode colaborar para a mitigação dessa “mediocridade”. E mesmo que apenas três membros do GIEA/RJ estivessem ali presentes, houve um treinamento interno posterior. O segundo ponto

é que perceber que o GIEA não está atuando da forma como deveria, já aponta caminhos para que se passe a trabalhar na solução. Nesse sentido, além da oficina, os indicadores para colegiados de políticas públicas de educação ambiental podem contribuir com esse exercício de auto-reflexão, desde que o cadastro do GIEA/RJ seja feito de forma honesta e com intenção auto-avaliativa.

Entretanto, um ponto negativo foi apontado pela entrevistada 4 em relação ao seu impacto no GIEA/RJ. A participação da SEAS na oficina, onde sua representante, de acordo com a entrevistada 4, *“estava aberta, politicamente falando, para fazer uma escuta realmente ativa do que estava sendo colocado. (...) (com) a sensibilidade política de realmente escutar o que estava ali sendo colocado”*, gerou um protagonismo desse braço do órgão gestor. Por outro lado, o outro braço desse órgão gestor ficou exposto, de acordo com a mesma entrevistada, *“ao visualizar a mediocridade(...) do posicionamento da Secretaria de Educação naquele contexto do que é um órgão gestor e aí do que é uma CIEA, houve, na verdade, um retrocesso no sentido de trazer mais muros, que dificultavam o diálogo”*.

Essa relação de protagonismo, de abertura ao diálogo com a SEAS repercute na construção da Conferência Estadual de Meio Ambiente, na qual membros diversos do GIEA/RJ estiveram presentes, e onde o coletivo conseguiu levar insatisfações na construção do evento para a SEAS. Já na Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, organizada pela SEEDUC, houve muitos atritos e falta de diálogos de ambas as partes (GIEA/RJ e SEEDUC). Como explicou a entrevistada 4, *“a fragilidade se mostrou, foi de lá pra cá e de cá pra lá, com a Conferência Infanto Juvenil de Meio Ambiente (...), e o GIEA, infelizmente, não fez o seu papel, de pressão política robusta com relação a essa realidade. Então, o poder que o GIEA tinha de pegar a pulso, essa conferência foi deslocado, para uma comissão organizadora (...) desacoplada do GIEA”*.

Essa diferença de destaque entre os braços do órgão gestor das políticas públicas de EA também se deu a nível federal, na oficina de Belo Horizonte. O MMA participou com uma integrante presente, e uma fala institucional em vídeo, *on-line*, diretamente do DEA/MMA. Já o MEC não enviou um integrante de forma presencial, e contou com uma fala em vídeo, ao vivo, *online*, da rua, a qual contou com falhas de comunicação devido à falta de internet, e acabou cortada no meio. Não pode-se

apontar uma relação causal entre os dois problemas vindos dos braços da educação, contudo, não posso deixar de relatar as similaridades.

4.5 RESPONDENDO AO OBJETIVO 2

A seguir será respondido o objetivo 2: Relacionar o conteúdo e as metodologias utilizadas nas oficinas do projeto ‘Capacidade Adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas’, com os objetivos e expectativas iniciais do projeto

Entendo que o projeto MonitoraEA-CIEA é um projeto que promove a educação ambiental como percurso para a construção de políticas públicas de educação ambiental. Dito isso, as ações são feitas seguindo diretrizes e princípios da EA, como está explícito no Caderno de Indicadores (RAYMUNDO *et al.*, 2025): *“Todo o percurso metodológico foi orientado pelo princípio da participação social e pelo compromisso ético-político com a educação ambiental transformadora, crítica e territorializada e promotora da justiça socioambiental”*. A entrevistada 1 ainda complementa que *“A gente (ANPPEA) bebe muito na fonte do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, na própria Política Nacional de Educação Ambiental. E, seguindo então essa lógica, seria muito incoerente nós construirmos indicadores que não fossem com base no diálogo. Então, o diálogo é base nos processos, deve ser base dos processos de educação ambiental, de uma educação ambiental que quer ser transformadora”*.

Partindo dessas diretrizes, é possível compreender a escolha pelas metodologias dialógicas que permearam todo o processo. Além do Café Compartilha, que foi utilizado nas etapas de construção coletiva, o diálogo, o espaço para falas, perguntas e considerações, foi constante, mesmo durante as etapas expositivas. Isso foi importante na manutenção da predisposição ao diálogo, no fortalecimento de conexões entre os participantes, no desvelamento de questões e realidades, tanto individualmente quanto coletivamente, e na construção de sentidos comuns, que levam a uma facilitação da construção coletiva. Dessa forma, apesar de eu ter separado as etapas expositivas e dialógicas na construção dos parâmetros analisados, o que foi percebido é que o diálogo permeou todo o percurso metodológico. Não que tenha havido um diálogo profundo, onde os participantes

compartilham significados e suspendem seus pressupostos, como propõe David Bohm (2005), mas um diálogo possível dentro das circunstâncias ali envolvidas.

Entre os motivos apontados pelas entrevistadas para a escolhas das CIEAs como ponto focal das oficinas, foi apontada a representatividade e diversidade desses colegiados. Entretanto, ao analisar a lista de presença, apenas 7 dos 39 participantes representavam a sociedade civil organizada. Dessa forma, percebo uma diminuição da representatividade e da diversidade, que existe dentro de cada CIEA. Acredito que isso se deva ao fato de que não havia orçamento para o transporte e estadia. Os membros de instituições do setor público contam com orçamento de governo para subsidiar a participação de seus membros, enquanto a sociedade civil, não. O orçamento limitado do projeto não conseguiu cobrir essas despesas. Inclusive, a entrevistada 1 argumenta que *“se a gente tivesse recurso, a gente teria feito uma oficina por estado, e não uma oficina por região, porque teve muita demanda, muita procura”*. O que, creio, teria incentivado uma maior participação dos membros do GIEA/RJ, já que esse colegiado contou com apenas 3 membros na oficina.

Pensando ainda na escolha pelas CIEAs, percebo que, para além da construção dos indicadores e do percurso formativo, o projeto colabora com a familiaridade desses colegiados com o sistema, e os mantém engajados. Dessa forma, pode aumentar a probabilidade de que eles utilizem a plataforma para cadastrar seus colegiados, e até cadastrar suas políticas nela.

Para isso é importante destacar a etapa pós-oficina, na qual as CIEAs deveriam fazer um treinamento com os membros que não estiveram presentes. Como o GIEA/RJ teve pouca presença em Belo Horizonte, essa etapa colaborou com a formação interna, além de almejar a capilarização territorial no estado.

Trazendo agora o contexto da metodologia participativa e dialógica, destaco dois pontos. O primeiro trata-se da escuta e de abertura às demandas que aparecem no decorrer do processo. Quando propõe-se a dialogar, a compartilhar a elaboração de um projeto, deve-se estar aberto a mudanças, a incorporações. Nesse sentido, as respostas das entrevistadas 1 e 2 explicitaram que não houve grandes alterações metodológicas, apesar de pequenos ajustes. Contudo, dois fatores me chamaram a atenção: a) o espaço para um agente da equipe, que atua no território onde ocorria a oficina, para que ministre uma dinâmica. Assim as

culturas, as realidades daquele estado anfitrião poderiam estar presentes; e b) o aumento de temas na dimensão de indicadores de mudanças climáticas. O compromisso inicial era com um tema (água), porém foram trabalhados 8 temas.

O segundo ponto é a construção com resultados incrementais, ou seja, a primeira oficina produz algo. A segunda oficina não parte do zero, ela trabalha a partir do que já foi iniciado na oficina anterior. Isso sugere que a participação foi efetiva, já que as contribuições não são esquecidas, ou descartadas. Também, é importante o fato de favorecer resultados amplos e complexos, com camadas, como explicitado pela entrevistada 1, *“os indicadores, eles, pensados neste processo, são indicadores amplos para um país ou, quem sabe, até para outros países também, mas são indicadores amplos”*.

Por fim, fica uma percepção que encontrei, em algumas respostas dos participantes na avaliação da oficina (INPE, 2025), que demonstraram frustração por não compreenderem como funcionaria o processo como um todo, de construção dos indicadores. No final da oficina, ao não verem um resultado, acharam que que existiria, sentiram que faltou algo. Abaixo segue algumas dessas respostas:

- *“(...) o sentimento final é de decepção e frustração, pois ainda não sei como elaborar os indicadores.”*
- *“Faltou objetividade e foco na construção dos indicadores (o que não foi de fato concluído)”*
- *“Fiquei com a expectativa de que iríamos sair com a versão Sudeste do indicador para casa”*
- *“Como elaborar os indicadores de fato? precisamos disso para avaliar e mensurar os resultados das políticas públicas, e também para elaboração de programas governamentais (vide PPA). Foi mostrado nos slides a parte técnica e científica da elaboração de indicadores, mas não houve um resultado final, apenas uma coleta de dados para pesquisa”*
- *“Há previsão de monitoramento para os indicadores com previsão de intervenções? ou ainda sua implantação com metodologia das CIEA?”*
- *“Onde vamos chegar com tudo isso? essas informações serão benéficas nas especificidades dos municípios?”*
- *“Que tal fazer mais dinâmicas de integração, construímos indicadores? quais?”*

Sem uma clareza do processo como um todo, essa frustração, ao invés de gerar engajamento, pode gerar o oposto. Para uma metodologia participativa e dialógica, compreendo que respostas como essas podem sinalizar que nem toda a comunicação fluiu claramente para todos os participantes.

5. DISCUSSÃO

A relevância desta pesquisa se dá pela importância tanto do projeto, quanto das CIEAs, na construção de políticas públicas de educação ambiental. Compreender como foi elaborada a oficina, suas diretrizes, seus objetivos, as escolhas metodológicas e como isso gerou significados aos seus participantes, colabora para o campo das PPEA. A partir dos resultados construídos, podemos ter maior clareza da complexidade dos conteúdos abordados, das metodologias utilizadas, e das dinâmicas dos colegiados que ali participaram.

Olhando para o GIEA/RJ mais diretamente, é importante que percebamos suas dificuldades, mas também seu potencial. Ao destacarmos suas dinâmicas, desde sua reativação e passando pela oficina, estamos apresentando visões da realidade vivida por seus membros, e assim, podemos pensar criticamente seus futuros passos a partir da sua história.

Para além dos resultados construídos, as entrevistas possuem um grande valor didático, com opiniões e percepções de pessoas que trabalham e constroem o campo das PPEA, com suas vivências e saberes. Isso foi de grande valia para mim, enquanto pesquisador, e creio que possa enriquecer os conhecimentos de outros pesquisadores, tanto de EA, quanto das políticas públicas.

Entretanto, os resultados não devem ser interpretados como a realidade vivida. A pesquisa, ainda que metodologicamente eu tenha buscado minimizar ao máximo, possui enviesamento. Ao contar com muitas camadas interpretativas, é impossível fugir desse aspecto. Iniciei minha pesquisa no campo, já com a oficina. Dessa forma, tudo que veio subsequentemente, partiu das minhas impressões. Desde a metodologia, passando pela escolha do roteiro de entrevistas. As perguntas contêm minhas impressões. Outro ponto de enviesamento é o discurso trazido pelas entrevistadas. Cada uma possui opiniões, cada uma possui um nível de relação comigo, e cada uma definiu o que queria que fosse materializado enquanto respostas. Por fim, trago a idéia de construção de resultados, já que, novamente, os indícios encontrados foram percepções e escolhas minhas, a partir da minha interpretação, logo não encontrei os resultados, e sim os construí.

Para diminuir o enviesamento, os documentos e as entrevistas foram lidas e relidas, com anotações, e mantendo um distanciamento temporal entre as leituras e

releituras.

Outros fatores que influenciaram os resultados construídos foram: a) a falta de disponibilidade dos participantes para responder o formulário; b) a falta de disponibilidade de uma possível entrevistada, diminuindo o número de entrevistas, de cinco para quatro; c) a demora na aprovação do comitê de ética; e d) o constante movimento do campo de estudos. Esse último fator foi um ponto de dificuldades para mim, porque enquanto ia construindo minha dissertação, os fatos mudavam, meu ponto de vista mudava, novos acontecimentos e novas conversas ocorriam. Não é possível ser a mesma pessoa que eu era antes, e o mundo já não é o mesmo que era antes, e como disse Heráclito (SOUZA, 1996), não é possível entrar no mesmo rio duas vezes.

Sendo assim, a discussão será feita a partir dos resultados construídos em comparação com a literatura encontrada (seja a respeito de CIEAs, seja a respeito de colegiados ambientais, ou seja a respeito da construção de indicadores ambientais), tanto de estudos de caso quanto teóricas, pensando o passado, o presente e possíveis futuros.

A busca por literatura similar à minha pesquisa foi feita no portal de periódicos da CAPES. Inicialmente busquei pelos termos “GIEA” e “CIEA”. Porém, a busca não resultou em um número relevante de artigos, apenas dois. Assim, ampliei a busca para “política participativa ambiental”, “construção indicadores” e “colegiado ambiental”, resultando em um número mais adequado de artigos para que pudesse dialogar com minha pesquisa. Os artigos foram filtrados primeiramente pelo título e, em seguida, por seus resumos. Por fim, efetuei uma busca com os termos em inglês “participatory environmental governance” e “participatory climate adaption”.

Para a discussão e aprofundamento, foram selecionados os seguintes tópicos: a) formação política dos colegiados; b) processos participativos e dialógicos; e c) a vulnerabilidade dos colegiados.

5.1 FORMAÇÃO POLÍTICA DOS COLEGIADOS

Como ponto de partida para pensarmos a formação política dos colegiados, trago o GIEA e suas dificuldades. Uma das dificuldades relatadas foi a de cumprir seu papel enquanto espaço de controle social, de monitoramento e avaliação de PPEA. Um artigo de 2013 (D’ÁVILLA, 2013) que acompanhou a CIEA do Rio de

Janeiro relatou a mesma dificuldade. Apesar de ser em outro contexto, com outros membros, demonstra um padrão. Aqui não consigo encontrar uma relação direta de causa e consequência. Para isso seria necessária uma pesquisa aprofundada no colegiado, por maior tempo. Mas partindo da minha vivência e das entrevistas, consigo intuir alguns motivos, como: excesso de demandas que acabam por tomar tempo, ausência de parâmetros para avaliar (o que o MonitoraEA busca suprir), e falta de formação política no espectro de monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Com relação ao excesso de demandas, me refiro à demandas como conferências, criação de um site, e a própria oficina MonitoraEA-CIEA e a oficina dentro do GIEA. As demandas não são tratadas burocraticamente, há espaço para diálogos, discussões, para pontos de vista diversos. Isso requer tempo. E com a dificuldade de se reunir com maior frequência, a demanda por discutir as PPEA da SEAS e da SEEDUC acaba ficando em segundo plano. Essa questão contrasta com o que Pretto e Marimon (2017) destacam em seu artigo. Ao pesquisarem a gestão participativa de uma reserva biológica, relataram a ausência de pautas conflituosas e o foco em ações burocráticas, informativas e técnicas, e pouca atuação política nos assuntos territoriais. Acredito que para o GIEA, focar em reuniões um pouco mais objetivas pode ser válido. Contudo, não é simples, já que não se quer tirar o espaço do diálogo e das discussões.

Pensando na ausência de parâmetros, o MonitoraEA é uma ferramenta valiosa, e sua promoção é de grande valor dentro das CIEAs. É importante que os colegiados se apropriem da plataforma, tanto como ferramenta pedagógica, de autorreflexão (com os indicadores de colegiados), quanto como ferramenta de formação política, trazendo indicadores de monitoramento e avaliação de PPEA. Menezes (2016) traz que os instrumentos para elaboração de diagnósticos devem colaborar, além de monitoramento e avaliação do objeto em questão, com o exercício de autorreflexão de seus problemas. Com isso, podemos esperar que a plataforma se difunda cada vez mais, gerando o fortalecimento das CIEAs e de outros colegiados de EA.

A questão da formação política é um dos pontos mais destacados pelas entrevistadas do GIEA. Como abordado no parágrafo acima, os indicadores colaboraram com sua mitigação, porém é necessário ir além. Ocupar um espaço

como as CIEAs não é algo trivial. Um espaço de participação social, de monitoramento e avaliação de políticas, por si já é complexo. Como aponta Bordenave (1994), as pessoas precisam se acostumar com a participação. A participação, por si só, já não é algo ao qual estamos acostumados. Em relação ao monitoramento e avaliação de políticas, menos ainda. As pessoas que ocupam esses espaços nem sempre têm formação para isso. E a ideia nem seria ocupar apenas com pessoas da academia, ou com prévia formação, e sim com pessoas que tenham vivência nos territórios. Com isso é necessário oferecer formação política a estes membros. Como comentado pela entrevistada 4, hoje existem cursos online oferecidos gratuitamente pelo ENAP⁴, como um programa do governo federal. Inclusive, há uma oferta de curso de 'Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental', além de outros mais generalistas, nessa plataforma. Existem esforços, entretanto, pode haver falta de divulgação dos cursos, ou falta disponibilidade dos membros para participarem dessas formações.

Outro enfoque da formação deve ser relacionado às políticas de educação ambiental que, como já abordado na introdução, são de caráter policêntrico e multinível (RAYMUNDO e BRANCO, 2022). Muitos gestores públicos não estão acostumados com essa maneira de organização, já que políticas de saúde, por exemplo, geralmente são geridas apenas pela secretaria de saúde, políticas de cultura são geridas apenas pela secretaria de cultura. Já as políticas de educação ambiental são geridas por duas secretarias. Queirós (2023) corrobora com essa conclusão em sua pesquisa, na qual relata a falta de experiência de gestores públicos em governança multinível.

Por isso, a formação permanente de colegiados, e outros espaços de participação social, é essencial para sua efetividade, tanto do ponto de vista do conteúdo tratado ali, como da formação política e da participação. Assim, oficinas como MonitoraEA-CIEA são de grande importância. Diversas pesquisas enfatizam a relevância de percursos formativos em processos de governança ambiental participativa, como Menezes (2016), Gallang (2025), Queirós (2023), Salgado (2009), Chawla (2009), Davies e Hügel (2021) e González (2011).

⁴ <https://www.enap.gov.br/>

Passamos então para o próximo tópico, os processos participativos e dialógicos, com princípios e possíveis desdobramentos, e como a oficina MonitoraEA-CIEA conseguiu incidir no cotidiano do GIEA.

5.2 PROCESSOS PARTICIPATIVOS E DIALÓGICOS

As entrevistadas trazem a fundamentação da escolha por um processo dialógico a partir de três pontos: alinhamento da ANPPEA com a PNEA (BRASIL, 1999) e com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TRATADO, 1992); valorização do divergente; e o caráter transdisciplinar da educação ambiental. A PNEA (BRASIL, 1999) e o Tratado (1992) já direcionam a EA tanto para a valorização do divergente e ao caráter transdisciplinar, quanto para o diálogo e a participação social. Por exemplo, de acordo com a política nacional (BRASIL, 1999), são princípios da EA *“enfoque humanitário, holístico, democrático e participativo”*, assim como *“o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas tendo como perspectiva a inter, multi e transdisciplinaridade”*, *“a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho, a democracia participativa e as práticas sociais”* e *“a participação da comunidade”*. O tratado (1992) define que *“a educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas”*. Dito isso, é importante compreender que não apenas a ANPPEA fundamenta seus percursos no diálogo e na participação social, como todos os processos de EA no Brasil deveriam estar fundamentados nos mesmos valores, de acordo com a PNEA.

Para além do diálogo e da participação como princípios, podemos também refletir sobre seus potenciais. Aqui destacarei: o desvelamento de realidades e sentidos coletivos; fortalecimento de conexões; e engajamento.

A entrevistada 4 destaca sobre efeitos da oficina sobre o GIEA, o desvelamento da mediocridade coletiva do colegiado. Ou seja, teria ficado evidente para seus membros que eles não estavam efetivamente trabalhando como um espaço de monitoramento e avaliação. David Bohm (2005) afirma que em grupos de diálogo a verdade ou sentidos coletivos tendem a emergir, ou a se desdobrar quando os participantes conseguem compartilhar significados, como propósitos, valores, éticas, vivências e saberes.

Esse desvelamento é importante enquanto percurso autoavaliativo. Houve um despertar para lacunas que precisavam ser atendidas. Se há uma postura proativa de incidir sobre os problemas, esse desvelamento é primordial. Contudo, corre-se sempre o risco de manter-se apenas na constatação da mediocridade. A tarefa no GIEA foi ainda mais difícil, pois haviam apenas três membros na oficina, e a constatação deveria ser levada para dentro do colegiado, para construir este desvelamento internamente. Como evidenciado por ambas as entrevistadas, a CIEA do Rio de Janeiro ainda não consegue cumprir com sua função de monitoramento e avaliação de PPEA devidamente.

Esse ponto de construir o desvelamento da mediocridade internamente gerou, de acordo com a entrevistada 4, uma outra questão, o empoderamento da SEAS, presente na oficina, e o fechamento dos canais de diálogo com a SEEDUC. Cabe indagar se esse fechamento se deu por conta da simples percepção e exposição da fragilidade do órgão, ou se, por conta da falta de vivência participativa na oficina, o desvelamento foi entendido como ataque pessoal.

Chegamos, assim, na questão do fortalecimento das conexões. Na literatura (QUEIRÓS, 2023; GONZÁLEZ, 2011; GALLANG, 2025), o fortalecimento de canais de diálogo e a disposição para se trabalhar coletivamente são pontos positivos dos processos participativos e dialógicos. Porém, há casos em que o poder público tem dificuldades em aceitar e valorizar a participação da sociedade civil (MENEZES, 2016). Trazendo essa questão para o GIEA, o ponto mais evidente é o fortalecimento dos canais de diálogo com a SEAS. A instituição já se mostrava aberta ao diálogo, de acordo com a entrevistada 4, e após a oficina isso se tornou ainda mais consolidado. E a não participação da SEEDUC reforçou, também, uma dificuldade na construção de canais de diálogo com a sociedade civil, que já era percebida anteriormente. Como apresentado nos resultados, essa dificuldade do braço da Educação no diálogo dentro da gestão de EA foi percebida também com a baixa relevância do MEC na oficina. Na literatura, Hofstatter e Júnior (2013) destacaram a ausência de atuação da Secretaria de Educação da Bahia na construção de PPEA no estado. Não são evidências para se concluir que os braços de educação não cumprem com seu protagonismo na gestão das PPEA, e nem é esse o intuito. Porém, são repetidas evidências que talvez valham um estudo mais aprofundado a esse respeito.

No Rio de Janeiro, essa dificuldade de diálogo gerou conflitos que comprometeram a construção da etapa estadual da Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, na qual o GIEA não conseguiu incidir. Apesar de Bodin (2020) afirmar que os conflitos não impedem a participação, por si, no caso fluminense, a falta de canais de diálogo, juntamente com o surgimento dos conflitos, impediu que o processo participativo ocorresse. Já nas conferências protagonizadas pela SEAS, houve engajamento e incidência do GIEA, como relatado pela entrevistada 3.

Esse engajamento é citado em diversas referências da literatura como resultado de processos participativos e dialógicos (BORDENAVE, 1994; CHAWLA, 1999; DAVIES e HÜGEL, 2021; GALANG, 2025). Esse engajamento pode ser favorecido tanto por conta da sensação de pertencimento, quanto pela confiança em participar. Em relação à sensação de pertencimento, temos destacado pela entrevistada 2 o caso da construção de uma plataforma de PPEA anterior ao MonitoraEA. O projeto em questão seria o Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA), que foi desenvolvido por uma empresa de consultoria, contratada pelo MMA. Segundo a entrevistada, ele não teve continuidade, apesar de ser uma boa ferramenta, por questões de dificuldades de gestão do ministério, e também por ser “*muito top-down*”. A partir dessa experiência frustrada, na elaboração do MonitoraEA, decidiram que não poderia ser criada por uma instituição externa, e sim, que deveria haver uma articulação entre sociedade civil e poder público, para que os educadores ambientais se apoderassem da ferramenta, que pertencessem ao processo, e que se enxergassem nos resultados desse processo.

Em relação à confiança, além da familiaridade com a participação, há a questão do desenvolvimento de habilidades de argumentação e a compreensão do processo político (CHAWLA, 1999). Isso nos leva ao fato de que essa construção de confiança demanda tempo, que, como afirmam Hofstater e Júnior (2013), e Lopes e Teixeira (2011), é maior do que o tempo da governança. Muitas vezes, o que se percebe como falta de interesse ou desengajamento, na verdade é o tempo necessário para que o processo participativo seja construído coletivamente. Com essa ponderação, me indago se a dificuldade do GIEA em cumprir seu papel de monitoramento e avaliação de PPEA efetivamente não seria, também, uma dificuldade temporal na construção de um processo participativo. Não que o tempo

seja a única variável, existem outras fragilidades dentro do GIEA, que abordaremos no próximo tópico.

5.3 A VULNERABILIDADE DOS COLEGIADOS

Para além das metodologias e percursos participativos, o engajamento dos colegiados depende da disponibilidade dos seus membros (OMENA e BITTENCOURT, 2019; GONZALEZ, 2011). O conceito de disponibilidade compreende tanto a inclinação para participar, quanto às condições que tornam essa participação viável. Ambas as compreensões de disponibilidade foram abordadas pela entrevistada 3 como pontos de dificuldade na rotina do GIEA. Em sua formação, esse colegiado conta com secretarias de diferentes setores, que nem sempre compreendem a importância de estarem ali. Isso diz respeito a outras instituições também. Assim, mesmo que esses membros sejam obrigados a estar presentes, muitas vezes acabam por não se envolver nas ações e discussões. Já em relação às condições que tornam viável a participação dos membros, diz respeito, principalmente, à participação da sociedade civil, mas não só. Membros de instituições governamentais possuem remuneração para estarem presentes e para se deslocarem. Participar do GIEA faz parte do seu emprego. Contudo, mesmo eles precisam justificar e convencer seus superiores sobre a importância de estar presente no colegiado. Enquanto estão em reuniões e eventos, estão deixando de responder outras demandas dentro do órgão. Já membros da sociedade civil precisam custear sua presença do próprio orçamento e, às vezes, precisam se ausentar de seus empregos. Salgado (2009) também relatou isso em sua pesquisa como uma dificuldade ao processo participativo.

Essa questão afeta, ainda, a presença de diversidade nesses processos. Por exemplo, no GIEA a participação acaba contendo membros apenas da capital do estado, ou, no máximo, em cidades da região metropolitana, como as representantes da UFRRJ, por exemplo. No oficina MonitoraEA-CIEA, também encontramos essa dificuldade para contar com a presença da sociedade civil.

O que nos leva à questão do custo da participação nas políticas públicas. Para ser possível estimular e viabilizar esses processos, com diversidade, é necessário um orçamento robusto, que garanta uma segurança financeira para seus participantes. A entrevistada 1, inclusive, afirmou que se houvesse orçamento maior

para o projeto, teriam feito uma oficina por estado (e não uma por região). Mas ainda assim, esse projeto contou com verba para elaborar oficinas nas cinco regiões. Imaginemos todos os setores do governo, em todas as esferas, demandando verba para efetivar a participação social. Seria viável? Então, a questão deixa de ser apenas se a participação é importante, e sim, o quanto é viável estimular a participação, com o orçamento que há.

Consequentemente, um governo também tem poder de estimular e desestimular a participação facilmente, destinando maior ou menor orçamento para essas ações. Como abordado anteriormente, o governo Bolsonaro agiu efetivamente no desmonte da PNPS, a partir de decretos de revogação (BRASIL, 2019a; BRASIL 2019b). As entrevistadas 2 e 4 ainda denunciam o desmonte, do mesmo ex-presidente, nas PPEA, falas corroboradas por Miranda (2023) e pelo Dossiê Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na Gestão do Governo Federal: 2019-2022 (ROSA *et al.* 2022).

Miranda (2023) traz um histórico da participação social nas políticas ambientais do Brasil. Ele traz informações de uma ascensão da participação nos governos de Lula e Dilma, com estímulo federal, estadual e municipal, em rede. De 2013 a 2016, houve aumento significativo no número de Conferências Nacionais, e a criação de diversos conselhos, comissões e comitês. Quase 60% desses colegiados, que existiram entre 1937 e 2016, foram criados nesses governos.

Por outro lado, durante o governo Bolsonaro, centenas de colegiados foram extintos com um único decreto (MIRANDA, 2023). Fora o desestímulo, através de diminuição orçamentária, inatividade, esvaziamento de pautas e falta de apoio. Há, ainda, um Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na Gestão do Governo Federal: 2019-2022 (ROSA *et al.* 2022), que denuncia a prevaricação do governo Bolsonaro diante das políticas de EA. Durante esses anos, foram extintas as divisões administrativas e operacionais responsáveis pela EA, tanto no MMA, quanto no MEC. Com isso, o Órgão Gestor ficou sem orçamento nem equipe, impedindo reuniões com o Comitê Assessor e deixando o ProNEA sem responsáveis pela sua execução. Foi extinta, conjuntamente, a Comissão Intersetorial do MMA, acabando com a transversalidade da EA nesse ministério. Por fim, foram retirados materiais e cursos disponibilizados no site do MMA, e encerrados os diálogos com a ANPPEA e o MonitoraEA.

Como podemos perceber, uma mudança governamental pode destruir anos de construção de políticas e canais de diálogo com a sociedade civil. Para isso, é necessário transformar a participação social em política de estado, como afirmou Pontual (LAVALLE e SZWAKO, 2014). E incluo aqui as CIEAs, na esfera estadual, tornando-as menos vulneráveis à alterações de governo.

Pensando mais diretamente no GIEA, há indícios de que os canais ao diálogo e à participação social estão abertos. Minha participação ali foi muito bem recebida, e, ao longo do tempo, com meu engajamento ganhando consistência, fui recebendo espaço e responsabilidades, como o convite para ministrar a oficina e a indicação à participação na Conferência Estadual de Meio Ambiente. Sinto-me valorizado e escutado no colegiado. E também compreendo que os embates e discussões são, na maioria dos casos, compreendidos como parte do processo. A oficina MonitoraEA também, ao meu ver, contribuiu com o engajamento e a formação do Grupo. Porém, a sensação é de que atingiu um teto e em seguida diminuiu, como um vôo de galinha. Fica a dúvida se ocorreu por conta de ter atingido um limite, ou por conta de que os processos formativos e engajadores devem ocorrer constantemente, para manter o interesse e engajamento do coletivo.

6 CONCLUSÃO

Para concluir o percurso dessa pesquisa, vou dividir este capítulo da seguinte forma: 6.1) a fundamentação da pesquisa, onde abordarei a escolha do referencial teórico que fundamentou o início da pesquisa; 6.2) objetivos e metodologias, onde abordarei a escolha e a formulação dos objetivos a serem alcançados, e as metodologias utilizadas; 6.3) resultados construídos e conclusão, incluindo, também, os resultados que carecem de maior aprofundamento; e 6.4) minha travessia pelo mestrado, onde apresento meu percurso através do mestrado no PPGEdu/UNIRIO.

6.1 A FUNDAMENTAÇÃO DA PESQUISA

Iniciei esta pesquisa trazendo um aprofundamento a respeito da educação ambiental. Houve uma abordagem vertical, ou seja, temporal, na qual busquei compreensões a respeito de seu surgimento e desenvolvimento ao longo da história. Também com uma abordagem horizontal, ou seja, ampliando as visões a respeito da diversidade de compreensões sobre as educações ambientais.

Em seguida, instigado pelo projeto MonitoraEA-CIEA, busquei aprofundar minha compreensão sobre as Mudanças Climáticas e o conceito de Capacidade Adaptativa. Era necessário compreender como as diversas EAs poderiam contribuir com esses temas tão atuais e urgentes para as sociedades contemporâneas.

Compreendendo essa urgência, e a necessidade de que capacidades adaptativas devem ser construídas participativamente para ter maior eficiência, aprofundi minha compreensão de políticas públicas participativas.

Esses foram os três temas que fundamentaram a pesquisa: educação ambiental, capacidade adaptativa e políticas públicas. Subsequentemente, pude focar no campo: o sistema MonitoraEA, a oficina MonitoraEA-CIEA e o GIEA. A partir da compreensão teórica e prática, tornou-se mais nítido quais seriam minhas intenções e objetivos dentro da pesquisa.

6.2 OBJETIVOS E METODOLOGIAS

Por conta da minha possibilidade de ocupar um espaço dentro do GIEA, e de não conseguir acompanhar todas as oficinas nas cinco regiões, levei meus objetivos com mais relevância para dentro do colegiado. Com isso, busquei compreender como a oficina influenciou a CIEA do Rio de Janeiro.

Para alcançar essa compreensão, defini que construiria parâmetros para a oficina e para o cotidiano do GIEA. Busquei, então, relacionar os parâmetros, e encontrar convergências e divergências. Os parâmetros foram construídos a partir de entrevistas com coordenadores e participantes, além de documentos, tanto a respeito da oficina, quanto do GIEA. As entrevistas deram robustez à pesquisa, referente às intenções e compreensões dos envolvidos. Os documentos trouxeram materialidade para os discursos.

A abordagem interpretativa escolhida foi uma abordagem fenomenológica, focando mais nas vivências do que nos fatos. E também hermenêutica, compreendendo que o sujeito que experiencia algo dá materialidade a isso através do discurso.

Foram, então, definidos os objetivos, geral: compreender como a oficina MonitoraEA repercutiu dentro do GIEA; e específicos da pesquisa: relacionar os objetivos e metodologias da oficina com o sentido atribuído pelas participantes; e relacionar os objetivos com as metodologias da oficina.

6.3 RESULTADOS CONSTRUÍDOS E CONCLUSÃO

Minha pesquisa encontrou indícios de que a oficina MonitoraEA-CIEA foi valiosa para o GIEA, já que endereçou um dos pontos apontados como mais frágeis do coletivo, que é a formação dos seus membros, tanto em questões de políticas públicas de educação ambiental, quanto em questões referentes ao fazer político. A oficina também deu direcionamento para um treinamento interno, que foi percebido como engajador, outro ponto indicado como frágil no colegiado. Há ainda demandas a serem contempladas, no sentido de consolidar o trabalho do GIEA e dar consistência no monitoramento das políticas públicas. Seria necessária a continuação da pesquisa, para maior compreensão dessas questões ao longo do tempo, porém o recorte dessa pesquisa de mestrado é limitada.

A respeito da oficina e suas metodologias, compreendo que o percurso definido deu conta dos objetivos e expectativas. O alinhamento entre pesquisadores do INPE e da ANPPEA, bem como do DEA/MMA, em torno do fortalecimento das CIEAs, é fundamental. Contudo, sua efetivação revela-se complexa e não pode ser solucionada apenas por esses atores, uma vez que também depende dos estados e da atuação dos respectivos membros desses colegiados. Entretanto, enquanto

Órgão Gestor de uma política policêntrica, os órgãos federais devem manter uma coesão à rede de atores envolvidos nessa política, criar direcionamentos, e estimular as ações. Nesse contexto, a oficina contemplou alguns aspectos. Gerou compartilhamento de vivências entre os estados, empoderou seus membros, e criou indicadores que direcionam para pontos a serem contemplados. As metodologias dialógicas foram elogiadas e, no GIEA, o canal de diálogo entre SEAS e sociedade civil foi fortalecido.

Acredito que instâncias como as CIEAs são de extrema importância para a democracia e para o exercício de cidadania. A participação social fortalece a democracia. Ao participar exercita-se a própria participação social, além da cidadania. O indivíduo que participa sente-se mais pertencente às políticas públicas, e se acostuma a incidir, demandar e cobrar o cumprimento dessas PPs. Por isso, é importante enaltecer iniciativas como essa da ANPPEA, que tem como objetivo o fortalecimento desses colegiados.

Alguns pontos não foram contemplados na pesquisa, como a percepção de membros do GIEA, que não estiveram presentes na oficina, a respeito da incidência desta no cotidiano do colegiado, e se consideram válida a existência desses processos formativos. Ou ainda, a percepção das participantes da oficina em relação aos indicadores de colegiados de PPEA (RAYMUNDO, 2025), lançados pelo INPE e pela ANPPEA. Eles se sentem representados, ou percebem sua influência no resultado final do processo? O registro do GIEA no MonitoraEA, a partir dos indicadores foi enriquecedor enquanto processo autoavaliativo, ou foi apenas protocolar?

Além destes pontos, seria interessante se ter uma noção de qual o custo para manutenção de percursos formativos constantes para as CIEAs do país inteiro. E para aumentar as suas diversidades, facilitando a disponibilidade de participação de seus membros? Ou ainda, pensar: se é realmente valioso seu papel, porque não ampliar a existência de colegiados para outras questões ambientais, como mudanças climáticas, conservação da biodiversidade, resíduos, entre outros, por exemplo?

Ficam aqui essas indicações para continuação da pesquisa, ou para outras pessoas que se interessem pelo tema. O campo político está em constante movimento e evolução, e acompanhá-lo é de grande importância para estarmos nos

atualizando, compreendendo suas variáveis e buscando melhores encaminhamentos de soluções.

6.4 MINHA TRAVESSIA PELO MESTRADO

O mestrado começou, oficialmente, em Abril, com o início do 1º semestre letivo. Já na primeira semana estive ausente, pois estava em campo, na oficina MonitoraEA-CIEA, em Belo Horizonte. Este início já em contato direto com a pesquisa foi muito bom, pois me colocou em contato com a pesquisa na prática. Colaborou com o entendimento dos caminhos a serem seguidos, das possibilidades e das impossibilidades. Por outro lado, ainda não havia solicitado autorização para o comitê de ética, o que inviabilizava a utilização da escuta participante e outros dados que pudesse gerar deste momento.

Voltei da oficina já buscando autorização do comitê de ética, para poder dar prosseguimento à pesquisa. Entretanto, com o primeiro parecer de pendências, já percebi que a pesquisa havia mudado e se encaminhado para outras demandas. Assim, aguardei um pouco para ter mais clareza dos novos processos a serem incluídos e dos antigos a serem retirados.

Saí da oficina também com um convite para participar do GIEA/RJ, o que se tornou parte da pesquisa. Por ser o início da pesquisa, fui entrando em todas as portas que se abriam para mim. Senti que minha pesquisa estava tomando vida própria, e eu tentava acompanhar. Por um lado me mantive aberto à mudanças, por outro, tentava dar concretude e recorte, para fechar a solicitação junto ao comitê de ética.

Deixei o tempo correr um pouco, enquanto segui no semestre letivo. As primeiras disciplinas foram esclarecedoras do ponto de vista metodológico. Tomei consciência de que minha pesquisa não era apenas conteúdo, mas sim técnica-metodológica também. Para isso precisava dedicar um tempo para me aprofundar nesta questão. Negligenciei um pouco este ponto, fazendo apenas o básico, e no momento de colocar no papel para a qualificação, tive que retomar.

Outro ponto de atenção em relação às demandas letivas da Unirio foram as participações em eventos. Na Jornada de Pós-graduação da própria universidade, onde submeti, apresentei presencialmente, e o resumo simples foi publicado nos

anais do evento com o título “Projetos de Educação Ambiental para a Adaptação Climática” (FERRARESE, 2024).

Nesta altura, encontrava-me com dificuldades financeiras, já que a expectativa de receber uma bolsa transformou-se em percepção de que não ocorreria. De início, ao ser aprovado com nota 10 na defesa do projeto, acreditei que estaria em boa posição para o recebimento da bolsa. Porém, em nenhum momento foi explicitado pela coordenação do programa quantas bolsas haveria, nem a indicação de um critério dos próximos a receber, em caso de disponibilidade. Fui percebendo que esta falta de informação era, de fato, uma falta de bolsas, e que não queriam dizer que não receberíamos.

Sem dinheiro da bolsa, fui me dedicando a outras formas de pagar as contas. Além do meu emprego, como boa parte dos brasileiros, preciso fazer ‘bicos’ para fechar as contas. Ter 2 trabalhos, mestrado, família e mais eventos e artigos a serem escritos foi um desafio. Houve momentos em que não consegui me dedicar aos estudos e à pesquisa.

Assim, não consegui ir a outra oficina, fazer pesquisa de campo, como havia planejado. O projeto chegou a me pagar diárias em Belo Horizonte, facilitando o pagamento de hospedagem e alimentação. Porém, as passagens aéreas teriam que ser por minha conta, já que a Unirio não teve disponibilidade de recursos.

Resolvi, mesmo assim, enviar parte da minha pesquisa para um evento, entendendo que seria importante para minha trajetória acadêmica, que me daria maturidade enquanto pesquisador, que estaria em contato com pessoas da mesma área de estudo, e poderia conhecer outras pesquisas similares. Escolhi, junto com meu orientador, o Encontro Pesquisa de Educação Ambiental (EPEA), para o qual foi enviada a pesquisa com o título “Novas Perspectivas para a Educação Ambiental Diante das Mudanças Climáticas” (FERRARESE e ANDRADE, 2025a), que foi aprovada e apresentada presencialmente em evento realizado na UFPR de Maringá-PR, e que foi publicada nos anais do evento. A esperança de conseguir verba pela Unirio para a viagem também não se concretizou, e tive que arcar com custos de transporte, hospedagem e alimentação por conta própria.

Neste trajeto, ainda frequentei reuniões do GIEA/RJ, participei de Conferências de Meio Ambiente como delegado, e de Educação Ambiental, como convidado. Ministrei capacitação no próprio GIEA/RJ, e fui convidado a participar

como palestrante na Conferência Municipal de Meio Ambiente de Casimiro de Abreu, como parte da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente. Sempre levando o nome da Unirio, do LAPEAr, e do Programa de Pós-Graduação em Educação comigo, entendendo que não cheguei lá sozinho, mas que fui respaldado.

Em relação ao laboratório, o respaldo realmente foi enorme. Tanto em qualificação como em logística. Meus colegas são muito parceiros, e pude contar com eles sempre que surgiram dúvidas, sempre que eles possuíam referenciais que pudessem contribuir para minha pesquisa. Sem o LAPEAr, eu não teria conseguido chegar até aqui.

Já em relação ao PPGEdu, me senti esquecido. Tanto nas questões de verbas, já que estou trabalhando para elevar a nota e o reconhecimento do programa, quanto em informações. A coordenação e a secretaria do programa demoraram em responder às demandas, quando responderam. Por muitas vezes, responderam informações desencontradas. E neste sentido, os alunos, novatos e veteranos, tentavam se ajudar.

Desta forma cheguei na qualificação, com feitos, com pendências, atrasos, respaldos e negligências. Na Unirio nos acostumamos a esta forma de (re)existir, sempre aos trancos e barrancos, com salas sem muita estrutura, às vezes sendo jogados de uma sala para outra. Às vezes sem ar-condicionado, às vezes sem Internet, às vezes sem água nos banheiros e bebedouros. Dizem: “faculdade pública é assim”. Não deveria. Estamos ali trabalhando, produzindo pesquisa, nos dedicando para termos sociedades melhores, mais justas. E vemos orçamentos sendo cortados, enquanto que as pesquisas precisam ser feitas ‘por amor’. Isso só gera amadorismo, enquanto um país desigual como o Brasil precisa de pesquisas profissionais.

Após a qualificação, primeiramente me dediquei à ajustar minha pesquisa de acordo com as sugestões da banca. Ainda, no fim de Junho de 2025, surgiu a oportunidade de escrever um artigo para o Dossiê de Educação Ambiental Climática, da Revista Letramento Socioambiental. Indiquei ao meu orientador a minha intenção e concordamos com a abordagem. Em Julho enviamos o texto, que foi aceito com sugestões. Em Agosto, após alterações submetemos a versão final. O artigo, intitulado ‘Mudanças Climáticas na PNEA: as diretrizes para a educação ambiental climática’ (FERRARESE e ANDRADE, 2025b), foi, enfim, publicado em 13 de

Novembro de 2025. Durante esse processo de submissão e publicação de artigo, consegui realizar as entrevistas. Esses momentos foram enriquecedores para mim. Apreendi muito com as entrevistadas, além de estreitar laços.

Ainda em Agosto, também abriu inscrições para um curso de 'Formação de Articuladores do Sistema MonitoraEA'. Achei ser uma boa oportunidade de me aprofundar ainda mais nos temas. Me inscrevi e finalizei-o em Dezembro, mesmo mês em que houve o lançamento do Caderno de Indicadores de Monitoramento e Avaliação de colegiados de Políticas Públicas de Educação Ambiental (Raymundo *et al.*, 2025). Ao fim, fomos recrutados para fazer parte de um esforço junto com as CIEAs para cadastrá-las na plataforma MonitoraEA. Eu me ofereci para acompanhar esse processo dentro do GIEA, já que já fazia parte do colegiado. O cadastro foi feito em Março de 2026. Nesse mesmo mês, o MMA indicou que arcaria com os custos de viagem de um membro da sociedade civil de cada CIEA para o Encontro Nacional das CIEAs, que seria realizado em Abril, em Maceió. O GIEA me indicou, e fui para o evento. Lá tivemos diálogos e discussões a respeito das vivências em cada colegiado. O Órgão Gestor, através de MMA, MEC e Comitê Assessor, enviou representantes que acompanharam e dialogaram nos quatro dias de evento. Foi muito bom poder escutar e falar tanto com colegas de outras CIEAs, como do Órgão Gestor.

Ao retornar de viagem, tivemos uma reunião com o GIEA para colocar todos à par do que foi discutido em Maceió. Nesse retorno, fui convidado pelo IBAMA para uma reunião a respeito dos preparativos para o Junho Verde, uma data prevista na PNEA (BRASIL, 1999) para a promoção de ações de conscientização ambiental. Percebi que as articulações que venho construindo ao longo da minha pesquisa têm resultado em reconhecimento pessoal e do que posso contribuir enquanto pesquisador. É gratificante poder estar presente nesses espaços de articulação e construção de PPEA. É, também, satisfatório estar levando o nome do LAPEAr para diferentes espaços e públicos, esse Laboratório que me abriu portas, me acolheu e me deu muito suporte desde o início da minha pesquisa.

Por fim, saio do mestrado com o sentimento de dever cumprido, mas não finalizado. Meu trabalho de pesquisador e articulador continua me acompanhando no GIEA e em outros espaços em que eu venha atuar no futuro. Se eu entrei no mestrado em busca de currículo, contatos e conhecimento, saio com muito mais do

que as expectativas criadas. Além do título de mestre, enriqueci meu currículo com vivências e experiências que não havia sequer imaginado. Os contatos feitos são incríveis, já que hoje conheço boa parte do meu referencial teórico pessoalmente. E o conhecimento adquirido, construído e vivenciado é de um tamanho tão grande que me gera responsabilidades a serem cumpridas nos espaços que eu ocupo e ocuparei futuramente.

Trilhei uma travessia densa, na qual diversas portas se abriram, e tentei dar conta de desbravar boa parte delas. Contudo, ao desbravar, precisei me aprofundar em estudos, para que minha presença fosse ativa e enriquecedora. Uma travessia turbulenta, com momentos em que não consegui produzir tanto quanto deveria, seja por falta de tempo, seja por falta de energia, seja por falta de dinheiro. Entretanto, consegui manter-me tranquilo, confiante de que daria conta de finalizar. E aqui meu orientador Daniel, sempre me apoiou, dando suporte. Quando precisei solicitar um semestre extra, para a conclusão do curso, ele prontamente concordou e dialogou com a coordenação do curso.

Finalizo então orgulhoso de mim e grato pela oportunidade que tive. Se estou concluindo o mestrado, não alcancei nada sozinho, mas com muito suporte, colaboração e compartilhamento de todos com quem cruzei nessa travessia.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA, I. T.. Augusto Ángel Maya: aportes de caldas de pensamiento y movimiento ambiental colombiano. **Luna Azul**. N. 28. Manizales. p. 57-67. Junho, 2009.

ALVES, V. R.. Estado e desenvolvimento sustentável: um balanço da gestão ambiental no Brasil (1973-2002). **Organizações e Sustentabilidade**. V. 2, n. 2. Londrina-PR. p. 38-79. Jul/Dez 2014.

ANDRADE, D.F. de. Conservacionista, pragmática, crítica, pós-crítica e decolonial: itinerários epistêmicos da educação ambiental pelas dimensões do pensamento. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 30, e24047, 2024.

ARNSTEIN, S. R.. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners**. p. 216-224. 1969.

ATKINSON, P. A.; COFFEY, A. Analysing documentary realities. In: SILVERMAN, D. (ed.). **Qualitative research: theory, method and practice**. London: Sage. P. 45-62. 1997.

BERNAL, A. B.; LOUREIRO, C. F. B.. As disputas ideológicas na construção do programa estadual de educação ambiental do Rio de Janeiro. In: **Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. Anais, 6ª edição. Ribeirão Preto-SP. 2011.

BIASOLI, S.; BRIANEZI, T. Enfrentar a emergência climática inclui investir em educação ambiental de qualidade. Brasília. **Centro Soberania e Clima**. 2024.

BIASOLI, S.; *et al.* Observatório brasileiro de políticas públicas de educação ambiental como um dos pilares do fundo brasileiro de educação ambiental: uma incubação da universidade de São Carlos. In: **Anais do Simpósio “Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis - municípios, escolas e instituições de ensino superior que educam para a sustentabilidade socioambiental**. Diagrama Editorial. São Carlos-SP. p.193-201. 2014.

BODIN, O.; *et al.* The impacts of trust, cost and risk on collaboration in environmental governance. **People and Nature**. V.2. p. 734-749. 2020.

BOHM, D. **Diálogo - Comunicação e redes de convivência**. Palas Athena. São Paulo, 2005.

BORDENAVE, J. E. D.. **O que é participação**. Editora Brasiliense. São Paulo-SP. 8ª edição. 1994.

BOWEN, G. A. Document analysis as a qualitative research method. **Qualitative Research Journal**. V. 9, n. 2. P. 27-40. 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Meio Ambiente**. Lei 6938/81. 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Política Nacional de Educação Ambiental. Lei 9795/99. 1999.

BRASIL. **Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental (CIEAs)**. Série de Documentos Técnicos - 01. Brasília. 2005.

BRASIL. **Comitê Interministerial Sobre Mudança do Clima**. Política Nacional Sobre Mudança do Clima. Lei 12.187/2009. 29 de Dezembro de 2009.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto nº8243, de 23 de Maio de 2014. p.6-8.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto nº9759, de 11 de Abril de 2019a. p.5-6.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto nº9812, de 30 de Maio de 2019b. p.1-2.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto nº11371, de 1 de Janeiro de 2023a. p.4.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. Decreto nº11407, de 31 de Janeiro de 2023b. p.1.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 14926/24. 2024.

BRASIL. **Plano Clima Participativo**. Disponível em: <https://brasilparticipativo.presidencia.gov.br/processes/planoclima>. Acesso em 23 de Janeiro de 2025.

BRIANEZI, T.; TATE, J. C. M.. Fighting for climate change environmental education in Brazil: educative perspectives against the instrumentalization of human and nonhuman lives. **Frontiers in Communication**. V. 2025. 2025.

CANNON, C. E. B.; *et al.* Institutional designs for procedural justice and inclusion in urban climate change adaption. **Journal of Planning Education and Research**. V. 46 (I). p. 132-143. 2026

CARVALHO, I. C. M. As transformações na cultura e o debate ecológico: desafios políticos para a educação ambiental. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M; BARCELOS, V. H. de L. **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz Sul: EDUNISC. p. 113 –126. 1998.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.) **Identidades da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília-DF. Edições MMA. p. 13-24. 2004.

CHAVES, I. M.; MORI, M.. A pesquisa narrativa: uma abordagem teórico-metodológica sobre o silêncio do existir e o mistério da palavra. In: GUEDES, A. O.; RIBEIRO, T. (org.). **Pesquisa, alteridade e experiência: metodologias minúsculas**. Ayyu. Rio de Janeiro-RJ. 2019.

CHAWLA, L. Participation as capacity-building for active citizenship. **Les Ateliers de l’Ethique/The Ethics Forum**. V.4, n.1. p.69-76. 2009.

CONTIPELLI, E.. Policentrismo, governança climática e constitucionalismo global. **Revista Eletrônica Direito e Política**. V. 14, n. 1, 1º quadrimestre. Itajaí-SC. p. 318-338. 2019.

COPERNICUS. **Copernicus: 2024 is the first year to exceed 1.5°C above pre-industrial level. 10 de Janeiro de 2025**. Disponível em: [\[https://climate.copernicus.eu/copernicus-2024-first-year-exceed-15degc-above-pre-industrial-level\]](https://climate.copernicus.eu/copernicus-2024-first-year-exceed-15degc-above-pre-industrial-level). Acesso em 18 de Fevereiro de 2025.

DAGNINO, R. S.; JUNIOR, S. C.; BRIGUENTI, E. C.. Desenvolvendo a percepção de riscos e vulnerabilidades por meio de metodologias de educação popular e diagnóstico participativo. In: IWAMA, A. Y.; AGUILAR-MUÑOZ, V.; SELEGUIM, F. B. (org.). **Riscos ao sul: diversidade de riscos de desastres no Brasil**. São Paulo. Isso dá um Livro. p. 268-289. 2023.

DAVIES, A. R.; HÜGEL, S. Just Adapt: engaging disadvantaged young people in planning for climate adaption. **Politics and Governance**. V. 9, n.2. p.100-111. 2021.

D'ÁVILLA, E. C. P. A socialização da política em conselhos: um estudo de caso no grupo interdisciplinar de educação ambiental (GIEA). **Anais VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**. 2013.

D'ÁVILLA, E. C. P.; LOUREIRO, C. F. B.. A guerra de posição nos conselhos: um estudo de caso no grupo interdisciplinar de educação ambiental (GIEA/RJ). **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. V. 29. 2012.

DESLANDES, S. F.. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes. Petrópolis-RJ. 21ª edição. 1994.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em Revista**. N. 24. P. 213-225. 2004.

FERRARESE, F. Projetos de educação ambiental para adaptação climática. In: **Livro de Resumos. Anais Unirio SIA 2024**. Rio de Janeiro-RJ. 2024.

FERRARESE, F.; ANDRADE, D. F. Perspectivas para a educação ambiental diante das mudanças climáticas. In: **Anais do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: Formação de educadoras/es ambientais**. UFPR. Maringá-PR. 2025a.

FERRARESE, F.; ANDRADE, D. F. Mudanças climáticas na PNEA: as diretrizes para a educação ambiental climática. **Letramento SocioAmbiental**. V. 3, n.2. Atibaia-SP. p. 1-19. 2025b.

FEW, R; *et al.* Transformation, adaptation and development: relating concepts to practice. **Palgrave Commun** 3. 2017.

FOLKE, C.; *Et al.* Resilience and Sustainable Development: Building Adaptive Capacity in a World of Transformations. **Ambio**, vol. 31, No 5. p. 437-440. Agosto, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra. 71ª edição. 2019.

FREY, K.. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. [S.l.] n. 21. p. 211-260. 2000.

GALLANG, E. I.; *et al.* Participatory scenario planning: a social learning approach to build systems thinking and trust for sustainable environmental governance. **Environmental Science and Policy**. V. 164. 2025.

GALLOPÍN, G. C. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change** 16. 2006. p. 293-303.

GOHN, M. G.. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. V. 13, n. 2. p. 20-31. Mai/Ago 2004.

GOMES, E. G. M.. Conselhos gestores de políticas públicas: aspectos teóricos sobre o potencial de controle social democrático e eficiente. **Cadernos EBAPE.br**. V. 13, n. 4, artigo 12. Rio de Janeiro-RJ. p. 894-909. Out/Dez, 2015.

GONZALEZ, A.; *et al.* Community of practice approach to developing urban sustainability indicators. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**. V. 13, n.4. p.591-617. 2011.

GUPTA, J.; *et al.* The adaptive capacity wheel: a method to assess the inherent characteristics of institutions to enable the adaptive capacity of society. **Environmental Science & Policy**, vol. 13, p. 459-471. 2010.

HO, K. H. M.; CHIANG, V. C. L.; LEUNG, D. Hermeneutic phenomenological analysis: 'the possibility' beyond 'actuality' in thematic analysis. **Journal of Advanced Nursing**. V. 73, n. 7. p. 1757-1766. 2017.

HOFSTATTER, L. J. V.; JUNIOR, L. A. F. Política estadual de educação ambiental na Bahia: desafios à participação democrática. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. V. 30, n.1. p. 217-236. Jan/Jun 2013.

INPE. **Projeto MonitoraEA-CIEA - capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de políticas públicas de educação ambiental para o enfrentamento das mudanças climáticas, em múltiplas escalas - processo 406595/2022-4 / Relatório da Oficina Região Sudeste**. São José dos Campos-SP. 2025

IPCC, 2022: Summary for Policymakers [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem (eds.)]. In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, pp. 3–33, doi:10.1017/9781009325844.001.

JUNIOR, A. P.; *et al.* Abordagem analítica sobre educação ambiental e a crise climática. **Revista Íbero-Americana de Estudos em Educação**. V. 19, n. esp. 1. Araraquara-SP. 2024.

KASPERSON, J. X.; KASPERSON, R. E.; TURNER II, B. L.; SCHILLER, A.; HSIEL, W. H.. Vulnerability to global environmental change. In: KASPERSON, J. X.; KASPERSON, R. E., (Eds.). **Social countours of risk, vol.II**. Earthscan, Londres. p. 245-258. 2005.

LARKIN, M; *et al.* Interpretative phenomenological analysis and embodied, active, situated cognition. **Theory & Psychology**. V. 21, n.3. 2011.

LATOUR, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no antropoceno**. UBU. 2020.

LAUTERBACH, A. A. Hermeneutic phenomenological interviewing: going beyond semi-structured formats to help participants revisit experience. **The Qualitative Report**. V.23, n.11. p. 2883-2898. 2018.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J.. Origens da política nacional de participação social: entrevista com Pedro Pontual. **Novos Estudos**. p. 91-104. 2014.

LAYBOURN-LANGTON, L; *et al.* This is crisis: facing up to the age of environmental breakdown. **IPPR**. Fev 2019.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C.. As macrotendências político-pedagógicas da educação Ambiental brasileira. São Paulo. **Ambiente e Sociedade**. v. XVII, n. 1. P. 23-40. 2014

LAYRARGUES, P. P.. A resolução de problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da Educação Ambiental? In: REIGOTA, M. (org.). **Verde Cotidiano: o meio ambiente em discussão**. Rio de Janeiro. DP&A Editora. P. 131-148. 1999.

LEWIN, K. **Resolving social conflicts**. Harper & Brothers Publishers. Nova Iorque. 1948.

LOPES, M. M.; TEIXEIRA, D. O processo de criação e consolidação dos comitês de bacias hidrográficas para gestão dos recursos hídricos. **Revista Uniara**. V.14, n.1. p. 7-16. Jul 2011.

LUCAS, A. M. **Environment and environmental education: conceptual issues and curriculum implications**. Australia International Press and Publications. 1979.

MANCAL, A.; LIMA, P. V. P. S.; KHAN, A. S.; MAYORGA, M. I. O.. À espera da seca que vem: capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido. **Revista Brasileira de Estudos de População**. V. 33, n. 2. p. 257-281. 2016.

MARQUES, L.. **O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo. Editora Elefante. 2023.

MENDONÇA, M. B.; DI GREGORIO, L. T.; ALFRADIQUE, C. O. S.. Diagnóstico e discussão sobre planos municipais de redução de riscos no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. V. 26. São Paulo-SP. 2023.

MENEZES, C. T. B.; *et al.* Gestão integrada e participativa em ambientes costeiros: estudo de caso do Projeto Orla no município de Balneário Rincão, SC, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V. 38. p. 347-360. Ago 2016.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Martins Fontes. São Paulo-SP. 2º edição. 1999.

MIRANDA, P. A participação social na política ambiental brasileira: da ascensão ao desmonte. **Videre**. V. 15, n.32. p. 10-28. Jan/Abr 2023.

MMA. **Documento Base da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/gm/5a-CNMA>. Acesso em 23 de Janeiro de 2025.

MORIN, E.; *et al.* **Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana**. Cortez Editora. São Paulo-SP. 2003.

MORROW, S.. Quality and trustworthines in qualitative research in counseling psychology. **Journal of Counseling Psychology**. 52 (2). p. 250-260. 2005.

NOSKOSKI, L. E. C.; GYSI, E.. Desafios climáticos e desastres naturais no Rio Grande do Sul: urgência de ações integradas e sustentáveis. **Epitaya E-books**. [S. l.], v. 1, n. 76. P. 41-46. 2024.

OCA. Café compartilha. In: **Anais do Simpósio “Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis - municípios, escolas e instituições de ensino superior que educam para a sustentabilidade socioambiental**. Diagrama Editorial. São Carlos-SP. p.24-30. 2014.

OMENA, A. L. R. A.; BITENCOURT, D. V. Influência do perfil do colegiado na priorização de ações ambientais nos territórios da cidadania de Sergipe. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. V. 36, n.2. p. 146-166. Mai/Ago 2019.

OLIVEIRA, Guilherme Gama de; SAMPAIO, Michelle Cristina. Metodologias participativas no ensino superior: Uma nova proposta de ensinar e aprender. In: PONTE, Maxwell Luiz da; WENCESLAU, Eliza Carminatti. **Práticas em ensino, conservação e turismo no Brasil**. Reconecta - Soluções Educacionais. São José do Rio Preto-SP, 2021.

PARK, S. E.; *et al.* Informing adaptation responses to climate change through theories of transformation. **Global Environmental Change**, v. 22, p. 115-126. 2012.

PÁDUA, J. A.. Herança romântica e ecologismo contemporâneo: existe um vínculo histórico?. **Varia História**. V. 21, n. 33. Belo Horizonte-MG. p. 58-75. 2005.

PALMER, J. A. Environmental education in the 21st century: theory, practice, progress, and promise. London and New York: **Routledge**. 1998.

PATTON, M. Q. **Qualitative evaluation and research methods**. (2nd. ed.). Newbury Park, CA: Sage. 1990.

PRETTO, D. J.; MARIMON, M. P. C.. Desafios à gestão participativa na perspectiva dos gestores e conselheiros da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, Santa Catarina. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. V. 42. p. 328-344. Dez 2017.

PROCÓPIO, M. L. A. A dimensão moral das divisões administrativas e os limites da racionalidade limitada. **Cadernos EBAPE.br**. Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. V. 15, n. 4. 2017.

QUEIRÓS, M.; BALULA, L.; VALE, M.. Cohesion policy and metropolitan governance: innovation in stakeholders collaboration practices in Lisbon. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. N.97. 2023

RAMMÊ, R. S. A política da justiça climática: conjugando riscos, vulnerabilidades e injustiças decorrentes das mudanças climáticas. **Revista de Direito Ambiental**. São Paulo-SP. V. 17, n.65. p. 367-391. Jan/Mar 2012.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.. A multidimensionalidade das políticas públicas de educação ambiental. In: PAZ, M. G. A.; et. al. (Org.) **Avaliação de políticas públicas de educação ambiental: interfaces entre o sistema Monitora EA e a experiência do IBAMA**. São José dos Campos. INPE, ANPPEA. Brasília. IBAMA. p. 26 - 39. 2022.

RAYMUNDO, M. H. A.; BRANCO, E. A.; BIASOLI, S.. Indicadores de políticas públicas de educação ambiental: construção à luz do tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global e da política nacional de educação ambiental. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**. Número especial. Curitiba-PR. p. 337-358. 2018.

RAYMUNDO, M. H. A.; et al. MonitoraEA: processo participativo para construção do sistema brasileiro de monitoramento e avaliação de políticas públicas de educação ambiental. In: RAYMUNDO, M. H. A.; et al. **Avaliação e monitoramento de políticas públicas de educação ambiental no Brasil: transição para sociedades sustentáveis**. MH-Ambienta Natural. Piracicaba-SP. p.27-42. 2019.

RAYMUNDO, M. H. A.; et al. **Caderno de indicadores de monitoramento e avaliação de colegiados de políticas públicas de educação ambiental**. INPE. São José dos Campos-SP. 2025.

REIGOTA, M. Educação Ambiental: fragmentos de sua história no Brasil. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. de L. **Tendências da educação ambiental brasileira**. Santa Cruz Sul: EDUNISC, 1998. p. 11 – 25.

REIGOTA, M. O estado da arte da pesquisa em educação ambiental no Brasil . **Pesquisa Em Educação Ambiental**, 2(1), 33-66. 2007.

RESTREPO-MIETH, A.; et al. Community-based participatory climate action. **Global Sustainability**. V.6, n.14. p.1-6. 2023.

RIO DE JANEIRO. Resolução Conjunta SEAS/SEEDUC nº121. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 233, parte I, 19 de Dezembro de 2023**. 2023.

RIPPLE, W.; *et al.* World scientists' warning of a climate emergency. *BioScience*. V. 70, n.1. p.8-12. Jan 2020.

RIPPLE, W.; *et al.* World scientists' warning of a climate emergency 2021. **BioScience**, v.17, n.9, 894-898, set. 2021.

ROSA, A. V.; SORRENTINO, M.; RAYMUNDO, M. H. A. (org.). Dossiê sobre o desmonte das políticas públicas de educação ambiental na gestão do governo federal: 2019-2022. **EAResiste**. Brasília-DF. 2022.

SALGADO, P. P.; *et al.* Participative multi-criteria analysis for the evaluation of water governance alternatives: a case in the Costa del Sol (Málaga). **Ecological Economics**. V.68. p.990-1005. 2009.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer**. Ubu Editora. São Paulo-SP. 2023.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (org.). **Educação Ambiental**. Artmed Editora. Porto Alegre-RS. P. 17-46. 2005.

SIDERS, A. R.. Adaptive capacity to climate change: a synthesis of concepts, methods and findings in a fragmented field. **WIREs Climate Change**. V. 10, edição 3. 2019.

SMIT, B; WANDEL, J. Adaptation, adaptive capacity and vulnerability. **Global Environmental Change**, vol. 16, p. 282-292. 2006.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessalonique: a educação ambiental no Brasil. In: CASCINO, F.; OLIVEIRA, J. F.; JACOBI, P. (org.). **Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. São Paulo-SP. p. 20-24. 1998.

SORRENTINO, M. Pesquisa intervenção educadora socioambientalista: por uma nova cultura da Terra, terra, corpos e territórios. In: SORRENTINO, M.; SILVA, M. C. P.; EL-HANI, C. N. (org.). **Crise Ambiental e Educação: por uma nova cultura da Terra, corpos e territórios!**. Rio de Janeiro. Bambual Editora. P. 71-94. 2024.

SOUZA, C.. Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas. Trabalho elaborado para: **Fundação Luiz Eduardo Magalhães**. São Paulo-SP. 2002.

SOUZA, J. C.. **Os pré-socráticos: fragmentos, doxografia e comentários**. Editora Nova Cultural. São Paulo-SP. 1996.

STERLING, S. Coming of age – a short history of environmental education (to 1989).

Walsall: National Association for Environmental Education. 1992.

TASSARA, E. T. O.. O pensamento contemporâneo e o enfrentamento da crise ambiental: uma análise desde a psicologia social. In: SORRENTINO, M.; SILVA, M. C. P.; EL-HANI, C. N. (org.). **Crise Ambiental e Educação: por uma nova cultura da Terra, corpos e territórios!**. Rio de Janeiro. Bambual Editora. p. 55-70. 2024.

TOMBOLATO, M. A.; SANTOS, M. A. Análise fenomenológica interpretativa (AFI): fundamentos básicos e aplicações em pesquisa. **Phenomenological Studies - Revista da Abordagem Gestáltica**. V. XXVI, n.3. p.293-304. 2020.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Editora Atlas. São Paulo-SP. 1987.

8 ANEXOS

8.1 ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O CONCEITO DE CAPACIDADE ADAPTATIVA COMO ELO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Pesquisador: FABIO FERRARESE

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 78900524.0.0000.5285

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.544.986

Apresentação do Projeto:

Texto retirado das Informações Básicas do Projeto e inseridas na Plataforma Brasil pelo/a pesquisador/a responsável:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do documento Informações Básicas da Pesquisa e Projeto detalhado CAAE: 78900524.0.0000.5285, datado em 08/04/2024.

[...] O autor ainda nos informa que as mudanças climáticas dos próximos vinte anos são irreversíveis, em razão das emissões de gases do efeito estufa (GEE) que têm sido geradas no presente. Estes gases atingem seu auge de influência na atmosfera no período de dez anos. Segundo o relatório do Institute for Public Policy Research (IPPR), de 2019, o colapso ambiental não irá ocorrer, mas já está em curso, e seu agravamento se dá em constante aceleração. Ou seja, a piora das condições é um fato, e, consequentemente, dependeremos de políticas públicas para podermos atenuar os impactos, e qualificar com ferramentas que auxiliem na adaptação das sociedades (MARQUES, 2023). O termo Capacidade Adaptativa tem sido utilizado relacionado às mudanças climáticas, para indicar a capacidade de um sistema em ser resiliente às mudanças e aos eventos extremos. O termo se refere à habilidade de um sistema de lidar com efeitos, ou ainda, com a previsão de impactos, de forma a absorver estes, ou se modificar, para amenizá-los. O termo, para alguns autores é sinônimo de resiliência (GALLOPÍN,

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7798

E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.544.986

2006). Carpenter et al (2002), acrescentam que a tentativa de canalizar ou controlar estas mudanças de forma rígida tende a piorar as condições existentes, e destrói a resiliência do sistema. A construção de resiliência deve ser flexível, e aberta a diferentes saberes e à capacidade de inovação. Desta forma, Políticas Públicas podem facilitar ou dificultar a Capacidade Adaptativa de uma sociedade. No Brasil, a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) prevê que a educação ambiental seja dialógica, diversa e democrática, permeando diferentes contextos da sociedade (BRANCO e RAYMUNDO, 2022). [...] ara facilitar o diálogo entre as práticas e ações educativas, geralmente propostas e promovidas por iniciativas individuais e privadas, com a formulação das PPEA, o Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais (ProFEA) (BRASIL, 2006) propõe o encontro cíclico entre representantes do Estado, com educadores e outros atores que atuem no dia a dia com as sociedades.

METODOLOGIA

[...] O campo de pesquisa serão as oficinas ministradas nas Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental dentro do projeto “Capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas”, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em parceria com diversas Universidades Públicas do Brasil, incluindo a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), através do Laboratório de Ações e Pesquisa em Educação Ambiental (LAPEAR). Serão cinco oficinas, uma em cada região do país, e a(s) oficina(s) a ser pesquisada ainda será definida, de acordo com logística pertinente.

[...] O campo desta pesquisa pretende analisar as metodologias utilizadas para facilitação dos encontros e o fluxo das conversas, a fim de compreender se e como as práticas pedagógicas propostas contribuirão para estimular o processo participativo que representem exercícios de democracia.

[...] Os participantes envolvidos na pesquisa são em torno de 50 pessoas, com idades superiores a 18 anos, dos sexos masculinos e feminino, entre eles, participantes e ministrantes da(s) oficina(s). Ainda estão previstas algumas entrevistas estruturadas com membros da(s) CIEA e com alguns ministrantes das oficinas, com finalidade de obter outros pontos de vista relacionados ao processo de criação dos indicadores de avaliação das PPEAR.

[...] A metodologia de análise desta pesquisa se caracteriza como de base qualitativa. Para responder cada um dos objetivos específicos, esta pesquisa contará com três etapas. O

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7798 E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.544.986

segundo momento ocorrerá na Oficina na(s) CIEA [Comissões Interinstitucional de Educação Ambiental], onde, através da observação participante, analisarei metodologias utilizadas, comportamentos dos participantes e resultados alcançados, buscando compreender se e como colaboraram com a participação ativa dos envolvidos.

Em um último momento, estão previstas algumas entrevistas estruturadas com membros da(s) CIEA e com ministrantes d(s) oficina(s), com a finalidade de enriquecer a compreensão do processo de criação de Políticas Públicas.

Objetivo da Pesquisa:

Texto retirado das Informações Básicas do Projeto e inseridas na Plataforma Brasil pelo/a pesquisador/a responsável:

O objetivo geral desta pesquisa é colaborar com a aproximação entre os campos de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, compreendendo como as políticas públicas podem colaborar com práticas educativas que facilitem a capacitação das comunidades através da Capacidade Adaptativa.

Os objetivos específicos são:

- 1) Analisar como o conceito Capacidade Adaptativa está inserido nas Políticas Públicas de Educação Ambiental;
- 2) Analisar como a Educação Ambiental está inserida nas Políticas Públicas de Mudanças Climáticas já existentes;
- 3) Analisar se e como as metodologias utilizadas na oficina do projeto „Capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas“, colaboraram para o processo participativo de criação de indicadores do conceito Capacidade Adaptativa para avaliação de Políticas Públicas de Educação Ambiental;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa realizará observação participante durante as Oficinas e análise de conteúdo dos materiais produzidos pelos discentes referentes às Oficinas supracitada. Os discentes participantes da pesquisa podem ficar desconfortáveis com a possibilidade das suas falas e dos materiais que produziram na disciplina serem objeto de estudo científico. Para amenizar esse desconforto, será explicado através de uma conversa com os participantes, antes do início da pesquisa, os itens que constam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como o

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7798 E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.544.988

fato de que serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas, que qualquer dado que possa identificá-lo/a será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, assim como que o material será armazenado em local seguro e que a participação do discente é voluntária, isto é, não é obrigatória e, assim, ele/a tem plena autonomia para decidir se deseja ou não participar, bem como para retirar seu consentimento em participar a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízo algum.

Benefícios:

Não haverá benefício direto ao participante. O benefício é auxiliar na colaboração com a aproximação entre os campos de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, compreendendo como as políticas públicas podem colaborar com práticas educativas que facilitem a capacitação das comunidades através da Capacidade Adaptativa. O participante não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária. Porém, será assegurado o seu direito de pedir indenizações, em caso de dano pessoal, diretamente provocado por alguma das etapas da pesquisa, estando os pesquisadores integralmente à disposição dos participantes. Será informado que TCLE que todos os direitos estão estabelecidos na Resolução 466/2012. Considerando que a pesquisa será realizada na Oficina 'Capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas', promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), não haverá nenhum custo extra para os participantes da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de mestrado do discente FABIO FERRARESE do Programa de Pós-graduação em Educação orientado pelo Dr. Daniel Fonseca de Andrade, que está cadastrado na Plataforma Brasil. Esse projeto visa estudar como as políticas públicas de educação ambiental interferem no conhecimento sobre e nas práticas de combate à mudanças climáticas. Segundo o pesquisador políticas publicas podem facilitar ou dificultar a capacidade adaptativa de uma sociedade. O pesquisador anexou o termo de anuência do pesquisador responsável pelo projeto 'Capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas', do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entretanto, não é a anuência da instituição e sim, do pesquisador responsável pela pesquisa: Evandro Albiach Branco. O projeto não permite copiar o texto e os dados preenchidos

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7798 E-mail: cep@unirio.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO



Continuação do Parecer: 7.544.988

na Plataforma Brasil e no Projeto destoam em alguns momentos, especialmente quanto à metodologia. O roteiro apresentado de perguntas parece ser algo que será enviado de forma online, inclusive com autorização do TCLE de forma online, e que será aplicado para os participantes da oficina, sendo que na metodologia está descrito que os participantes das oficinas serão apenas observados. O pesquisador garante o anonimato e preservação dos dados, no entanto, no roteiro de pergunta está como item obrigatório o nome do participante, bem como as perguntas no roteiro estão assinaladas como obrigatórias. Foram apresentadas três TCLE, um para cada grupo que será abordado. O roteiro de perguntas aos coordenadores e membros do CIEA são apresentados no corpo do TCLE e não no projeto. Os riscos não estão expostos em nenhum dos TCLE e os benefícios constam apenas no TCLE dos participantes. Já o ressarcimento não é abordado no TCLE dos participantes das oficinas. No cronograma não está a devolutiva para o CEP, além disso, as oficinas e entrevistas estão previstas para início em abril, antes da aprovação do CEP. O termo de compromisso encontra-se incompleto, sem os dados do coordenador.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Conforme as resoluções CNS 466/12 e 510/16, os seguintes documentos apresentados foram ajustados:

- Projeto
- Instrumento de coleta de dados
- Cronograma
- TCLE
- Folha de rosto
- Carta de anuência
- Termo de Compromisso de Utilização e Divulgação de Dados

Recomendações:

Não se aplica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado(a) Pesquisador(a),

Inserir os relatórios parcial(is) (a cada 6 meses) e final da pesquisa na Plataforma Brasil por

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7798 E-mail: cep@unirio.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO**



Continuação do Parecer: 7.544.986

meio de Notificação.

Consulte o site do CEP UNIRIO (www.unirio.br/cep) para identificar materiais e informações que podem ser úteis, tais como:

- a) Modelos de relatórios e como submetê-los (sub abas "Relatórios" e "Notificações" e aba "Materiais de apoio e tutoriais");
- b) Situações que podem ocorrer após aprovação do projeto (mudança de cronograma e da equipe de pesquisa, alterações do protocolo pesquisa; observação de efeitos adversos, ...) e a forma de comunicação ao CEP (aba "Tramitação após aprovação do projeto" e suas sub abas).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_2280126.pdf	28/04/2025 11:44:04		Aceito
Outros	fabio_TCUDD_assinado.pdf	28/04/2025 11:43:38	FABIO FERRARESE	Aceito
Outros	Carta_de_atendimento_a_pendencia_Fabio_04_assinado.pdf	28/04/2025 11:43:25	FABIO FERRARESE	Aceito
Outros	Termo_de_Anuencia_GIEA_RJ.pdf	28/04/2025 11:42:47	FABIO FERRARESE	Aceito
Outros	Anuencia_INPE_assinado.pdf	28/04/2025 11:41:07	FABIO FERRARESE	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_7491509.pdf	28/04/2025 11:30:51	FABIO FERRARESE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhado_FabioFerrarese_3.pdf	30/01/2025 19:19:59	FABIO FERRARESE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Formulario_FabioFerrarese_3.pdf	30/01/2025 19:19:22	FABIO FERRARESE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevista_GIEA_FabioFerrarese_3.pdf	30/01/2025 19:18:55	FABIO FERRARESE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevista_coordenador_FabioFerrarese_3.pdf	30/01/2025 19:18:45	FABIO FERRARESE	Aceito
Cronograma	Cronograma_FabioFerrarese_3_assi	30/01/2025	FABIO FERRARESE	Aceito

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição
 Bairro: Urca CEP: 22.290-240
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2542-7798 E-mail: cep@unirio.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO -
UNIRIO**



Continuação do Parecer: 7.544.988

Cronograma	nado.pdf	19:16:55	FABIO FERRARESE	Aceito
Brochura Pesquisa	Brochura_FabioFerrarese_3.pdf	30/01/2025 19:15:37	FABIO FERRARESE	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_FabioFerrarese_2_assinado.PDF	14/10/2024 10:22:59	FABIO FERRARESE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 05 de Maio de 2025

Assinado por:

CELESTE ANUNCIATA BAPTISTA DIAS MOREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Pasteur, 296 subsolo da Escola de Nutrição

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7798

E-mail: cep@unirio.br

8.2 ANEXO 2

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, **Evandro Albiach Branco**, na qualidade de coordenador do INPE e proponente do projeto *Capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas*, autorizo a realização da pesquisa intitulada *O conceito de Capacidade Adaptativa como elo entre a Educação Ambiental e as Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas*, realizada pelo mestrando **Fabio Ferrarese**, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob orientação do Professor Daniel Fonseca de Andrade.

Este termo só é válido caso o projeto de pesquisa haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UNIRIO.

Rio de Janeiro, 25 de Junho de 2024



Documento assinado digitalmente
EVANDRO ALBIACH BRANCO
Data: 25/06/2024 14:13:12 -0300
Verifique em <https://validar.sil.gov.br>

Evandro Albiach Branco

8.3 ANEXO 3



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Subsecretaria de Recursos Hídricos e Sustentabilidade Ambiental

TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Irlaine Alvarenga, na qualidade de Coordenadora do GRUPO DE INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - GIEA e Superintendente de Educação Ambiental e Sustentabilidade da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade - SEAS, autorizo a realização da pesquisa intitulada O conceito de Capacidade Adaptativa como elo entre a Educação Ambiental e as Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas, realizada pelo mestrando Fabio Ferrarese, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) sob orientação do Professor Daniel Fonseca de Andrade.

Este termo só é válido caso o projeto de pesquisa haver parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da UNIRIO.

Rio de Janeiro, 01 de Julho de 2024.

Irlaine Alvarenga
Coordenadora do GIEA
Superintendente de Educação Ambiental e Sustentabilidade da SEAS



Documento assinado eletronicamente por **Irlaine Alvarenga Cidade, Superintendente**, em 01/07/2024, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **77898709** e o código CRC **60EE97DE**.

Referência: Processo nº SEI-070001/001526/2024

SEI nº 77898709

8.4 ANEXO 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado(a)

coordenador(a),

Baseado na Resolução 466/12 e 510/16, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **“Conceito de Capacidade Adaptativa como elo entre Educação Ambiental e Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Fabio Ferrarese**.

A pesquisa tem o objetivo de colaborar com a aproximação dos campos de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, compreendendo como a Políticas Públicas podem colaborar com práticas educativas que facilitem a capacitação das comunidades em Capacidade Adaptativa. Desta forma, serão levantadas as Políticas Públicas de Educação Ambiental e de Mudanças do Clima. Assim como, serão acompanhadas oficinas do projeto do INPE, “capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas”, utilizando observação participante. Além disso, serão entrevistados coordenadores destas oficinas, como membros das CIEAs participantes.

Durante qualquer etapa (antes, durante ou após as entrevistas), você possui o direito de recusar-se a participar da pesquisa, ou retirar seu consentimento, sem penalidades ou prejuízos pessoais. Cabe destacar que a participação é direcionada para maiores de 18 anos.

O objetivo das entrevistas com o(a)s coordenador(a)s, é compreender os objetivos da oficina, e se eles foram atingidos.

Determinadas perguntas podem causar desconforto, já que os dados serão gerados a partir de suas experiências. Para lidar com isso, o propósito da pesquisa como um todo e os procedimentos das entrevistas especificamente, serão esclarecidos a priori.

A entrevista não estruturada pode ser chamada também de conversa com finalidade. Neste tipo de entrevista o roteiro apenas orienta a conversa e não cerceia o entrevistado. Destacamos que o participante da pesquisa tem o direito de não responder qualquer questão, sem justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

A entrevista será norteada pelas seguintes questões: I- Quais eram os objetivos do projeto e suas expectativas? As expectativas foram atingidas? II- Qual a importância do diálogo na criação dos indicadores de PPEA? Porque as CIEAs foram escolhidas para abrigar este processo?

A resposta às perguntas serão registradas através da gravação do encontro através de plataforma de chamadas online e você terá o direito de pedir interrupção ou exclusão a qualquer momento sem prejuízos pessoais.

Não haverá custo para a sua participação na pesquisa. De qualquer forma, garantimos ao(à) Sr(a), quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Nos comprometemos a seguir todas as recomendações do Conselho Nacional de Saúde e às Resoluções 466/12 e 510/2016 que versam sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Caso você aceite participar dessa pesquisa, você receberá uma via do TCLE.

Além disso, caso queira você pode entrar em contato com o pesquisador e/ou o Comitê de Ética responsável pela autorização da pesquisa, a qualquer momento, durante a resposta às perguntas e a gravação dos áudios. Assim como, em momento posterior ou anterior à participação, você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores da equipe para quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa. Os telefones e e-mail para contato são:

1. Fabio Ferrarese e-mail: fabioferrarese@gmail.com - tel. 21-981232439
2. Daniel Fonseca de Andrade e-mail.: Daniel.andrade@unirio.br

Para maiores esclarecimentos, você poderá entrar em contato também com o Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação – PPGEC, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (RJ)

End. Av. Pasteur, 458 / Prédio do IBio / sala 506-A Fone: (21) 2542-4278 E-mail: ppgec@unirio.br

Ao consentir sua participação, você declara que autoriza a sua participação no projeto de pesquisa e que sua entrevista poderá ser transcrita no texto final da pesquisa.

CONSENTIMENTO

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, firmado abaixo, concordo em participar do estudo intitulado **“Conceito de Capacidade Adaptativa como elo entre Educação Ambiental e Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas”**.

Eu fui completamente orientada pelo **Fabio Ferrarese**, que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-lo sobre todos os aspectos do estudo. Além disso, ele me entregou uma via da folha de

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Avenida Pasteur, 296 subsolo do prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240.
Telefones: 21- 25427796 E-mail: cep@unirio.br

informações para os participantes, a qual li, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da minha espontânea participação nesta pesquisa.

Depois de tal consideração, concordo em cooperar com este estudo e informar a equipe de pesquisa responsável por mim sobre qualquer anormalidade observada.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar.

Estou recebendo uma via assinada deste Termo.

Participante: Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Responsável: Nome: Fabio Ferrarese

Data: _____

Assinatura: _____

Contato do CEP/UNIRIO:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Avenida Pasteur, 296 subsolo do prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240, no telefone 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br

8.5 ANEXO 5

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) -
MEMBRO DO GIEA-RJ**

Prezado(a) membro do GIEA-RJ,

Baseado na Resolução 466/12 e 510/16, você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **“Conceito de Capacidade Adaptativa como elo entre Educação Ambiental e Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Fabio Ferrarese**.

A pesquisa tem o objetivo de colaborar com a aproximação dos campos de Educação Ambiental e Mudanças Climáticas, compreendendo como as Políticas Públicas podem colaborar com práticas educativas que facilitem a capacitação das comunidades em Capacidade Adaptativa. Desta forma, será feito um formulário a ser respondido pelos participantes da oficina do projeto do INPE, “capacidade adaptativa em perspectiva policêntrica: monitoramento, avaliação e impactos sinérgicos de Políticas Públicas de Educação Ambiental para o enfrentamento das Mudanças Climáticas, em múltiplas escalas”, realizada em Belo Horizonte. Além disso, serão entrevistados coordenadores destas oficinas, como membros das CIEAs participantes.

Durante qualquer etapa (antes, durante ou após as entrevistas), você possui o direito de recusar-se a participar da pesquisa, ou retirar seu consentimento, sem penalidades ou prejuízos pessoais. Cabe destacar que a participação é direcionada para maiores de 18 anos.

O objetivo das entrevistas com os membros do GIEA-RJ, é compreender como está a articulação dentro do GIEA-RJ atualmente, e como a oficina pode ter favorecido o fortalecimento do mesmo.

Determinadas perguntas podem causar desconforto, já que os dados serão gerados a partir de suas experiências e relacionamentos dentro da oficina e dentro do GIEA-RJ. Para lidar com isso, o propósito da pesquisa como um todo e os procedimentos das entrevistas especificamente, serão esclarecidos a priori. O anonimato será garantido na publicação dos resultados da pesquisa.

A entrevista não estruturada pode ser chamada também de conversa com finalidade. Neste tipo de entrevista o roteiro apenas orienta a conversa e não cerceia o entrevistado. Destacamos que o participante da pesquisa têm o direito de não responder qualquer questão, ou ainda solicitar a exclusão do registro de qualquer fala, sem justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento.

A entrevista será norteada pelas seguintes questões: I- O GIEA estava articulado antes da oficina? Você acha que a oficina colaborou com o engajamento dentro do GIEA? Se sim, como? Se não, porque? II- Com que frequência o GIEA se reúne? Como são estas reuniões? III- As pessoas que estão no GIEA entendem as funções do Grupo? IV- Na sua opinião, quais os principais assuntos que precisam ser tratados no GIEA? Eles têm sido tratados ali? IV- Quais as principais dificuldades dentro do GIEA?

A resposta às perguntas serão registradas através da gravação do encontro utilizando uma plataforma de chamadas online e você terá o direito de pedir interrupção ou exclusão a qualquer momento sem prejuízos pessoais. O arquivo da gravação permanecerá salvo fora da nuvem, em um pen drive o qual apenas os pesquisadores têm acesso, por um período de até 15 dias após a realização da entrevista. Esta será transcrita, já sem os dados do(a) entrevistado(a), garantindo anonimato. Logo após a transcrição, o arquivo será apagado. Desta forma tentamos minimizar os possíveis riscos de desconforto por ter suas respostas como objeto de uma pesquisa e/ou de serem alvo de injúrias por aqueles que lerem a pesquisa.

Não haverá custo para a sua participação na pesquisa. De qualquer forma, garantimos ao(à) Sr(a), quando necessário, o ressarcimento das despesas devido sua participação na pesquisa, ainda que não previstas inicialmente. Também estão assegurados ao(à) Sr(a) o direito a pedir indenizações e a cobertura material para reparação a dano causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.

Nos comprometemos a seguir todas as recomendações do Conselho Nacional de Saúde e às Resoluções 466/12 e 510/2016 que versam sobre a ética em pesquisa com seres humanos. Caso você aceite participar dessa pesquisa, você receberá uma via do TCLE.

Além disso, caso queira você pode entrar em contato com o pesquisador e/ou o Comitê de Ética responsável pela autorização da pesquisa, a qualquer momento, durante a resposta às perguntas e a gravação dos áudios. Assim como, em momento posterior ou anterior à participação, você poderá entrar em contato com qualquer um dos pesquisadores da equipe para quaisquer esclarecimentos acerca da pesquisa. Os telefones e e-mail para contato são:

1. Fabio Ferrarese e-mail: fabioferrarese@gmail.com - tel. 21-981232439
2. Daniel Fonseca de Andrade e-mail.: Daniel.andrade@unirio.br

Para maiores esclarecimentos, você poderá entrar em contato também com o Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEduc, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO (RJ)

Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) | Térreo - Av. Pasteur, 458 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290-250

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Avenida Pasteur, 296 subsolo do prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240.
Telefones: 21- 25427796 E-mail: cep@unirio.br

E-mail: ppgedu.mestrado@unirio.br

Ao consentir sua participação, você declara que autoriza a sua participação no projeto de pesquisa e que sua entrevista poderá ser transcrita, garantindo anonimato, no texto final da pesquisa.

CONSENTIMENTO

Diante do exposto nos parágrafos anteriores eu, firmado abaixo, concordo em participar do estudo intitulado **“Conceito de Capacidade Adaptativa como elo entre Educação Ambiental e Mudanças Climáticas nas Políticas Públicas”**.

Eu fui completamente orientada pelo **Fabio Ferrarese**, que está realizando o estudo, de acordo com sua natureza, propósito e duração. Eu pude questioná-lo sobre todos os aspectos do estudo. Além disso, ele me entregou uma via da folha de informações para os participantes, a qual li, compreendi e me deu plena liberdade para decidir acerca da minha espontânea participação nesta pesquisa.

Depois de tal consideração, concordo em cooperar com este estudo e informar a equipe de pesquisa responsável por mim sobre qualquer anormalidade observada.

Estou ciente que sou livre para sair do estudo a qualquer momento, se assim desejar.

Este TCLE deverá ser rubricado em todas as páginas.

Estou recebendo uma via assinada deste Termo.

Participante: Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____

Responsável: Nome: Fabio Ferrarese

Data: _____

Assinatura: _____

Contato do CEP/UNIRIO:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Avenida Pasteur, 296 subsolo do prédio da Nutrição – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240, no telefone 2542-7796 ou e-mail cep@unirio.br

8.6 ANEXO 6

Entrevista 1

Fabio:

Para deixar registrado, se você não se sentir à vontade para responder qualquer coisa, sinta-se à vontade. Para não responder, é só falar. Se você falar alguma coisa que você deseja que não esteja transcrito, você pode avisar, vai estar gravado aqui, a gente faz o recorte. E se depois da entrevista você desistir, ainda estamos aqui, é só você avisar que a gente cancela as transcrições, tá bom?

Entrevistada 1:

Combinado.

Fabio:

Bom, para começar a entrevista, eu tenho uma pré-pergunta que vai servir mais como referencial teórico da pesquisa. Se você pudesse fazer uma breve descrição, de contextualização, de como foi a formação da ANPPEA e do Sistema MonitoraEA, ou seja, quais as intenções, qual era o contexto e quais foram as dificuldades ali iniciais.

Entrevistada 1:

Tá, Fabio, então só para ver se eu entendi bem a pergunta. Aí da ANPPEA e do MonitoraEA como um todo, não do projeto específico que você está estudando, né?

Fabio:

Isso, isso.

Entrevistada 1:

E posso falar, então?

Fabio:

Pode falar.

Entrevistada 1:

Então, tá. Então, Fabio, a ANPPEA foi criada em 2015, a partir de uma pesquisa diagnóstica que foi feita, de âmbito nacional, pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental, a OCA, da Esalq-USP, na época coordenada pelo professor Marcos Sorrentino. Essa pesquisa, ela

buscava compreender quais eram as lacunas, os desafios, as fragilidades e potencialidades das políticas públicas de educação ambiental no país. E a principal lacuna apontada em desafio foi justamente a ausência de um sistema de monitoramento, avaliação de políticas públicas. A ausência de indicadores e também a necessidade de articulação, de criar sinergias entre prefeituras, municípios, entre as diversas políticas públicas que acontecem nos territórios. Então, isso fez com que surgisse a ANPPEA, né? E a ANPPEA surgiu, então, com a missão de criar um sistema, uma plataforma para monitorar e avaliar as políticas públicas de educação ambiental. Isso em 2015. E aí, na época, a ANPPEA, então, foi formada a partir de uma secretaria executiva formada pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação, a Esalq-USP, o INPE e o FUNBEA, Fundo Brasileiro de Educação Ambiental. Então, essas cinco instituições formavam uma secretaria executiva para tocar, né? Para pensar, fazer o desenho de como seria construído o monitoramento, os indicadores e tal. E aí foi um amplo processo de quatro anos para criar os primeiros indicadores de políticas públicas de educação ambiental.

E assim, então, foi criado o MonitoraEA, o Sistema MonitoraEA, que ele tem quatro pilares hoje, né? Um dos pilares são justamente os indicadores, outro pilar é essa plataforma digital, são várias ferramentas tecnológicas digitais com base na WebGIS, né? Então, hoje a gente tem um portal do Sistema MonitoraEA, não é mais uma plataforma, né? É um portal. E dentro desse portal tem tudo que você pode imaginar. Aí, os processos educadores ambientais, que é um pilar básico do MonitoraEA, e análise de redes, também, né? Como um dos pilares. Então, é basicamente isso. Não sei se eu respondi. Se quiser saber algo mais, eu falo.

Fabio:

Não, era meio isso mesmo. É para entender como foi formado, por quê, né? Quais eram as intenções.

Entrevistada 1:

Só complementando. Então, foi um amplo processo participativo, né? Com várias etapas, uma metodologia participativa gradativa, que a gente foi construindo aos poucos. Porque o sistema tem essa característica de ser vivo, dinâmico, sempre se atualizando.

Fabio:

Tá certo. Então, agora, trazendo já para a oficina, né? E para o projeto todo, eu queria entender um pouco quais eram os objetivos iniciais do projeto. Quais eram as expectativas?

Entender se essas expectativas e objetivos foram atingidos, e aí, se tiver objetivos e expectativas que não foram atingidos, na sua opinião, por que que não foram?

Entrevistada 1:

Legal. Bom, então, uma coisa é a gente pensar no projeto como um todo, né? Que são quatro anos e a gente ainda não concluiu tal projeto. Então ainda tem um caldo ainda para a gente tirar, né? Até o ano que vem. E aí, então, nesse amplo projeto, a gente tem as oficinas, né? Tivemos as oficinas, que foram seis oficinas, uma em cada região. Uma oficina que a gente chamou de piloto, que aconteceu em São José dos Campos, mas com a equipe, e aí uma oficina em cada região do país.

Então, pensando primeiro nos objetivos amplos do projeto como um todo, não dá para falar ainda que a gente já atingiu todos, porque ainda estamos trabalhando no projeto, tá? Mas, se a gente olhar o objetivo geral do projeto, a gente pode dizer que já até alcançamos o objetivo geral. Porque o objetivo geral era justamente a gente, quer dizer, não está todo pronto ainda, não dá para falar que já alcançamos tudo, mas a gente queria construir um sistema baseado em indicadores, para analisar impactos das políticas públicas, relacionando esses impactos com mudança do clima, com os riscos climáticos. Então, a gente ainda está nesse desenvolvimento deste sistema, mas já temos muitas coisas que conseguimos alcançar, que conseguimos atingir. Mas, pensando nas nossas expectativas, e aí não o objetivo mesmo, nas expectativas gerais, aí sim, eu posso falar que a gente já se aproximou, praticamente alcançou essas expectativas, que era o quê? De mostrar as relações que existem entre a educação ambiental, entre as políticas de educação ambiental, com o enfrentamento das emergências climáticas, com aquilo que chamam de capacidade adaptativa nos territórios, e que vem sendo muito trabalhado pelo IPCC. Então, nesse aspecto, em relação às nossas expectativas de mostrar as relações entre uma coisa e outra, de fazer as conexões, nesse sentido, a gente pode falar que sim. A gente já está feliz com as expectativas, porque as expectativas, as relações, as correlações são muito nítidas, sabe? De como a educação ambiental, ou mais precisamente falando, de como as políticas públicas de educação ambiental são extremamente necessárias para que a gente crie capacidade adaptativa nos territórios, para que a gente tenha condições de enfrentar as emergências climáticas. Então, pensando por aí, em expectativa, beleza, acho que a gente alcançou, e aí, em termos de objetivos, a gente está ainda trabalhando para alcançar esses objetivos como um todo. Então, isso eu estou falando do projeto como um todo.

Agora, quando a gente pensa nos objetivos das oficinas, aí já eram mais objetivos específicos. Então, um dos objetivos da oficina era justamente ter subsídio, ter elementos, ter materiais de um processo dialógico para que a gente chegasse em indicadores. Então,

as oficinas eram uma etapa da metodologia do projeto como um todo, uma etapa participativa para que a gente tivesse esses subsídios para construir indicadores. Tanto indicadores que relacionam a educação ambiental, que mostra fortemente a educação ambiental com o enfrentamento das mudanças climáticas, com a criação, ou contribuição para criar capacidade adaptativa nos territórios, quanto indicadores para que as CIEAs se monitorassem, se autoavaliassem. Então, eram indicadores nesse sentido. E aí, então, se o objetivo da oficina era ter esses subsídios, então, maravilha, a gente alcançou esses objetivos. Porque eram muitos elementos, muitas contribuições, muitos diálogos que permitem a gente construir esses indicadores.

Outro objetivo da oficina era justamente contribuir para a formação das pessoas, para a formação de todos que estavam participando da oficina, em especial dos representantes, dos membros das CIEAs. Então, os objetivos eram contribuir para a formação deles, para esse processo de aprendizagem mesmo de cada pessoa que está envolvida, que está envolvida na CIEA ou que estava participando da oficina. Então, nesse sentido, a gente acredita que alcançamos, porque acho que ninguém sai como chegou, de um processo de três dias de diálogo, de que você fica ali martelando isso, martelando aquilo, e discute com o outro, e cada hora é um que fala. Então, acho que, do ponto de vista pedagógico, a gente acredita que ninguém que esteve, de fato, imerso na oficina, vai sair sem alguma mudança, sem algum aprendizado que seja. Então, acredito que a gente cumpriu esses objetivos com as oficinas e com o projeto como um todo a gente está ali, ainda trabalhando para alcançar todos os objetivos esperados, mas em termos de expectativa geral, a gente alcançou e espera continuar alcançando, porque ainda dá para aprofundar. Precisamos aprofundar.

Fabio:

Com certeza, com certeza. O projeto ainda está andando. E aí, então, eu queria entender se algo mudou ao longo das oficinas, ou seja, se vocês começaram com uma estrutura e precisou mudar alguma coisa. E se você entende que poderia ter sido diferente a estrutura, se houve alterações planejadas. Ou seja, vocês tentaram, discutiram e resolveram mudar, e se houve também alterações não planejadas. Ou seja, no decorrer de uma oficina ali, alguém teve que mudar, porque ali no momento percebeu que não ia ser, mas que não foi planejado.

Entrevistada 1:

Legal, Fabio. Olha... Assim, a gente não fez grandes mudanças, né, tipo, sei lá, de três dias vão ser só dois. Ou a gente tinha o objetivo, o foco de construir três grupos de indicadores e acabamos desistindo de um dos grupos dos indicadores. Então, nesse aspecto mais amplo,

estruturante da oficina, não, a gente não mudou. Mas detalhes, algumas coisas, sim, a gente mudou em várias, né. Então, a cada oficina a gente incrementava alguma coisinha, a gente avaliava. Então, a cada dia da oficina, numa mesma oficina, quando terminava o primeiro dia, a equipe se reunia, avaliava, e já pensava o dia seguinte. Por mais que tivesse planejado, naquele momento da avaliação, a gente sempre falava, *pensando bem, né, a gente tinha planejado deixar uma hora pra isso, mas agora deu pra perceber que é melhor deixar uma hora e meia, né*. Então, eram coisas desse tipo, e que em todas as oficinas nós passamos por isso. Inclusive, assim, algumas perguntas pra construir os indicadores, a gente utilizava a metodologia do café compartilha, que a gente coloca as perguntas na mesa e as pessoas iam conversando e mudando de mesa a partir do tempo que a gente dava. Se tem 20 minutos, depois de 20 minutos, a gente vai trocar, as pessoas mudam de mesa. Então, em alguns grupos de indicadores, a gente mudou, a gente falou, *não, olha, vamos mudar essa pergunta porque essa pergunta não tá legal, as pessoas não estão entendendo*. Aí teve mudança do tipo, a gente tinha previsto uma fala de tal pessoa com 20 minutos, no primeiro momento do segundo dia, por exemplo. Aí teve oficina que a gente falou, *não, essa fala é melhor ser no final, e ao invés de 20 minutos, vamos dar 45 minutos, porque as pessoas precisam, estão sentindo falta de entender melhor esse assunto*. Então, assim, a gente foi fazendo, sabe, essas pequenas mudanças, esses ajustes de acordo com a necessidade de cada local mesmo, de cada grupo, porque cada região foi uma história diferente. Teve a sua riqueza, teve as suas necessidades, as suas demandas, e a gente tentou ir adaptando conforme a música tocava. Então, saíram coisas bem, assim, que não mudaram o nosso objetivo na oficina, mas que iam mudando, uma coisinha aqui, outra ali, iam mudando, a gente ia tentando aprimorar mesmo.

E diferente, né, o que que faria, se faria alguma coisa diferente, né?

Fabio:

Isso.

Entrevistada 1:

Então, isso daí, eu acho que, se a gente fosse fazer agora, com certeza a gente faria uma coisa diferente, e ia começar com o recurso também. Eu acho que o recurso influencia muito, o recurso financeiro. Então, por exemplo, uma coisa, se a gente tivesse recurso, a gente teria feito uma oficina por estado, e não uma oficina por região, porque teve muita demanda, muita procura. No Nordeste, a gente teve, acho que umas 60, 65 pessoas participando. Foi uma coisa... *socorro, né?* Então, assim, mas, tipo, a gente talvez não fizesse diferente agora, dependendo do recurso. A gente sabe que a necessidade era para

uma oficina por estado, mas se tivesse o mesmo recurso, a gente ia fazer igual, uma por região, devido às limitações mesmo, né? Então, eu acho que, assim, de modo geral, a gente avaliou que as cinco, ou seis oficinas foram muito boas, elas foram muito ricas. Mas sempre dá para fazer alguma coisinha diferente, sempre dá para incrementar, para melhorar, com certeza.

Então, a gente pegaria... Então, assim, se fosse fazer diferente, eu ia pegar a avaliação toda que a gente fez e analisar para, daí, propor as diferenças a partir dessa avaliação.

Fabio:

Perfeito. Bom, e para finalizar, queria entender, na sua opinião, qual a importância do diálogo na criação de indicadores de políticas públicas de educação ambiental. E, aí entrando nisso, por que as CIEAs foram escolhidas como ponto focal das oficinas? E qual a importância das CIEAs nas políticas públicas?

Entrevistada 1:

Bem, a importância do diálogo na construção de indicadores de políticas de educação ambiental. Ai, Fabio, a gente parte do princípio, o MonitoraEA, ele está fundamentado, ele tem aí as suas fundamentações e, dentre as suas fundamentações, está a educação ambiental crítica, transformadora, emancipatória. A gente bebe muito na fonte do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis, na própria Política Nacional de Educação Ambiental. E, seguindo então essa lógica, seria muito incoerente nós construirmos indicadores que não fossem com base no diálogo. Então, o diálogo é base nos processos, deve ser base dos processos de educação ambiental, de uma educação ambiental que quer ser transformadora. Então, não daria para a gente construir indicadores com base no que eu acho ou no que uma equipe de cientistas, de pesquisadores ou mesmo numa equipe de meia dúzia de educadores ambientais acredita. Porque os indicadores, eles, pensados neste processo, são indicadores amplos para um país ou, quem sabe, até para outros países também, mas são indicadores amplos. Então, não é indicador de um projetinho, né, que a minha ONG está fazendo. Que aí, beleza, eu defino os indicadores que eu quiser da minha cabeça e boa. Ou não são indicadores para atender um edital público, para captar recurso. Então são indicadores amplos.

Sendo indicadores amplos, o diálogo é extremamente necessário para fazer uma escuta sensível, para fazer, para trazer os argumentos que não são somente da ciência, ou mesmo da educação ambiental, porque, enquanto diálogo, a gente precisa colocar a educação ambiental para dialogar com outros campos de conhecimento, como um campo de conhecimento da ciência climática, da ciência política. Então, o diálogo era extremamente

necessário para a gente conseguir construir indicadores de políticas públicas de educação ambiental. Então, sem diálogo, não tem como a gente argumentar, não tem como a gente ouvir as diferentes vozes, ouvir a pluralidade de ideias, de expectativas. Então, penso isso, que o diálogo é a base. Sem ter diálogo, não tem condições da gente fazer educação ambiental.

É, faltam outras perguntas, né, que eu paro e...

Fabio:

Os outros é, por que as CIEAs foram escolhidas como ponto focal das oficinas e qual a importância delas dentro das políticas públicas de educação ambiental?

Entrevistada 1:

Legal. Bom, as CIEAs foram pensadas neste projeto porque é um projeto para falar de políticas públicas de educação ambiental, para falar de políticas públicas enfrentando uma crise, ou mais que uma crise, uma emergência climática.

Então, como a gente queria aproximar os campos da ciência climática com a ciência política e a educação ambiental, então a gente precisava de atores, precisava envolver atores que fossem representativos no campo das políticas públicas de educação ambiental. E aí as CIEAs, elas eram, sim, nem sei que nome dá, mas as CIEAs eram o que há, sabe? Por que? Porque são instâncias, são colegiados de políticas públicas de educação ambiental. São colegiados que um colegiado já traz a diversidade de atores. Então, se eu pegar só uma CIEA, eu já tenho ali uma diversidade de atores daquele território, daquele Estado. Então, além do papel da CIEA ser fazer controle social de políticas públicas, tomar decisões sobre uma política estadual de educação ambiental, contribuir na formulação, não tanto implementação, né, mas principalmente na formulação, monitoramento e avaliação da política estadual de educação ambiental.

Então, quando a gente pega esses papéis, essas funções, esses objetivos das CIEAs, não tinha como a gente deixar de fora as CIEAs. Era o espaço mais estratégico para ser envolvido no projeto, porque além da função fundamental das CIEAs, do papel fundamental que as CIEAs ocupam e devem ocupar numa política pública, elas ainda nos davam a oportunidade de capilarizar o projeto. Porque a gente teria como, *poxa, que legal, se tem uma CIEA em cada Estado, então a gente já vai estar capilarizando*. E a CIEA por si só, cada Estado, já traz a representatividade, a diversidade de atores. Então, isso tudo fez com que a gente avaliasse que as CIEAs eram os melhores atores para serem envolvidos e tinha toda uma legitimidade para dialogar, para construir, para fazer parte deste projeto e trazer aí bons frutos.

Fabio:

Acho que é isso.

Entrevistada 1:

Respondeu tudo, Fabio?

Fabio:

Acho que sim, porque a outra é qual a importância delas nas políticas públicas, mas acho que você explicou a importância para explicar porque elas foram escolhidas como ponto focal.

8.7 ANEXO 7

Entrevista 2

Fabio:

Só para deixar registrado aqui. Se você não sentir a vontade de responder alguma pergunta, é só avisar, a gente passa para a próxima. Se você responder alguma coisa que você depois desista, você avisa que a gente deixa registrado aqui na gravação e retira. E se depois da entrevista você desistir de que ela seja usada na pesquisa, é só avisar que a gente retira ela.

Entrevistada 2:

Tá legal.

Fabio:

Tá bom? Eu vou começar aqui com uma pré-pergunta, mais para contextualização aqui da pesquisa, que a gente foi pesquisando em artigo, mas não tinha muito aprofundado falando sobre a criação da ANPPEA e do sistema MonitoraEA. E aí eu queria saber de você, se podia fazer uma breve contextualização de quais eram as motivações, por que que decidiram fazer e por que escolheram fazer da forma que foi feita e quais foram as dificuldades iniciais.

Entrevistada 2:

Legal. Então, Fabio, essa discussão remonta ao ano de 2014, quando Marcos Sorrentino, ainda era professor lá da Esalq, lá da OCA. Eles realizaram lá em Piracicaba um seminário nacional, desses super amplos de educação ambiental, e vieram participantes do Brasil inteiro. Ao final do seminário foi feita uma pesquisa sobre quais eram os grandes gargalos da educação ambiental. E aí, assim, foi muito chocante o resultado dessa pesquisa, porque normalmente pesquisa você, ainda mais com a pergunta tão aberta, é muito provável que você chegue num nível de granulometria de resposta muito pequeno. Mas a gente, se eu não me engano, eu não me lembro do número exato, mas eu acho que era 93% dos participantes responderam que o nosso grande problema era não conseguir mostrar o que a gente está fazendo na educação ambiental e não conseguir medir. Não ter como monitorar a ação. Isso foi um resultado que pra gente chocou bastante, porque a gente achava que ia entrar em questões pedagógicas, em questões de mobilização, aspectos políticos, e foi muito forte essa coisa do monitoramento e da avaliação.

E aí é importante resgatar um pouquinho um histórico anterior, que lá para os idos de 2005, 2004, 2005, 2006. O Marcos, na primeira vez que esteve no Ministério do Meio Ambiente, ele protagonizou a proposição do SIBEA, que é o Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental. Foi contratada uma empresa, foi feito um sistema muito interessante. Mas aí por questões de governança, e aquele modelo é um modelo que se mostrou improdutivo, ruim, porque é uma empresa de consultoria que desenvolveu um produto, desenvolveu um produto bom, não foi um produto ruim, foi um produto muito interessante, entregou o produto para o Ministério, e o Ministério não conseguiu fazer a gestão, não conseguiu fazer a manutenção disso. Então foi um produto muito interessante que ficou, sei lá, acho que três anos no ar. E aí acabou. Hoje não existe mais. E ele era um produto ainda, embora muito interessante, ele era muito *top-down*. Ele era muito assim, a empresa de consultoria coletava dados a partir lá da plataforma Lattes, do CNPq, e montava um banco de dados que disponibilizava para a população, para saber quem eram os educadores ambientais, quais são as áreas que trabalhavam, qual o território. Então assim, tinha lá esse embrião, que foi uma iniciativa interessante, mas que morreu. E aí, por conta desse simpósio, emergiu de novo essa questão como uma questão fundamental.

E aí no ano seguinte, a gente, numa articulação que envolveu muito diálogo com o Ministério do Meio Ambiente, o DEA daquela época que estava a Renata Maranhão à frente, a gente também tinha uma interlocução boa com o MEC, e aí juntou FunBEA, INPE e OCA. A gente tentou desenhar uma articulação que pudesse assumir essa demanda. E aí, veja bem, a gente já tinha aprendido com o histórico do SIBEA, que não podia ser uma empresa contratada por um órgão público central, isso não dava certo. Então o que a gente pensou? Pensou numa articulação que fosse híbrida, que tivesse sociedade civil, que tivesse universidade, institutos de pesquisa, e que tivesse governo. Então a ANPPEA nasce nessa lógica, de ter um órgão gestor representando o órgão público, a sociedade civil naquele momento representada pelo FunBEA, e a universidade e os institutos de pesquisa representados pela OCA e pelo INPE. Então a gente monta essa articulação e assume essa missão de começar a pensar o que seria o SIBEA 2.0, que não tinha nome naquela época para a MonitoraEA. Então essa era a missão.

E foi muito interessante porque o SIBEA iniciou com uma estratégia, Fabio, de começar esse processo de monitoramento e avaliação por meio do indivíduo, do educador ambiental. E a gente mudou a ordem aqui no MonitoraEA. A gente falou, *não não, a gente vai tentar focar agora na iniciativa, na ação, na prática*. E aí a gente falou o seguinte, *em vez de a gente começar também com tecnologia, vamos inverter essa lógica e vamos começar com os indicadores?* Porque sem os indicadores a gente vai ter um grande repositório. Para ter um repositório, sei lá, talvez nem precise de uma tecnologia avançada. Agora com

indicadores a gente vai para um outro lugar. Então a gente começou o desenvolvimento do MonitoraEA, naquela época, pensando em focar nas iniciativas e avançar nos indicadores de monitoramento e avaliação.

Como esses indicadores não existiam, foi um desafio enorme desenvolvermos, pensando em ter aderência para a PNEA, aderência com o campo, com a diversidade de educação ambiental no Brasil. Então foi um processo que acabou sendo longo. E aí com o tempo o MonitoraEA foi evoluindo e foi ganhando novas camadas.

Então depois de iniciativas a gente foi atacar estratégias de educação ambiental regionais, como o PPZCM. Depois a gente entrou nos espaços e nos colegiados e aí vai entrar o nosso projeto de MonitoraEA-CIEA, mas também entra a iniciativa dos Centros, Núcleos e Equipamentos de Educação Ambiental do DEA. E agora a gente está migrando para uma outra camada, que é a camada, aí sim a gente vai entrar na dimensão do indivíduo agora, do indivíduo e da instituição. Que a gente está transformando o MonitoraEA agora numa rede social. Então a gente toma como ponto de partida o aprendizado no SIBEA, vê o que deu errado e fala, não, isso aqui a gente não vai fazer de novo, a gente vai fazer diferente. E assim, seguimos com um monte de desafio, um monte de problema, falta de recurso, falta de equipe, descontinuidade de projeto. A gente trabalha via projeto. O projeto termina, e aí quando termina você precisa abrir um outro. E aí tem descontinuidade. Mas mesmo assim, o MonitoraEA, esse ano fez 10 anos de desenvolvimento e a gente segue muito empolgado com os processos que vão sobrando dele.

Fabio:

Perfeito, perfeito. Bom, agora vamos entrar no projeto já, a parte mais importante aqui da pesquisa. Queria entender quais eram os objetivos iniciais do projeto MonitoraEA-CIEA, quais eram as suas expectativas, e aí entender se as expectativas e objetivos foram atingidos, quais não foram atingidos, se teve algum, e se teve algum que não foi atingido, na sua opinião, por que que não foi?

Entrevistada 2:

Legal. Então, a provocação do projeto foi a gente começar a ter essa interface com o colegiado. Lembrando que nesse momento a gente não trabalhava com política pública e iniciativa não governamental, a gente queria olhar para os colegiados. E as CIEAs sempre foram um espaço que a gente considerou super legítimo e importante, e era um espaço que a gente achava que precisava fortalecer. Então, a grande iniciativa foi assim, vamos criar um projeto para construir indicadores de CIEA. E que depois, a gente sempre achou isso, que se a gente construísse direito esses indicadores, eles valeriam para qualquer outro

colegiado de educação ambiental. Porque a CIEA seria um objeto super representativo. E fazer isso de forma participativa com as próprias CIEAs. Então, esse foi o grande objeto.

Bom, você sabe que a gente submeteu esse projeto aqui pelo INPE. E pelo INPE eu tive que fazer alguns ajustes para caber na agenda da instituição. E um dos ajustes foi trazer junto a dimensão das mudanças do clima. Então, a gente trabalha fortemente aqui com o conceito de risco climático, e a gente começou a desenhar uma estratégia, que estava fazendo sentido, que uma parte da governança do risco climático pudesse ser assumido também pelo campo da educação ambiental. E aí começou a ficar cada vez mais forte para a gente que os colegiados seriam esses espaços de governança. Então, a gente começou a montar esse quebra-cabeça e começou a fazer muito sentido.

O problema é que a gente não tinha dinheiro para fazer isso funcionar. Oportunamente apareceu uma chamada do CNPq, especificamente sobre mudanças do clima, e mobilização social e processos participativos. E aí, assim, caiu no colo. A gente rapidamente escreveu o projeto, submeteu. O projeto foi aprovado, foi aprovado em primeiro lugar, essa chamada. E ele é um projeto de quatro anos.

Então, assim, respondendo a sua outra pergunta, Fabio, a gente ainda não terminou. Ele termina em dezembro de 2026. Então, a gente ainda está no processo de desenvolvimento. Até agora, todos os objetivos que a gente tinha definido em cronograma foram atendidos. Na realidade, a gente tem três grandes entregas. Uma entrega são os indicadores das CIEAs. A outra entrega são os indicadores de risco climático adequados às CIEAs. E a terceira entrega é colocar tudo isso na plataforma numa perspectiva já operacional. Os indicadores de CIEAs estão quase prontos. A gente acabou de terminar o Delphi agora. Então, a gente já está redigindo o caderno de indicadores. Provavelmente, final de outubro, começo de dezembro, ele está pronto. O nosso prazo era entregar em janeiro. A gente vai entregar antes.

Os indicadores de risco climático, a gente teve algumas dificuldades que são naturais de processos participativos. A gente sempre achou que a gente ia fazer indicadores de risco climático para um tema. No processo participativo, apareceram oito. Então, assim, ficou muito mais trabalhoso. Mas a gente se comprometeu com o CNPq em um tema. A gente vai entregar mais. Mas hoje, esse um tema já está pronto, que é o tema da água. Então, risco climático a partir do setor da água já está pronto. E a gente está em processo final de refinamento, porque o risco climático é diferente do de CIEAs. Só porque não sei se está claro para você, Fabio. Os indicadores das CIEAs são formulários para a gente coletar dado. Os indicadores de risco climático não, já são o dado. É a arquitetura de informação. É o dado montado. Então, a gente tem um banco de dados gigantesco para trabalhar risco climático. E a educação ambiental entra como uma das variáveis no risco climático. Então,

aqui a gente está nesse processo final de validação. Muito provavelmente também até novembro a gente fecha esse setor de água e entrega. E aí, assim, o risco que a gente tem hoje é o risco da terceira entrega, que é o risco tecnológico. Por quê? Porque a gente quando submeteu o projeto para o CNPq, eu pedi 24 meses de bolsa de desenvolvedor.

E o CNPq me deu 18. Então, assim, a gente ficou com um cronograma muito bagunçado. E agora eu estou mandando novos projetos para outras agências de desenvolvimento para manter equipe de desenvolvimento para conseguir inserir esses dados na plataforma. Os de CIEA a gente vai inserir esse ano ainda. O risco climático existe com risco, porque a gente ainda não fechou eles especificamente, mas acho que vai dar para entregar esse ano também. O problema é que a gente tem outros riscos, outros sete riscos que a gente precisaria trabalhar e que aí eu não vou ter equipe de desenvolvimento operacional. Pelo menos com o recurso desse projeto. A gente está tentando consorciar com outros projetos. Então, assim, em relação à publicação, tudo que a gente se comprometeu, a gente já entregou. Então os objetivos, eles estão plenamente atendidos. Aquilo que está no papel está atendido. Obviamente que a gente sempre quer fazer mais. Nesses processos aparecem oportunidades e a gente sempre quer trazer novas coisas. Mas eu estou muito seguro de que até o final do ano que vem a gente vai entregar, sem sombra de dúvidas, muito mais do que a gente comprometeu. Muito mais.

Fabio:

Bom, bom. Passando agora diretamente para oficinas, perguntar se algo mudou ao longo das oficinas. Se você entende que poderia ter feito alguma coisa diferente. E se houveram alterações planejadas e não planejadas. Ou seja, alterações que vocês sentaram, discutindo e definiram: *não, isso aqui vai ser alterado*. E não planejadas seriam aquelas que estão no meio da oficina e aí tem que alterar alguma coisa. Ou por um entendimento, ou por uma logística que não funcionou.

Entrevistada 2:

Então, Fabio, a gente, antes de começar as oficinas regionais, a gente fez uma oficina piloto aqui em São José, né? Não sei se você estava aqui, você veio para essa oficina piloto?

Fabio:

Não, não fui, não.

Entrevistada 2:

O piloto só com os pesquisadores, a gente tinha o desenho da oficina e a gente tentou rodar a oficina inteira para ver o que ia acontecer. E a gente saiu de lá com um desenho que a gente considerou ideal. Na primeira oficina, que foi a do Sudeste, a gente já viu que algumas alterações precisariam ser feitas. Principalmente por conta dos tempos e das dinâmicas, né? Porque é diferente você rodar a oficina com um pesquisador que sabe o que está fazendo no projeto, do que chegar com um conjunto de pessoas que não tem ideia ainda do que se trata. Embora a gente fez encontro virtual preparatório antes, mas mesmo assim não foi suficiente. Então a gente precisou fazer ajustes de tempos na organização das dinâmicas. Mas de uma forma geral, a macroestrutura da oficina, a gente manteve a mesma do começo ao fim. Porque a gente precisava passar pelo menos por esses dois pontos, por três pontos. Que era compreender o que faz uma CIEA, o que é importante para uma CIEA, para extrair os indicadores. Falar sobre o conceito de risco climático, a gente tinha um processo de formação sobre risco climático. Para depois a gente ter oficinas para entender o conceito de capacidade adaptativa a partir da educação ambiental, para tentar extrair essa informação. Então esse tripé foi mantido durante todo o processo.

O que variou de oficina para oficina foram os tempos, porque os grupos eram diferentes. Em algumas oficinas a gente precisou fazer ajustes de metodologia. A gente foi aprendendo também com o processo. Foi muito adaptativo. Então, por exemplo, só a partir da segunda ou da terceira oficina, não me lembro exatamente, mas acho que foi a partir da segunda oficina. A gente começou a fazer processos de cartografia social junto. Então a gente deixava um grande mapa na parede para as pessoas localizarem o problema. Na oficina do Sudeste, que foi a primeira, a gente não tinha isso ainda. Hoje a gente tem dados de quatro oficinas e não temos de uma que dá uma dor no coração. Porque se tivesse de tudo a gente poderia ter uma publicação só sobre isso. Enfim, a gente está pensando até como a gente lidar. Talvez a gente faça uma oficina extraordinária ano que vem do Sudeste para a gente só tratar esse tema.

Mas foram pequenos ajustes e foram aprendizados. E uma coisa que foi muito interessante também foi compreender que as oficinas foram diferentes porque as CIEAs são diferentes. E a gente precisava ter adequações. Então, por exemplo, quando a gente foi para o Centro-Oeste, a gente foi com muito mais cuidado. Porque a gente estava com muito receio de falar de mudança climática em um lugar que o agronegócio bomba e é super forte. Então lá a gente acabou tentando suavizar algumas questões. E aí a gente fez esses ajustes nas dinâmicas mesmo. Então a gente mudou um pouquinho, a gente levou um template diferente para aplicar nas oficinas. Mas foram pequenos ajustes só para tentar entender e se adaptar à realidade. E eu acho que foi mais isso de variação.

Outra coisa que foi importante também e que eu acho que é legal para dizer nessa dimensão é que a gente ia para as oficinas com uma equipe núcleo que sempre estava lá. Que era eu, Fernanda, Rachel, Gustavo e Henriqueta. A gente estava em todas. Ah, e desculpa, a gente tinha também Cíntia e Maria, que também estavam em todas. Mas a gente tinha uma outra equipe que era uma equipe regional que nos acompanhava em oficinas específicas. E aí a gente sempre tentava dar protagonismo para esses pesquisadores nos processos regionais. Esse protagonismo obviamente altera um pouco a dinâmica. Cada um puxa do lado. Então sei lá, no Sul o Matarezzi quis fazer uma dinâmica específica lá que fazia sentido para ele. No Nordeste, a Cláudia Coelho assumiu um processo. Então assim, teve adequações para tentar trazer mais próximo para a realidade. Mas a macroestrutura a gente manteve porque era uma questão metodológica. Senão a gente não saía com os resultados que a gente precisava.

Fabio:

Perfeito. E agora eu queria entender um pouco a importância do diálogo na criação dos indicadores de política pública de educação ambiental. Começar com essa pergunta aqui.

Entrevistada 2:

Então, Fabio, a gente entende aqui, falando do ponto de vista científico, que esse processo de construção de indicadores que a gente faz aqui pelo MonitoraEA, pela CIEA, é um processo essencialmente transdisciplinar. E aí a gente parte da premissa que a gente está... E aí assim, vou ser um pouco mais duro em relação às questões que eu estou colocando, aos parâmetros aqui, porque eu vou falar um enquadramento bem científico. Então assim, quando a gente constrói indicadores, normalmente a gente faz processos de arquitetura de dados. E isso é muito fácil de fazer quando a gente está falando de gabinete, dentro de um grupo, dentro de uma instituição de ciência. Quando a gente sai dos números da universidade, quando a gente vai para um processo transdisciplinar como esse, tem um desafio, que é o desafio de linguagem e é o desafio de assimetria de conhecimento preliminar. Em assimetria, não estou dizendo que a academia é maior, porque em alguns casos não é. No caso das CIEAs, a gente tinha uma assimetria, a gente estava em um lugar abaixo das CIEAs, em relação ao conhecimento do dado ali, do que a gente precisava extrair. Então, a gente parte da premissa, Fabio, que em processos como esse, a gente precisa... Deixa eu dar um passo atrás para a coisa ficar mais encadeada.

Dentro do arcabouço metodológico do MonitoraEA, todo o processo de construção de indicadores, ele é envelopado num processo maior, que é um processo formativo. Por que a gente sempre faz isso, Fabio? Porque a gente parte dessa premissa de que a gente vai para

um processo que tem assimetria, de todos os lados, então a gente precisa dar uma equacionada, equalizada, colocar uma linha de base no processo, então o processo formativo é importante, e o processo formativo é importante também para a gente conhecer o nosso interlocutor. E aí, o referencial do diálogo para a gente sempre foi fundamental.

E aí vou abrir meu coração para você assim, eu sempre fiquei muito... Como é que eu posso dizer qual que é a palavra adequada? Eu sempre fiquei muito insatisfeito, sempre me pareceu insuficiente a forma como a educação ambiental lidava com o diálogo. Porque o diálogo acabou ficando... Eu sentia isso em vários momentos, isso acabava ficando uma palavra meio vazia de significado, sabe? Uma bandeira. A gente sempre falava, *ah, precisamos ter uma escuta afetiva, um processo dialógico*, mas na hora que a gente ia para os processos, alguém falava mais alto e queria impôr sua vontade. Inclusive pesquisadores da nossa equipe. Inclusive grandes referências da educação ambiental no Brasil. Eu não sou nativo da educação ambiental, eu fui fagocitado para a educação ambiental. E eu aprendi o diálogo a partir de uma perspectiva mais epistemológica. Então, pra mim, doía os ouvidos quando a galera ficava usando a bandeira do diálogo, mas não vivenciando a bandeira do diálogo. Então a gente sempre teve muito esse cuidado de tentar trazer isso na medida que a gente considerava mais adequada.

Em vários casos a gente se deparou com estranhamentos profundos. E a gente, na medida do possível, e eu estou falando na medida do possível, na medida metodológica. Porque uma coisa que é muito importante é não fugir do desenho metodológico para não perder o resultado. A gente tentava capturar essas divergências, essas informações divergentes. Obviamente que a gente está em um contexto muito polarizado, e em alguns casos a coisa foi mais difícil. É engraçado que a gente sempre ficou com muito medo do centro-oeste, mas o lugar mais difícil foi o nordeste para a gente. Foi o lugar mais difícil de a gente estabelecer processos dialógicos. Eu fiquei muito chocado com essa percepção, porque na minha cabeça era exatamente o contrário. Mas lá foi muito mais difícil estabelecer processos dialógicos. Lá a gente teve processos de grupos querendo impor opiniões a outros grupos, e a gente tentando ficar nesse processo de mediação. A Cláudia Coelho teve um papel fundamental de tentar 'colocar os pingos nos is', e abaixar um pouco a bola para retomar a arena de diálogos mesmo. Mas foi um processo difícil.

O que eu posso dizer, Fabio, é assim, como foi um processo muito amplo, a gente rodou o Brasil inteiro, a gente se relacionou com pessoas muito diferentes, e foram processos muito intensos. Eu posso afirmar com segurança que esse ponto sempre esteve no nosso radar. Não necessariamente a gente conseguiu dar conta dele sempre. Mas a gente tem um coração muito tranquilo em relação a isso, porque a gente tentou, né? É um processo que é difícil, não é simples trabalhar com esse tipo de perspectiva, mas é uma coisa que sempre

esteve no nosso radar, de tentar tornar o processo o mais democrático e horizontal possível. E no contexto de indicadores, é muito importante a gente capturar dissidência, informação e opinião diferente, porque senão a gente acaba entrando num contexto, e em ciência de dados a gente fala muito de redundância, né? Se a gente está na mesma bolha, que todo mundo fala a mesma coisa, a gente começa a conseguir um monte de indicador que está, no final das contas, falando da mesma coisa. O indicador precisa ser específico, então ter diversidade faz muita diferença. Então é mais ou menos isso, assim. Foi um processo que a gente tomou cuidado, mas não foi fácil.

Fabio:

Entendi. E, bom, para finalizar, queria entender um pouco por que que as CIEAs foram escolhidas como ponto focal. Acho que você já respondeu um pouquinho disso. E qual a importância delas nas políticas públicas de educação ambiental?

Entrevistada 2:

Então, Fabio, a gente escolheu as CIEAs exatamente por considerá-las instâncias estratégicas e legítimas. A gente parte da premissa que assim, a gente tem a PNEA, o órgão gestor, e o comitê assessor como esse colegiado nacional, mas quando a gente desce no nível subnacional, as CIEAs são grandes espaços de articulação. São espaços de controle social da política estadual e são espaços de articulação subestadual, que deveria ter capilaridade para os territórios. Então essa foi a nossa premissa para definir as CIEAs. E aí, assim, a gente passou muito tempo sem ter CIEA em todos os estados, mas, sei lá, de uns 5, 6 anos para cá, a gente tem CIEA em todos os estados, a gente falou, *bom, esse é o nosso objeto para a gente cobrir o Brasil e fazer um processo nacional*.

Teve uma dificuldade que a gente começou esse processo muito depois do desmonte do governo Bolsonaro, então as CIEAs estavam muito fragilizadas. Muitas das CIEAs, quase todas as CIEAs estavam fragilizadas. E a gente não conseguiu a adesão de todas as CIEAs, então isso para a gente é uma dor no final desse processo. Todas as regiões tiveram representantes. As CIEAs que participaram, quer dizer, em todas as regiões, com as CIEAs que participaram, a gente teve representatividade de todos os segmentos. A gente tem esse controle de dado, mas a gente teve CIEAs que não se envolveram e algumas CIEAs que participaram das oficinas não se comprometeram com os processos pós-oficina. E aí, assim, motivos múltiplos, mudou a gestão, briga política no estado, ou não teve perna, outra agenda apareceu que foi mais importante, motivos múltiplos. E até por isso, Fabio, que a gente está considerando tão importante essa etapa do ano que vem do projeto, que é uma etapa de remobilização das CIEAs, para as CIEAs entrarem no nosso sistema e usarem os

indicadores que elas construíram. E aí, assim, tentar manter esse processo de mobilização ativo, vivo.

A gente, inclusive, segue em negociação com o DEA para tentar, talvez, um novo projeto para manter esse processo das CIEAs vivo, porque eu acho que a nossa perspectiva aqui dentro da ANPPEA é que as CIEAs, de fato, são os espaços com maior legitimidade, maior capacidade de capilarização da educação ambiental. Na perspectiva de políticas públicas, né? Nessa coisa estruturante. Então a CIEA, para a gente, é muito importante. Mas a gente percebeu nesse processo, que tem um desafio aí que não é desprezível. As CIEAs estão muito desorganizadas, a gente tem CIEAs muito diferentes no Brasil. Então, esse é um ponto que a gente quer levar para o órgão gestor como achado do projeto para pensar em novas estratégias de política pública mesmo.

Fabio:

Perfeito. Perfeito. Então, acho que você conseguiu dar conta de tudo do que a gente estava programando aqui.

8.8 ANEXO 8

Entrevista 3

Fabio:

Começo assim só pra deixar registrado, que se você não quiser responder qualquer pergunta, você não precisa responder. Se você responder alguma coisa, mas não quiser que apareça na transcrição, você pode falar que a gente marca aqui e tira isso da transcrição. E, se depois da entrevista, você quiser cancelar a entrevista ou tirar alguma parte, é só falar que a gente retira, tá bom?

Entrevistada 3:

Tá bom.

Fabio:

Vou começar aqui perguntando se o GIEA estava ativo e articulado antes da oficina, com que frequência o GIEA se reúne, e como que são essas reuniões?

Entrevistada 3 :

O GIEA, ele tinha sido reativado, mas bem pouco tempo antes da oficina. Ele estava parado desde 2018, foi o que eu entendi. Eu não estava na superintendência nesse período, mas quando eu cheguei, em 2021, ele estava parado, e eu reativei em 2022, o GIEA. Mas assim, reativamos, mas não tinha dado posse ainda, não tinha oficialmente em D.O., né, publicado, e logo na sequência, que a gente fez isso, todos os trâmites burocráticos, a gente fez a oficina.

Fabio :

Você pode falar um pouquinho como é que foi esse trâmite para a reativação, assim, de onde partiu? Foi da superintendência da SEAS? Ou se tiveram outras pessoas ajudando nessa articulação?

Entrevistada 3 :

Não, foi movimento solo mesmo. Eu, como superintendente, assim que assumi a pasta, eu fui estudar processos antigos, fui ver, e uma das coisas que eu sempre observo são os colegiados, né, se tinha algum colegiado, algum grupo. Foi aí que eu soube da existência do GIEA, vi a publicação do GIEA, que tinha sido publicado, o decreto de criação, que era bem

antigo. Aí eu entrei em contato com alguns conhecidos, algumas pessoas (falha na comunicação) muito solo mesmo.

Fabio :

Eita, calma aí que deu uma falhada aqui. Se você puder repetir a parte quando você falou que buscou as pessoas que você já conhecia?

Entrevistada 3 :

É, eu busquei algumas pessoas da rede, para saber do que se tratava. Me disseram que ele nasceu junto com a política estadual de educação ambiental, e que era um grupo que estava parado, estava inoperante, e sobre a importância dele de reativar. Foi aí que eu fui correr atrás da documentação, da validação interna, de todos os procedimentos para reativar ele.

Fabio :

Perfeito. E, hoje em dia, com que frequência o GIEA se reúne e como é que são feitas essas reuniões?

Entrevistada 3 :

Ano passado ele se reunia com mais frequência, ele tinha uma reunião a cada aproximadamente 70 dias, 80, né, mais ou menos assim. Esse ano a gente tá com espaçamento aí, nós tivemos somente uma reunião esse ano, então a gente... foi uma reunião esse ano. Tem que fazer uma reunião, está pra acontecer uma reunião agora, né, em outubro. Então eu diria que ano passado ele teve mais frequência, esse ano foram poucas reuniões. Embora a gente está sempre se falando, sempre conversando, e sempre se comunicando via grupo de whatsapp, que embora seja informal, é uma maneira da gente estar conversando entre a gente.

Fabio :

Perfeito. E na sua opinião, as pessoas que estão dentro do GIEA, elas compreendem as funções do grupo?

Entrevistada 3 :

Eu acho que não, mas foi pior, mas já esteve pior. Eu acho que, na totalidade, não compreendem. Muitos, principalmente de órgãos públicos, estão mais para cumprir a necessidade, né? O gestor pediu que, ordenou, que fosse essa pessoa. Mas já

foi pior. Então, já teve um movimento, depois do movimento de aproximação, de validação de GIEA, e principalmente depois do curso, então assim, nós já evoluímos, temos o que evoluir, mas já também não estamos na estaca zero.

Fabio :

Sim. E, na sua opinião, quais são os principais assuntos que precisam ser tratados ali dentro do GIEA? E se eles têm sido tratados, conseguem ter um andamento, conseguem ter um debate, uma conversa sobre?

Entrevistada 3 :

É falado, né, sobre a revisão do ProEARJ. Esse é um assunto que é falado, embora a gente não está encaminhando o assunto, embora o assunto ainda não está tomando um corpo de vias de decisão, vias de encaminhamento, existe uma fala forte da revisão do ProEARJ, tá? Isso é algo que é falado. Mas eu também sinto falta da gente conversar mais sobre a questão do monitoramento, principalmente das políticas públicas da SEAS e da SEEDUC, fazer o monitoramento, avaliação das políticas públicas de educação ambiental. Isso é algo que, para mim, ainda é um desafio e eu acho que não está sendo tratado como deve.

Fabio :

Perfeito. E, na sua opinião, quais são as principais dificuldades que o GIEA tem encontrado no cumprimento dos objetivos? E você consegue exemplificar isso com alguma coisa que aconteceu, algo concreto?

Entrevistada 3 :

A comunicação, disponibilidade dos membros, eu acho que existe um distanciamento dos membros, naturalmente, do grupo, das discussões, falta de interesse, né? Eu acho. Existe uma minoria engajada, mas a grande maioria não é. Eu exemplifico isso quando nós fizemos, por exemplo, para fazer uma reunião, para as nossas reuniões. É um bom exemplo disso. Às vezes a gente faz de tudo para facilitar. Bota a reunião presencial, mas bota a híbrida. E ainda assim, de alguma maneira, tem sempre uma ausência, tem sempre uma invalidação daquela reunião. Muitas das vezes eu tenho que fazer um esforço solo de ligar, de mandar mensagem para eles, no particular: *olha, a gente está fazendo isso, a gente vai fazer essa reunião, vai ser isso, isso e isso tratado*. Mas ainda assim eu não consigo ver um interesse, um engajamento da maioria.

Fabio :

Isso é mais falta de quórum ou as pessoas vão e não participam?

Entrevistada 3 :

As duas coisas. Acontece às vezes falta de quórum, acontece também das pessoas irem e não participarem.

Fabio :

Perfeito. Para finalizar, entender, do seu ponto de vista, como que a oficina influenciou dentro do GIEA? Ela favoreceu algumas coisas? Ou ela não deu o andamento, não conseguiu estimular o que ela se propôs? E se você consegue identificar isso também com coisas concretas que ocorreram?

Entrevistada 3 :

Eu acho que sim, que ela facilitou. Eu já começo até a próprio exemplo dos próprios membros que são da SEAS, as pessoas da própria superintendência. A gente teve uma reunião depois e eles falaram sobre coisas que eles não tinham noção da dimensão, da importância que eles só foram ter após o treinamento. Também senti os grupos da academia, principalmente da UFRRJ, da Rural, mais empolgados, mandaram algumas mensagens falando sobre possibilidades de avaliação que o treinamento deu, ofereceu. Então, esses são os exemplos que mais me chamaram atenção. Então eu senti um engajamento melhor. Uma pessoa também da Fiocruz veio me procurar, falando que: *poxa, bacana, eu consegui entender um pouco melhor, depois desse treinamento, o papel e a importância da gente avaliar as políticas públicas*. Então assim, teve um retorno, um retorno verbal, do diálogo, isso eu achei um ponto de destaque para mim.

Fabio :

Perfeito. E além do treinamento, alguma coisa do dia a dia do GIEA foi influenciado, assim, algum assunto tratado, algum evento que as pessoas se interessaram em estar participando mais?

Entrevistada 3 :

É, eu acho que eles se interessaram mais pra conferência de educação ambiental. O que me leva a crer que a gente tem que estimular mais diálogos e mais participação. Me chamou isso a atenção, que foi logo depois do treinamento, e foi uma ação, né? Embora a conferência, ela vai ser feita de dois em dois anos, né, eu acho que faltou aí a gente fazer mais diálogos, aproveitar esse momento. Mas eu senti que eles ficaram mais engajados,

sim, e um bom exemplo disso é a conferência de meio ambiente, que eles estiveram em peso, o GIEA esteve em peso lá.

8.9 ANEXO 9

Entrevista 4

Fabio:

Eu começo dizendo que você pode se sentir à vontade para não responder qualquer coisa que você não queira responder. Se você responder alguma coisa e você se arrepender, você pode falar, a gente vai ficar marcado aqui na gravação e aí eu posso retirar da transcrição. E se depois da entrevista você quiser desistir, também sinta-se à vontade.

Eu queria começar perguntando, o GIEA estava articulado e ativo antes da oficina que aconteceu lá em Belo Horizonte?

Entrevistada 4:

Nossa, logo na primeira pergunta, difícil a resposta. Depende, depende do que pode ser chamado de articulação. Porque a articulação em termos abstratos, a gente vai ter lá alguns indicadores do que é articulação, né? Que poderia caber em qualquer CIEA ou qualquer outro espaço de controle social.

Está fazendo reuniões constantemente? Tem ações periódicas permanentes? Existe um contínuo de participação? Está todo mundo ciente do que é o GIEA, do que é uma CIEA, e a fala de todo mundo é robusta nesse sentido? E se fosse nesse sentido abstrato, não, mas não dá para a gente fazer isso, porque a gente tem que fazer, primeiro, temos que ver o histórico e temos que ver a conjuntura atual.

Então, na conjuntura em que nós estávamos, e na verdade ainda estamos, conjuntura macro, tanto conjuntura política do sistema de participação e controle social geral, do Brasil todo, e a conjuntura específica do Estado do Rio de Janeiro, eu não diria não. Eu diria sim com ênfase em modelar esse sim. Não sei se é essa palavra, sabe?

Então, assim, diante da conjuntura em que estávamos, havia um esforço de termos algo de concreto. E esse esforço também não era um esforço de todos os entes lá presentes, era um esforço de alguns, principalmente da sociedade civil e das SEAS. No que a gente sempre fala, e você já nos ouviu falar sobre isso, no patamar de diálogos possíveis, não de consenso. Ainda eu sou das antigas, e acho que sociedade civil não tem que consensuar com o poder público, tem que construir convergências possíveis.

Então, a SEAS, na leitura que nós fazemos, *nós quem?*, a REARJ, (a SEAS) é uma brecha no governo, é uma brecha no sistema do governo que nós temos hoje no Rio de Janeiro. É uma brecha que possibilita alguns diálogos. Porém, se isso tudo, se você pergunta, se essa pergunta, ela tiver uma terceira dimensão, que é, *tá, mas concretamente deu em alguma*

coisa?, eu também colocaria que sim, modelando, por exemplo, foi possível, nesses diálogos, a reconstituição do GIEA antes da oficina. Foi possível a reconstituição, foi possível que essa reconstituição fosse formalizada dentro do sistema instituído, do governo, né?, o decreto, blá, blá, blá. E foi possível a construção de algumas ações que, pra nós, eram importantes, porque era uma demanda muito grande. E aí eu exemplifico com a primeira etapa da conferência estadual de educação ambiental, que era uma demanda muito grande nossa. Então, a resposta pra mim seria mais ou menos, mas como não é uma resposta bacana, eu fiz toda essa consideração.

Fabio:

Sim, sim, é, deu pra entender que em alguns tópicos ele estava, pode se considerar articulado, em outros, não totalmente, né?

Entrevistada 4:

Isso, agora, como você tocou no assunto da oficina, eu acho, na minha opinião, e eu nem verbalizei isso, porque não houve um processo participativo de avaliação da oficina, né? Todos nós estávamos avaliando, não teve, parece que vai ter ainda. Então eu não verbalizei isso, mas, na minha opinião, e eu acho, sei lá, qual a palavra, paradoxal, talvez? Na minha opinião, não é contradição, é paradoxal, né? A oficina, pelo menos pra nós, na minha opinião, pessoal, isso não foi discutido ainda na REARJ. Mas na minha opinião, que participei, inclusive do processo de pensar isso, de pensar junto com o pessoal do INEA, do que seria essa oficina, tá? Junto com o INEA, enquanto integrante, dialogador do órgão gestor, porque a gente sentou com o SEAS e INEA sobre isso. E, na verdade, com o grupo, né, da ANPPEA, do INPE e tal, que pensou o MonitoraEA. A oficina, na verdade, pra mim, desvelou a mediocridade política lá do GIEA. Foi um espelho de como, no coletivo, não um ou outro indivíduo, mas como, coletivamente, não estávamos atuando como uma CIEA. Como um espaço de controle social que tem que acompanhar, monitorar e avaliar uma política pública. E quando eu disse que, ainda há pouco, que isso foi uma discussão, tanto com a SEAS, que integram o órgão gestor, quanto com o INEA, porque o INEA, em parênteses, ele estava num processo de construção de um outro processo, né, de mentoria aos comitês de base hidrográfica. Então, a gente estava discutindo tudo isso ao mesmo tempo, como se fosse um espelho, a gente não estava acompanhando. E aí a gente começou a pressionar, alguns de nós indivíduos, a pressionar o órgão gestor, incluindo o INEA como convidado desse órgão gestor, que acompanha o órgão gestor, dizendo, olha, eu não falo da SEEDUC, porque ela não estava em lugar nenhum nessas discussões, infelizmente. A gente falou, *olha só, nós já sabíamos que não estávamos atuando como um*

espaço de controle social da política, mas agora, para nós mesmos, isso ficou muito mais transparente, claro e lúcido. Não estamos fazendo o que temos de fazer, e vocês não estão fazendo o que tem que fazer, que é trazer a política pública para que nós, enquanto órgão consultivo, falemos sobre ela, e aí vocês concretizam em ações, em programas, etc. Vocês apenas vêm aqui apresentar, quando a gente solicita, apresentar o que já está substanciado, inclusive com recursos financeiros. Então, isso não pode continuar assim. Porém, a mediocridade política coletiva do GIEA levou a que isso não houvesse um avanço, porque foram só alguns indivíduos que trouxeram essa perspectiva. Falei demais? Pode falar mais?

Fabio:

Não, você até já foi entrando nos assuntos mais à frente, então eu vou aproveitar e engajar aqui. Você falou dessa função do GIEA, e aí você falou que o GIEA não estava exercendo o seu papel político. Então, nesse sentido, você entende que as pessoas que estão no GIEA, eles compreendem essa função política do GIEA?

Entrevistada 4:

Não, todos não, inclusive sociedade civil, infelizmente. Então, nessa experiência de tanto tempo, nessa seara de participação social, de controle social, que foi um espaço conscientemente que eu quis estar. Então, se eu quis estar, eu venho acumulando experiências, fazeres, estudando. Já fiz um monte daqueles cursos da ENAP, por exemplo, porque são coisas que eu posso fazer à distância, por conta da minha realidade profissional e tal. Agora mesmo, só um parênteses, eu já fiz o curso de formação para conselheiros municipais, que é um pool de organizações internacionais que fazem, que elaboram, junto com o povo aqui do Brasil. E eu estou fazendo de novo, porque eu preciso ter foco, então eu vou estudando. Mas enfim, foi só um parênteses.

E aí respondendo, não, porque primeiro, os próprios gestores muitas vezes não sabem. Então nós já ouvimos coisas bem complicadas, como vindas, por exemplo, de representantes da SEEDUC, uma vez, *“mas é porque a gente não tem agora como criar uma nova coordenadoria para ser o órgão gestor da política estadual”*. Eu falei, *opa, peraí, peraí, não é isso, o órgão gestor não é uma caixinha nova no organograma das secretarias. A secretaria é o órgão gestor, as duas secretarias são órgãos gestores.*

Então a gente ficava e fica, muitas vezes, mostrando o que é um órgão gestor, *olha só, vocês têm que sentar, discutir, olha, eixos estruturantes, qual é o eixo estruturante? Formação, tá, é formação, então a secretaria de educação vai fazer formação no âmbito*

dela, do sistema de educação, e meio ambiente vai fazer no âmbito dela, secretaria do ambiente. Então, mas o eixo estruturante é formação, capacitação, blá, blá, blá.

Então, assim, é um absurdo a gente ter que explicar para gestores públicos que estão lá, nesse espaço, o que é ser um órgão gestor. E eu sempre falo, quando me convidam lá para falar alguma coisa em algum lugar. Pelas minhas leituras, que a educação ambiental tem essa pegada de, não é de surpresa, é de aperreio mesmo, sabe? Porque toda secretaria ou ministério, na nossa tradição de política governamental, do Estado brasileiro, é um ministério que é o gestor daquela política ou uma secretaria.

Aí faz parceria com quem quiser, faz parcerias, né? Agora, o gestor da política de saúde é o ministério da saúde, é a secretaria de saúde. A educação ambiental é uma política que se diferencia, porque são dois e os dois têm que sentar. Então, isso não está claro. Se não está claro para os gestores, muito da sociedade civil que adentra as CIEAs e adentra o GIEA, é a mesma coisa, não entendem.

Segundo, não entendem essa base, digamos assim, esse arcabouço. Segunda coisa para responder, talvez, eu acho que não estou respondendo, só estou falando, né? A segunda é que a falta de entendimento do que é controle social, tanto para os gestores públicos. Porque a gente já ouviu, a gente já ouviu, inclusive há pouco tempo, inclusive há pouco tempo, em discussão, lá no Lusófono, no encontro Lusófono. Gestores públicos ficarem muito incomodados com a palavra, com a palavra composta, controle social, entendendo o controle social no senso comum do dicionário, *vai controlar o meu trabalho*. Nós já ouvimos na construção, foi assim, exemplar, né? Estávamos numa das oficinas de construção do Programa Municipal de Educação Ambiental, oficinas participativas, e aí uma pessoa que fazia parte da gestão chegou e ficou incomodada e disse: *“mas olha só, isso daí, se esse documento, no final, for diferente do que a gente está fazendo, for muito diferente, o que a gente faz?”* E aí, com muita tranquilidade, nós que estávamos lá à frente, falamos, *olha só, isso aqui é a política de Estado que a gente está construindo. Então, depois, vocês vão ter que alinhar os seus programas de governo com a política de Estado. “Ah, não, não, isso é um absurdo, isso é um absurdo, quer mais legitimidade do que o governador que foi eleito pelo povo? Então, se ele quiser, ele faz tudo diferente dessa política aí”*. Então, falta, sabe, de conhecimento do que é o sistema de participação e controle social que vem da Constituição, ninguém conhece a Constituição.

A minha geração, talvez. Tenho 62 anos, a minha geração, talvez porque nós lutamos pela Constituinte, né? A gente fez pressão política nas ruas para que tivesse uma Constituinte. Então, a gente acompanhou isso, então, a gente conhece a Constituição. A gente sabe, inclusive, que nos anos passados, era a Constituição que estava sendo atacada, como ainda é hoje. Todos os direitos que estão lá, inclusive o direito de participação e controle

social. Então falta esse entendimento, tanto de gestores públicos, quanto às vezes, infelizmente, da sociedade civil. E principalmente os jovens que entram, porque temos que abrir para juventudes, eu acho até agora, um parêntesis, não sei se é para botar aí, mas temos que abrir também para agora para os idosos, e eu estou assim querendo pautar a política para os idosos agora, porque é tanto etarismo. Porque os jovens, essas juventudes, elas têm que efetivamente ter vontade de ter diálogos intergeracionais, para que a gente possa passar isso. Porque no nosso campo, sabe Fabio? No nosso campo, infelizmente, toda essa dimensão de política, de política pública das novas gerações, eu acho que eles não estão estudando isso nas universidades. O que é política, o que está lá escrito na Constituição. Eles vem sem isso. Talvez a minha geração, e logo a geração depois, que tinha tradição de formação política, de cursinhos e tal, a gente tem essa perspectiva. E aí isso resvala nas CIEAs e no GIEA, porque é uma falta total de compreensão do que seja o espaço de controle social. Um poder dominante sabe. Não às vezes os gestores que são colocados ali, mas os que estão acima na hierarquia, sabem. Por isso tentam controlar, por isso tentam definir rumos, porque sabem o que é o espaço de controle social. Mas às vezes aquela pessoa que está lá no dia a dia daquele espaço não sabe.

Fabio:

E além dessa questão de falta de capacitação política dos membros do GIEA, tem alguma outra dificuldade, algum outro ponto, que dificulta o andamento, o funcionamento, do GIEA?

Entrevistada 4:

Então, continuando na mesma vibe aí, na mesma lógica do meu raciocínio, o próprio desconhecimento das políticas públicas estruturantes de educação ambiental. Porque assim, não tem como, você tem que sentar e ler, você tem que estudar. Não tem como, sabe? Eu lembro, só para dar um exemplo, quando a gente, Fabio, só para dar um exemplo, de postura necessária, paralela. Eu lembro que em 2012 a gente fez uma reunião de planejamento estratégico da Rebea, da Rede Brasileira de Educação Ambiental, na Cúpula dos Povos, na nossa tenda que a gente chamou de Cúpula das Águas e Florestas. E aí, nesse planejamento tava: *“a gente tem que adentrar os Comitês de Bacias Hidrográficas, porque eles não têm plano de educação ambiental e eles pegam recursos vultuosos, às vezes, para fazer rodinha em praça”*. Então, foi uma definição estratégica, estruturante. Aí, quando veio isso para o Rio de Janeiro, a rede de educação ambiental: “quem vai?”. Porque não são todos, porque um estava mais focado lá na construção do Fórum Carioca de Direitos Humanos, o outro na Agroecologia, então: “quem vai?”. Eu vou. Então, eu, por exemplo, não fui só eu, mas eu fui uma das pessoas. Mas eu falei: “mas eu não vou agora”.

Eu fiquei um ano estudando, naqueles cursinhos auto-institucionais da Agência Nacional de Águas, o que é um Comitê de Bacia Hidrográfica. Aquilo que você senta, faz aqueles cursinhos oito horas. Eu fiz tudo aquilo, *o que são instrumentos de gestão*. Eu não podia entrar no Comitê de Bacia sem saber isso. Então, assim, como é que as pessoas vão para esse espaço de controle social sem ter feito o trabalho de casa? Porque, olha, não foi nem uma, nem duas, nem três vezes, Fabio. E isso, também, a gente fazendo escuta com os colegas das outras CIEAs, também acontece nas outras CIEAs. Vem uma pessoa, *“olha, gente, isso aqui é a nova representante da Secretaria, tal”*. O que é para o nosso GIEA, seja órgão gestor ou, por exemplo, de outros órgãos governamentais. Aí a pessoa: *“oi, gente, tudo bem? Eu sou fulana. Então, assim, eu estou começando nesse campo da educação ambiental, então eu estou aqui para aprender com vocês”*. Fala sério, mano. Fala sério. Aprender o quê? Você tem que sentar. Você tem que ler as políticas. Antes, gente, você aceitou? Aceitou estar ali? Foi definido no governo que você estaria ali? Você tem que sentar e tem que ler tudo. Não estou falando ler tese de doutorado, não, você tem que ler pelo menos as políticas públicas. Tem que estar escrito o processo de construção dessas políticas, porque também tem isso. Se você pega, você vai, *“qual é a última versão do ProNEA, do Programa Nacional? Ah, tá, que legal”*. Que legal não, você tem que saber que aquilo que está ali, essa terceira versão, ela foi processo, ela foi produto, pelo menos o seu plano de ação. O plano de ação foi produto de um processo participativo de revisão de dois anos que culminou naquilo ali e que foi apresentado a todo mundo no 9º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Você tem que saber isso. Então, aquela versão tem especificidades da primeira e da segunda que são importantes. Você tem que saber isso, você tem que estudar o que é uma CIEA.

E tem onde você estudar. Tem cartilha do próprio órgão gestor da política nacional, de anos atrás, mas que ainda está super atualizado. Você tem o webinar, por exemplo, da REAPOP, que você é facilitador. Então tem o webinar sobre a construção da CIEAs, as pessoas chave no processo de fortalecimento da CIEAs. Então você senta e vai ver o webinar, você pergunta, né, então assim, não dá.

Então, uma segunda resposta, um segundo elemento para essa tua pergunta, é a incapacidade, pela não formação política, das pessoas entenderem o que é uma discussão política no espaço de controle social. Está todo mundo muito melindrado, sabe, todo mundo parece assim o alecrim dourado, sabe? Há pouco tempo a gente estava em outro espaço de controle social, e que a gente não estava falando alto nem de forma agressiva. Mas a gente estava falando, alguns de nós, de forma assertiva, para umas jovens que estavam recebendo recurso público para realizar algumas atividades, e a gente não tinha encontrado informações sobre estas atividades: quando, onde, por quê... E aí a gente foi procurar

saber, fomos indagar, nossa! Isso chegou lá no ministério afim desta atividade, como estávamos oprimindo as jovens. Essas pessoas mais velhas estavam oprimindo. A gente não gritou, a gente não xingou, a gente só foi de uma forma muito assertiva: *“olha só, a gente precisa saber o que vocês fizeram em quatro meses de trabalho. Porque vocês receberam recursos públicos para isso, a gente precisa saber. Vocês podem nos relatar? nos entregar um relatório para a gente ler?”*. Nossa, isso chegou na chefia hierárquica, como estávamos oprimindo. A gente faz uma discussão, às vezes, nesses espaços de controle social, inclusive o GIEA, em que a gente: *“olha só, você está em uma função pública, representando uma secretaria, nós queremos que você nos traga estas e estas informações”*. Aí a pessoa: *“gente, eu vou sair porque eu estou sendo, sabe, atacada pessoalmente”*. Gente! Então aquela formação política que eu estava falando, incide também nisso. Sabe?

E olha que às vezes não é proposital, não é um teatro, não é um teatro que a pessoa faz. Às vezes não é não. É porque a pessoa realmente se sente incomodada, se você não falar manso, sabe, se você não falar baixo, porque ser assertivo hoje, parece que você está atacando a pessoa. Então é uma falta total de formação política, as pessoas não entendem que aquilo é uma demanda. E aí eu falando do meu lugar, da sociedade civil para o poder público, que não tem nada de pessoal. E aí um parêntese, sabe, Fabio? É muito engraçado que depois, quando acaba a reunião, quando a gente vai conversar com alguém que está em uma função pública. Depois da reunião e que a gente está lá rindo, conversando, às vezes o mundo não entende: *“como assim? Vocês estavam agora discutindo”*. Sim, porque ali era o momento de a sociedade civil colocar o poder público na parede. Mas não somos inimigos políticos, somos adversários políticos. E agora estamos construindo possíveis diálogos futuros. Então, não sei, acho que respondi, mais ou menos, né?

Fabio:

Sim, acho que sim. Agora, pode ser uma resposta bem breve, só para a gente entender, assim. Com que frequência o GIEA tem se reunido e como são essas reuniões?

Entrevistada 4:

Pouco, tá? A gente começou nessa nova reconfiguração, que, na verdade, no tempo histórico, deste órgão gestor, e principalmente a partir do protagonismo da SEAS, eu vislumbro, a partir de alguns anos atrás, eu vislumbro três momentos.

Então, teve um momento em que foi de construção de confiança política, confiança política mútua, de tentativa de resgate da nossa própria história, né? Documentos sumiram. Foi a sociedade civil que, inclusive, deu vários documentos. Mas lá, infelizmente, na secretaria. E

aí depois teve um momento de pujança em que a gente fazia muita reunião. Muita reunião, inclusive *online*. A pandemia não parou esse processo de reunião, as reuniões eram *online*. Foi de pujança, de construir ações compartilhadas, e aí depois caiu, né? Caiu, pouquíssimas, pouquíssimas reuniões. Conseguimos ainda fazer essa ação que era muito demandada por nós, que é a Conferência Estadual de Educação Ambiental, e depois piorou. A gente está, assim, a gente está há muito tempo sem reunião, mas por conta do órgão gestor não estar funcionando como órgão gestor no GIEA. Por conta da secretaria de educação, que não (inaudível) uma estrutura dentro, né, da secretaria, uma estrutura robusta de educação ambiental. E a fragilidade se mostrou, foi de lá pra cá e de cá pra lá, né, com a Conferência Infanto Juvenil de Meio Ambiente. Isso trouxe, assim, conflitos muito grandes, e o GIEA, infelizmente, não fez o seu papel, né, de pressão política robusta com relação a essa realidade. Então, o poder que o GIEA tinha de pegar a pulso, né, essa conferência foi deslocado, né, para uma comissão organizadora estadual, que sempre existe, mas uma comissão organizadora estadual desacoplada do GIEA, tá? E aí essa comissão, ela, enfim, ela fez algumas ações para que desse conta da conferência estadual, mas o GIEA não acompanhou enquanto GIEA. Não é algumas pessoas que estavam no GIEA, também estavam na COE. Não, isso é irrelevante, no sentido de não é necessário. Em outras CIEAs, não estão lá na COE, mas a CIEA, ela tem que acompanhar. Ela tinha que acompanhar e monitorar todas as ações da COE, da Conferência Infanto Juvenil. Isso não aconteceu.

Eu espero que agora a gente tenha, a partir da próxima reunião, que a gente está demandando há muito tempo, que a gente faça realmente uma avaliação sobre tudo isso e aí assim a gente consiga fazer reuniões realmente mais permanentes. E como são essas reuniões? Novamente, sabe, Fabio? A falta de formação política do que é espaço de controle social, o que é uma CIEA. A falta da maioria das pessoas que estão lá de não entenderem o que é esse espaço. A fragilidade no conhecimento das políticas públicas, estruturantes e do processo histórico de construção dessas políticas no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, dificulta essas reuniões. A gente tem um potencial tão grande que a gente joga para o externo e a gente vê como isso é um potencial que as outras CIEAs veem como sensacional, que é o... meu Deus, esqueci... o ICMS Ecológico.

Depois que o ICMS Ecológico do Rio de Janeiro pautou, começou a pontuar para ter Programa Municipal de Educação Ambiental, houve um reavivamento de *como fazer, tem que fazer, vamos fazer as políticas municipais de educação ambiental*. Isso, quando a gente joga isso numa reunião externa de qualquer âmbito do campo da educação ambiental, não apenas na reunião das CIEAs, isso é visto como um grande... isso é visto como uma ação visionária. Mas a gente não atua muito nisso. Nas nossas reuniões a gente não conversa

sobre isso. Vamos lá ver quem pontuou, quem não pontuou. O GIEA é estadual. Não pode só, apesar de todo esforço muito bom do órgão gestor junto com o INEA fazer isso, não pode ficar só nas orientações e demandas deles. O GIEA, ele tem que acompanhar tudo isso. E a gente não tem acompanhado. Então talvez agora, se a gente tiver um cronograma, para as nossas reuniões, num exemplo só que eu estou te dando, possam ter mais robustez, possam ter mais concretude.

Fabio:

Sim. Bom, para finalizar. Queria entender na sua visão como a oficina de Belo Horizonte influenciou dentro do GIEA. E se você consegue identificar isso com alguns fatos ocorridos.

Entrevistada 4:

Então, acho que eu já falei um pouco sobre isso. Primeiro... Eu vou falar um termo de senso comum. *O santo de casa não faz milagre. Casa de ferreiro, respeito de pau.* Porque a gente falava o tempo inteiro. A gente não está fazendo o papel de um espaço de controle social. É consultivo, tudo bem, mas a gente vai fazendo. Mas isso foi desvelado. Não para nós sociedade civil (inaudível). Mas para os gestores que estavam lá, do órgão gestor. Então, o primeiro ponto positivo, e aí foi positivo porque a representante da SEAS, ela estava aberta, politicamente falando, para fazer uma escuta realmente ativa do que estava sendo colocado. Ter a sensibilidade política de realmente escutar o que estava ali sendo colocado. Então, eu acho que isso deu uma robustez. Deu um fortalecimento nas ações da gestão de educação ambiental na SEAS. Porque já havia uma... Como é que eu vou dizer? Já havia um posicionamento político que também tem a ver com os indivíduos, lógico. Os indivíduos é que fazem também as estruturas. Mas já havia um posicionamento político de quem estava à frente da educação ambiental tanto nas SEAS, quanto também no INEA. Eu gosto sempre de me referenciar ao INEA porque também tem uma influência muito grande nas discussões do GIEA, né? É convidado permanente, inclusive. Então, assim, já havia um posicionamento político bem interessante de entender, de escutar a sociedade civil, de construir ações compartilhadas, convergências possíveis. Não consenso. Consenso eles fazem lá. Quando vem pra dialogar conosco, é convergência possível, né? Esse é o parâmetro político que a gente usa. Então já havia isso. E aí no momento em que a oficina esclareceu, né, em termos teórico-metodológicos, trazendo todo arcabouço conceitual sobre o que é os CIEAs. No momento em que você estava lá como gestora pública, né, como gestores públicos, ouvindo outras CIEAs, e CIEAs mais frágeis que nós, inclusive. Mesmo naquele momento, né, com todos os problemas, que eu tentei falar um pouquinho aqui, porque isso foi positivo. Mas foi negativo para o outro braço do órgão gestor, tá? Pra ser duplo, porque ao visualizar a

mediocridade, não da pessoa, mas do posicionamento da Secretaria de Educação naquele contexto do que é um órgão gestor e aí do que é uma CIEA, houve, na verdade, um retrocesso no sentido de trazer mais muros, que dificultavam o diálogo. Então tem essas duas facetas. A oficina foi importante para dar maior concretude, maior possibilidade de dialogar com a sociedade civil para um dos braços do órgão gestor, né, e para outro foi o contrário. E pra nós, sociedade civil, foi um fortalecimento no sentido de mostrar que os nossos posicionamentos, sempre foram posicionamentos políticos embasados na legislação, embasados nas políticas públicas estruturantes. Não eram achismos políticos, não eram construções retóricas, de sujeitos engajados que estão sempre se colocando como inimigos dos governos. Não, que nossos posicionamentos sempre tiveram base em processos históricos, fortalecimentos das políticas públicas, construção das políticas públicas e no que rege o regimento das CIEAs, né? Então acho que tem isso.

E, em segundo lugar, eu acho que oficinas, como a oficina do MonitoraEA, ela traz uma perspectiva de rasgar os seus limites, sabe? Os seus limites do olhar do seu quadradinho, do seu território, porque você ouve, você ouviu as outras CIEAs. E aí eu estou falando até para nós mesmos, a sociedade civil. Nesse ponto, está todo mundo no mesmo barco, porque você amplia horizontes, você ouviu cientistas, na boa. Você ouviu, você ouviu falas de atores sociais de outras ciências, que não aqueles campos de conhecimento que a gente está mais atrelado, no dia a dia do campo da educação ambiental. Então, oficinas como aquela, eu acho que são oficinas que trazem a potencialidade de reconstrução de um monte de coisa. Mas você tem que estar num posicionamento realmente de se abrir a isso, e aí vai depender. Vai depender das orientações daquela secretaria, das orientações daquela organização que está lá como sociedade civil, da sua formação política. Então vai depender de muita coisa se você realmente vai aproveitar ou não aquilo.

Tomara que nas oficinas, nos cursos, né?, no processo formativo, isso se fortaleça, tenha se fortalecido mais ainda, né. Não sei, vamos ver.

Fabio:

Perfeito.

Entrevistada 4:

Respondi um pouquinho?

Fabio:

Respondeu, respondeu bastante.

8.10 ANEXO 10

Minha travessia pelo campo político

Antes de contar minhas andanças pelo campo político, pretendo trazer um pouco sobre como cheguei ali. As coisas se desdobraram de tal maneira que lembram uma abdução ou uma captura gravitacional, como um corpo celeste que, ao passar por um sistema planetário, é atraído por sua grande estrela central e ali fica a girar ao seu redor.

Eu acabara de me formar em Ciências Ambientais e meu foco se dava no âmbito de metodologias dialógicas para a Educação Ambiental. Com isso fui buscar meu atual orientador, para dar prosseguimento neste campo de estudos, a partir de uma disciplina ministrada por ele. No entanto, ele foi convidado a participar de um projeto de construção de políticas públicas de educação ambiental e estendeu esse convite a mim.

Até aquele momento, eu era apenas um interessado em políticas, muito voltado a conversas em bares, esquinas e outras formas de encontros por onde atravessasse. Posso dizer que eu era um amador na área, que podia dar opiniões sem o menor compromisso com a prática, ou até com dados reais. Entretanto, falava com a autoridade de um especialista. Fazia isso de forma descontraída com amigos ou desconhecidos que tinham o mesmo (des)compromisso com a política que eu. Não desmerecendo esses momentos, que oferecem excelente exercício de retórica, de escuta e de desenvolvimento de idéias. Porém, não nos encontrávamos na construção de políticas, apenas no compartilhamento de idéias e opiniões.

Tendo isso como ponto de partida, posso dizer que me empolguei com a oportunidade de poder conhecer e estudar o campo político, mesmo sem saber o quanto acabaria me envolvendo. De início acreditei que, enquanto pesquisador, estaria distante, apenas como um observador do fazer político, que captura fatos, conteúdos, informações, e os transforma em resultados. Contudo, como disse antes, eu e minha pesquisa fomos abduzidos.

Bem, voltando aos acontecimentos, ao aceitar alterar minha pesquisa para esse projeto, comecei a frequentar as reuniões online, onde colaborávamos na construção das oficinas que seriam ministradas. Confesso que não fui capaz de colaborar muito. Me sentia um incapaz perto de tanta gente com décadas de estrada no campo das políticas públicas de Educação Ambiental, com bagagem teórica e prática, tanto de políticas públicas, como de educação ambiental. Pessoas que carregam a Educação Ambiental ao longo da história política do nosso país. Eu, que pouco havia estudado sobre Educação Ambiental, e nada sobre políticas públicas, buscava compreender sobre o que se tratava, efetivamente, o

projeto, sobre as referências teóricas, e como conduzir minha pesquisa por ali. Digo isso, mas é importante afirmar que todos os envolvidos sempre me trataram com muito respeito, como se eu fosse capaz de realmente colaborar ali. Como eram reuniões online, consegui me manter quase escondido. Acabavam as reuniões, eu ia procurar os referenciais, procurar descobrir quem era quem ali envolvido. Cheguei a comentar com meu orientador, que me aconselhou com algo que tenho levado para a vida: eu poderia contribuir com o que eu tenho, com o que eu sei. Não adianta querer contribuir como os outros, ou idealizar. Eu tinha condições de contribuir com minha bagagem, com minhas percepções e meus saberes. E assim fui deixando de idealizar um eu que eu achava que deveria ser, ou que eu queria ser, e comecei a tentar viver os momentos, efetivamente.

Eis que escrevi meu projeto de mestrado, que foi aprovado, e chegou o momento da primeira oficina, em Belo Horizonte. Seriam 3 dias de oficina, que levariam o dia inteiro. No dia da viagem foi um misto de animação e euforia, por finalmente poder adentrar o campo prático da pesquisa, poder dar materialidade a tudo que eu vinha teorizando, com extremo medo de ter que adentrar o campo da pesquisa, e ter que me colocar, me assumir. Não dava mais para me esconder. Meu corpo estaria ali exposto, vulnerável. Eu teria que interagir ativamente.

Abril de 2024

Cheguei em Belo Horizonte no dia anterior à oficina, às 23:30. Não conhecia a cidade. Ali descobri que a distância do aeroporto até o hostel que eu havia reservado era enorme. Recebi uma ajuda de custos do projeto, porém não dava conta de passagem + hospedagem + alimentação. Desta forma precisava economizar o quanto fosse possível. Buscando informações descobri que existe um ônibus que leva até a rodoviária, e que de lá poderia conseguir um transporte por valor mais acessível. Até que uma senhora, percebendo minhas dúvidas, me chamou e disse que geralmente ela pega um transporte compartilhado. Que ali no aeroporto fazem uma fila, que poderíamos pegar até a rodoviária. Ficamos ali esperando até que mais uma pessoa apareceu e compartilhamos o transporte. Optei por ir direto até o hostel, já que já eram meia-noite e eu não sabia exatamente como era na rodoviária. Pela minha experiência de Rio de Janeiro, rodoviárias podem ser locais não muito receptivos para quem não conhece o local. Ao chegar no hostel, fui alocado em um quarto compartilhado no qual todos já dormiam. Coloquei minha mala no armário e subi na cama, tentando ser o mais discreto possível.

No dia seguinte acordei cedo, antes de todos ali. Mas desta vez tinha luz, pelo menos. Consegui tomar um banho, selecionar uma roupa e arrumar um pouco minhas coisas, para ir ao local da oficina. O combinado era para a equipe do projeto, que me incluía,

chegarmos com uma hora de antecedência, às 8:00. Cheguei na hora e ninguém estava ali ainda. Fiquei aguardando. Recebi a notícia de que a equipe se atrasaria. Logo chegou uma colega do Rio de Janeiro, que eu já conhecera das reuniões online, e um colega do GIEA/RJ. Eles já se conheciam. Eu confundi ele com um membro do projeto e cumprimentei-o como se já nos conhecêssemos. No momento em que percebi que tinha errado, congelei por dentro, mas consegui manter a compostura. Mantive uma conversa, para diluir a ansiedade. Ali fizemos piadas a respeito dos três que haviam chegado no horário serem do Rio de Janeiro, uma cidade notadamente conhecida por cidadãos atrasados. Fala-se muito que se você marcar uma hora com um carioca, chegue pelo menos uma hora depois do marcado.

Quando chegou o horário da oficina, 09:00, uma pessoa, membro da CIEA/MG, apareceu e nos convidou para subir ao salão onde ocorreriam os encontros. Ali pudemos desfrutar de um café da manhã e irmos confraternizando com os outros participantes que fossem chegando. Os colegas do Rio de Janeiro conheciam algumas pessoas que foram chegando. Dessa forma fui me concentrando na comida e no café, puxando um papo sobre isso, perguntando de onde era, tentando interagir. Confesso que foi difícil. Apesar de ser comunicativo, sou uma pessoa tímida, e não estava em um território conhecido. A equipe do projeto começou a chegar mais próximo das 10:00. Fui logo cumprimentar amigas do meu orientador, as quais foram indicadas a mim por ele. Não consegui desenvolver muito, talvez por conta de me sentir inferior.

Iniciando a oficina, tivemos um momento de apresentações das instituições que apoiavam o projeto. Em seguida tivemos um momento de compartilhamento de expectativas dos participantes, onde consegui começar a compreender quem eram os participantes, o que são as CIEAs na prática, como elas estavam organizadas, se estavam. Eu estava ali como pesquisador, então não largava do caderno e caneta. Ao mesmo tempo, também estava como membro da equipe, assim estava designado para elaborar a ata em alguns momentos.

Chegou a hora do almoço. Um momento temido, pois imaginava que os que se conheciam se juntariam, e eu ficaria escanteado. Fui me esgueirando em um bloco onde estavam meus colegas do Rio de Janeiro, com eu havia conseguido desenvolver mais conversas. Eles escolheram um restaurante, de acordo com dicas do participantes locais. Acompanhei este grupo, que contava ainda com outro membro da GIEA/RJ. Neste primeiro dia fui mais um ouvinte do que efetivamente participante das conversas. Contudo percebi que estas conversas *em off* são muito mais esclarecedoras. Com elas comecei a aprender sobre o fazer político do dia-a-dia. Ou como diz uma das colegas da conversa, e hoje minha amiga, do chão. Ela acrescentou que hoje em dia os acadêmicos têm medo de “descer até o

chão” para pesquisar política, pois acabam encontrando coisas e pessoas que não gostariam de encontrar (aqui ela usou um termo para se referir a ela e os colegas de luta política, que não me lembro exatamente qual era. Tentei “traduzir”).

Após o almoço o clima descontraído começou a tomar conta do ambiente. Com um momento de diálogos na programação da oficina, as conversas continuaram. Eu optei por não participar das rodas de conversa. Não sei se foi realmente uma opção científica, para conseguir ver o todo, ou se foi uma escolha de autopreservação. Ao final das rodas de conversa, deveria haver um momento de compartilhamento numa grande roda, no entanto a chegada do café acabou sendo mais atrativo. Os participantes foram se levantando aos poucos e rapidamente já estavam todos na mesa, conversando, já fora da dinâmica. A equipe percebeu e não tentou lutar, e optou por dar este momento de pausa. Ao retornarem, fiquei encantado com a paixão que alguns participantes demonstraram em suas falas. Como se fizessem da Educação Ambiental uma missão de vida. Talvez realmente façam, e por isso é tão contagiante.

Ao final das atividades, houve uma reunião da equipe do projeto, para debater sobre os andamentos das dinâmicas, das percepções. Ali fui me sentindo mais à vontade para colocar alguns pontos de vista que tive. Saímos e fomos jantar juntos. Fui me encantando com os saberes e vivências que ali foram compartilhados. Me dei conta de que mais do que em artigos científicos, ali estava meu referencial teórico. O bate-papo não se alongou tanto, pois estávamos exaustos.

No dia seguinte o clima era menos ansioso e mais de confraternização. As conversas fluem mais naturalmente. Eu ainda não conseguia me enturmar, contudo dialogava sem muita desenvoltura. Esta manhã gerou-me uma apreensão, já que pelo organograma deveríamos entrevistar alguns participantes para a pesquisa do projeto (não a minha pesquisa). Por ser uma entrevista semi-estruturada, poderia ser que eu precisasse desenvolver sobre os assuntos tratados ali. Eu tive medo de não conseguir, ou que percebessem que eu não era tão qualificado quanto outros membros do projeto. Foram duas entrevistas, que consegui conduzir satisfatoriamente, do meu ponto de vista. As perguntas abordaram o conhecimento dos participantes acerca do tema da oficina. Percebi que os poucos conhecimentos que eu julgava ter, não eram tão poucos assim. Pessoas que participavam de CIEAs os possuíam menos do que eu. Ali comecei a perceber que mesmo pessoas da área ambiental, da educação ambiental, não necessariamente são especialistas em mudanças climáticas, capacidade adaptativa, políticas públicas. Cada um possui seus conhecimentos específicos. No almoço, sentamos os ‘cariocas’, e conversamos muito sobre o GIEA/RJ. Ali perguntei como poderia fazer parte do Grupo, mesmo que como ouvinte. Me foi informado que precisaria me candidatar através de alguma instituição a qual tem assento,

por meio de lei estadual. Imaginei que seria interessante para a minha pesquisa, porém entendi que não seria possível no momento.

Ao fim deste dia, os participantes e equipe marcaram um encontro em um restaurante próximo. Pudemos confraternizar e conversar mais descontraidamente. Conversas para além do campo de estudo, ou da política surgiram. Falamos de família, hobbies, entre outras coisas. Foram conversas mais pessoais e descompromissadas. Após sair deste restaurante, eu e meus dois colegas de Rio de Janeiro decidimos esticar as conversas para um bar. Ali usei-os para me aprofundar no campo das políticas públicas de educação ambiental do Rio de Janeiro. Tirei dúvidas e escutei bastante. Compartilhamos experiências e impressões da oficina. Fiz dois amigos que me levaram para dentro do fazer político.

No terceiro dia de oficina o clima era totalmente amigável. A confraternização no restaurante do dia anterior tornou o dia quase como uma celebração. Todos muito animados e com vontade de fazer, de agir. Uma sensação de “vamos mudar nosso país!”. Ao final, muitos abraços, troca de contatos telefônicos, fotos e mais fotos. Eu fui convidado, então, para fazer parte do GIEA/RJ, como convidado. Outra participante, do IBAMA/RJ, também foi convidada. Ambos aceitamos. Me empolguei, já que isso engrandeceria minha pesquisa, e também pela boa vivência que tive com os membros do Grupo. Neste dia tive que sair ‘correndo’, já que meu voo era em horário apertado. Fui embora cheio de sonhos e aprendizados, e com dois novos amigos.

Voltei ao Rio de Janeiro com o mestrado já iniciado. Perdi a primeira semana de aulas, pois estava na oficina. Esta experiência me colocou diretamente em contato com meu campo de pesquisa, e me trouxe muita energia, além de dúvidas. A pesquisa passou a ter ‘vida própria’. A campo foi abrindo os caminhos. A política foi abduzindo a pesquisa.

Junho de 2024

Os contatos com meus novos amigos esfriaram. Cada um foi seguindo sua vida, até que recebi o convite para o evento de posse do GIEA/RJ. Me senti lisonjeado com esta nomeação, ainda que como convidado. Estaria fazendo parte de um colegiado, com membros de redes de Educação Ambiental, com Órgãos públicos, outros acadêmicos. E ainda estaria levando o nome da UNIRIO e do LAPEAr comigo.

Durante a cerimônia fui apresentado aos outros membros como de grande importância. Isso acariciou meu ego, entretanto ainda não entendia a verdadeira importância que eu teria ali no Grupo. Foi um momento de descontração, muito bate-papo. Eu ainda me sentia deslocado, sem compreender como funcionaria o colegiado.

Após o evento, saí com meus amigos, que conhecera na oficina de Belo Horizonte. Todos íamos em direção ao Terminal Gentileza. Colocamos o papo em dia, e foram me contando suas expectativas a respeito dessa nova fase do GIEA/RJ, com as novas nomeações. Minha amiga falou que minha presença ali poderia estimular maior ação do colegiado, com pessoas querendo 'mostrar serviço'. Eu ainda não entendia exatamente como poderia contribuir em um colegiado sendo apenas membro convidado. Acreditava que haveriam deliberações, que eu não poderia ter muita voz, não teria direito a voto.

Setembro de 2024

Como parte das atividades à distância da oficina, os membros do GIEA/RJ haviam colocado em seu plano de trabalho a realização de uma oficina de capacitação para seus membros que não participaram em Belo Horizonte. Ficou definido para Setembro de 2024, e eu fui incumbido da tarefa de ministrar esta capacitação. Mais uma vez o medo apareceu. Ali haveriam membros da Fiocruz, da UFRRJ e de outras instituições. Pessoas que eu não conhecia e não sabia o nível de conhecimento que tinham. Sentia que poderiam desmascarar o impostor que eu era (sim, tenho passado pela síndrome do impostor por boa parte desta minha travessia política-acadêmica). Fiz então o que estava ao meu alcance, estudei, estudei e estudei. É impressionante como estes eventos me obrigaram a me aprofundar, evitando a dispersão frente à imensidão de assuntos e conteúdos que se abriam à minha frente conforme eu caminhava.

Solicitei uma reunião com as principais lideranças do GIEA/RJ uma semana antes da capacitação, para apresentar uma espécie de roteiro com os tópicos que havia programado, e se eles percebiam a falta de algo que seria de suma importância. Meu roteiro consistia na apresentação do projeto MonitoraEA-CIEA, na apresentação do que é uma CIEA, em seguida uma breve contextualização de políticas públicas participativas. Depois passaria pela parte mais técnica da oficina, apresentando as mudanças climáticas e o conceito de capacidade adaptativa. Por fim, adentraria na parte de políticas de educação ambiental e monitoramento e avaliação destas políticas. Por fim haveria um momento experimental de criação de indicadores de políticas públicas. Eles gostaram deste roteiro, porém pediram para dar um enfoque na parte de formação política, explicando o que é uma CIEA, qual a razão de existir dos colegiados. Assim o fiz.

Um dia antes da capacitação tivemos um momento de atrito dentro do Grupo. Como parte da construção da Conferência Nacional Infância Juvenil de Meio Ambiente, cada estado nomearia 3 pessoas para um encontro em Brasília. Dentro do GIEA/RJ foi acordado os três membros que ali estariam. Uma semana depois uma Secretaria descumpriu o acordo, nomeando dois membros desta mesma Secretaria. O membro anteriormente indicado, com

apoio da sociedade civil organizada revoltou-se, com razão, e decidiu lutar para que o que fora acordado fosse cumprido.

No dia da capacitação este membro informou que não estaria presente, pois estava a caminho do Ministério Público para abrir uma reclamação, e que daria uma entrevista à uma emissora de TV. A representante da Secretaria em questão esteve presente na capacitação, contudo não estava focada, e a todo momento saía para falar ao telefone. Houve um momento de tensão no ar, mas ninguém ali comentava abertamente sobre o assunto. Em meio a isso, ministrei a capacitação, que tinha em seu roteiro um momento para explicar sobre política deliberativa e participação social. Foi didático para compreender o ocorrido.

A oficina foi um momento interessante para mim, já que senti que poderia contribuir no Grupo com meu conhecimento, minha vivência no projeto. Também percebi que as pessoas presentes no GIEA/RJ tinham pouco conhecimento sobre mudanças climáticas e políticas de educação ambiental. Outro ponto que foi se esclarecendo para mim foi a dificuldade em contar com todos os membros nos encontros. Foi uma capacitação que durou o dia todo, e até tivemos um bom quórum. Porém começou atrasado e tivemos que terminar mais cedo, devido à compromissos e distâncias a serem percorridas.

Um ponto que me gerou desconforto e não soube exatamente contornar foi a presença de uma participante muito participativa. Como estudei diálogo e metodologias dialógicas, entendo que é importante abrir espaço de fala a quem quer falar. É importante que as pessoas se sintam confortáveis de compartilhar seus saberes, suas vivências, suas ideias. Mas esta participante sempre levava as conversas e discussões para fora do tema central, para fora da proposta. Era muito egocêntrico seus discursos, em torno do que ela trabalha e estuda, do que ela queria que fosse feito. Mais a frente fui percebendo que ela fazia isso em todas as reuniões, o que dificultava o andamento do coletivo. Muitas vezes outros membros acabavam por cortar ela, já que existem assuntos a serem resolvidos. Uma pessoa me disse que isso é intencional, para evitar a participação social nas políticas públicas, já que as reuniões não tinham andamento. Eu ainda acredito que se trata apenas de uma pessoa egocêntrica, que não conseguia entrar no tema central, e acabava levando a reunião para temas onde ela se sentia mais confortável.

Novembro de 2024

Em 13 de Novembro de 2024 foi realizada a I Conferência Estadual de Educação Ambiental, promovida pela SEAS/RJ. O processo foi bem corrido, sem participação do GIEA/RJ na construção. Entretanto fomos todos 'convidados de honra', inclusive com vários membros participando das mesas de debate.

A divulgação desta Conferência foi confusa. Primeiramente coletivos poderiam se inscrever para receber maiores informações quando estivéssemos em data mais próxima. O local seria no centro da cidade. Faltando menos de um mês foi anunciado que ocorreria em outro local, na Lagoa, e que não tinha mais vagas. Isso gerou dúvidas se era necessária inscrição, já que não havia tido período de inscrição propriamente dito. Depois tomei conhecimento que a troca de local diminuiu o espaço para público. Acredito que por isso deixaram essa confusão, para que menos pessoas comparecessem. Ainda assim o local estava cheio de pessoas de várias cidades do estado.

No dia do evento, cheguei pontualmente e, como de costume, ainda estavam arrumando o local. É impressionante como é difícil haver pontualidade. Fiquei ali sem conhecer ninguém, aproveitando o café da manhã oferecido. O evento começou devagar e, como de costume, com palavras institucionais. Nas mesas de debate as discussões foram rasas. Com tema de mudanças climáticas, pouco adentrou-se nos temas políticos, em modelos de produção e consumo, em termos como racismo ambiental, justiça climática.

Após as mesas de debate tivemos o almoço, ali no local mesmo. Isso favoreceu os bate-papos. Após o almoço a SEAS/RJ apresentou alguns projetos de educação ambiental dos quais ela promove. Ainda fomos convidados, membros do GIEA/RJ, para um momento de homenagem e fotos em cima do palco. O evento como um todo pareceu mais um momento de auto promoção da SEAS/RJ do que um evento onde educadores ambientais pudessem dialogar, propor, trocar e compartilhar idéias, saberes e vivências.

Ao fim, saímos para um bar para, enfim, podermos dialogar, compartilhar sentimentos sobre o que acontecera ali. Nestes momentos temos conseguido dialogar bastante, e acredito que isso nos mantém mais ativos dentro do GIEA/RJ.

Dezembro de 2024

No fim de 2024 o Governo Nacional iniciou a jornada da Conferência Nacional de Meio Ambiente. Primeiramente houve as Conferências Municipais, que definiriam os delegados para as Conferências Estaduais. Estas definiriam os delegados para a Conferência Nacional. O mesmo foi ocorrendo com as propostas eleitas em cada uma.

Para minha surpresa, fui convidado para palestrar na Conferência Municipal de Casimiro de Abreu, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro. Dentro dos cinco eixos postos pelo Governo Nacional, eu palestrei no eixo 5, Educação Ambiental e Governança. Perguntei, por curiosidade, quem me indicou, e me responderam que foi a SEAS/RJ. Depois descobri que meu nome estava em uma lista oficial de indicados do estado do Rio de Janeiro.

Dessa vez fui mais tranquilo, já que a palestra passaria pelos mesmos temas da capacitação que havia feito no GIEA/RJ. No evento fui recebido com muita gratidão dos envolvidos. Destaque para a presença de turmas de escolas públicas. Ali pude assistir palestras dos outros quatro eixos, com membros ou ex-membros das secretarias do município local. Foram palestras bem direcionadas para a realidade municipal. Antes da minha palestra tivemos o horário do almoço. Os presentes fomos todos a um restaurante próximo. Ali pude conversar sobre como têm sido realizadas as políticas ambientais, algumas dificuldades. Alguns membros da sociedade civil são muito engajados ali.

Na volta do almoço, os alunos já não estavam presentes. O público estava um pouco mais esvaziado. Como o cronograma atrasou, terminei minha palestra e precisei ir embora, sem conseguir acompanhar um pouco dos debates. Foi uma experiência pouco dialógica para mim.

Março de 2025

Em Março foi a vez da etapa estadual da Conferência de Meio Ambiente. EU não consegui participar da etapa municipal onde moro, Macaé, já que ocorreu no mesmo dia da conferência de Casimiro de Abreu, na qual palestrei. Assim, não consegui ser eleito delegado para participar dessa etapa estadual. Porém, pouco antes fomos informados que o GIEA/RJ teria direito a nomear dois delegados, um da sociedade civil e um do setor privado. As representantes da SEAS/RJ e da SEEDUC/RJ já iriam como setor público. Eu, como membro convidado, a princípio, me coloquei de fora. Os dois membros da sociedade civil, titular e suplente foram eleitos, já o setor do setor privado não houve candidatos. Com isso, me ofereci para ocupar a vaga, o que foi prontamente aceito pelos presentes na reunião. Seriam três dias seguidos, com palestras e muito debate.

O local escolhido era de uma instituição de caráter militar, o que já, em si, me gerou estranhamento. A localização também não era boa, sem muitas opções de transporte. Apesar de ser no centro da cidade, metrô e ônibus ficam a uma certa distância a pé. Outro ponto polêmico foi a presença de pássaros em gaiolas no quintal do local.

Chegando lá, como de costume, houve atrasos consideráveis. Porém o clima era de muita confraternização. Foi legal ver pessoas se encontrando, pessoas que têm colaborado na construção de políticas públicas de meio ambiente por muitos anos. Encontrei meus amigos, conhecidos do GIEA/RJ, fui apresentado a outras pessoas. Já percebi o início de campanha para eleição de delegados para a etapa nacional. Acordos sendo costurados, combinações de votos. Neste primeiro momento ainda eram sondagens de quem se candidataria.

Quando enfim fomos permitidos adentrar o salão, nos sentamos para início da cerimônia. Vimos algumas palestras, mas todas do setor público, e principalmente, todos brancos. Assim, quando tivemos um intervalo, tivemos a primeira intervenção do público. Minha amiga perguntou quando seria votada a estrutura dos diálogos e votações. Informaram que já estava decidida, e que iriam informar. Esse foi o primeiro burburinho. Em seguidas outras pessoas pediram a palavra também, e informaram que abririam um momento para falas. Quando abriram esse momento, foi criticado que só haviam palestrantes do setor público e brancos. Que os negros não estavam se sentindo representados, que a sociedade civil e as pessoas que vivem os problemas, do chão, precisariam estar ali também para compartilhar suas vivências, suas necessidades. Foi, então, aberto um momento onde algumas pessoas poderiam subir para falar. Colegas subiram e reclamaram bastante da falta de representatividade. Para mim, algo que ficou martelando na cabeça foram diversas falas dizendo que a conferência é um momento de convergir, que devemos deixar as divergências de lado. Como foi dito isso mais de uma vez, foi me deixando com uma pulga atrás da orelha. Porque as pessoas têm tanto medo de divergências? Não seria ali um momento de divergir? Em momentos de diálogo não é importante colocar as divergências na mesa e, a partir daí, buscar possíveis convergências? Enfim, assim terminou o primeiro dia.

No segundo dia contamos com mais atrasos, o que abriu espaço para muito bate-papo no jardim, pessoas pedindo voto para delegado, etc. Quando iniciamos os trabalhos, cada um se dirigiu ao seu grupo temático. No meu, educação ambiental e governança tivemos boas discussões. A metodologia proposta era de que lêssemos as propostas vindas das etapas municipais, ajustássemos o texto, sem alterar idéias, votássemos nas propostas, sem alterações textuais, e depois ajustaremos o texto novamente, para, enfim, levar à votação geral no último dia. Ali discordamos da metodologia proposta, já que os nosso voto dependia da alteração textual. Não podemos votar em algo que pode se modificar depois. Quando se trata de leis e políticas, todas palavras importam. Discutimos muito com a equipe facilitadora, explicamos nosso ponto de vista. Entretanto, só conseguimos realmente alterar a metodologia quando ameaçamos um motim. ficou definido que os grupos deveriam propor as alterações textuais e a votação no grupo temático, para enviar as propostas para o grupo geral, já seria feita com as alterações propostas.

Quando saímos para o almoço, percebemos que a conferência não proveria nada, e a opção próxima era dentro do local, com valores altos. Em grupo grande decidimos sair e buscar algum local com preços mais populares. Ficava há uma distância de 20 minutos a pé. Acabamos nos atrasando um pouco, porém foi necessário. Nesse almoço criamos laços

que levamos ao longo de todo o restante da conferência, buscando incidir com assertividade.

Após o almoço, conseguimos levar para a votação geral quase todas as nossas propostas de alteração textual, já que havíamos acordado votar pelo o que trabalhamos. Entre os participantes as discussões foram muito harmônicas. As divergências eram com a equipe facilitadora. Nosso grupo também começou a combinar troca de votos para delegados entre si. Assim acabou o dia.

No último dia seria o momento das votações. Primeiramente votamos nas propostas a serem levadas para a etapa nacional. Todos deveriam votar em todas as temáticas. Foi um momento demorado, já que todas as propostas deveriam ser lidas, e eram 10 propostas por tema. Levamos a manhã inteira. Combinamos de, no nosso tema, votarmos igual, para tentar levar as propostas que julgamos e consensuamos como as melhores. Não conseguimos todas, mas algumas. Após o almoço iniciou-se a votação dos delegados. Primeiro com o setor público, depois com o setor privado e, por fim, com a sociedade civil.

Neste momento os nervos começaram a aflorar. Contestações começaram a ser feitas. Primeiramente, o número de delegados eleitos era proporcional ao número de participantes. Porém, tivemos menos participantes do que o número máximo. Com isso teríamos menos delegados eleitos. Tudo isso por determinação do MMA, no regramento das conferências. Tentamos argumentar que o governo estadual não buscou incentivar a participação efetiva. Mesmo com a negativa do MMA, os participantes insistiram que a prerrogativa de definir regramento de conferência é da própria conferência. Assim votamos para manter o número máximo de delegados. Outro ponto de muita discussão era a respeito dos participantes online. Alguns não queriam que tivessem direito a se candidatar. Foi feita uma votação ali e definiu-se que não poderiam, em definição que contrariava a determinação inicial da conferência. Minha amiga me disse que isso aconteceu, pois no primeiro dia deveria ter sido votado todo o regramento da conferência, e não ter sido informado um regramento pré-definido.

Outras questões de problemas nos cadastros tumultuaram a votação. Por fim, com muito atraso, terminados os trâmites, tivemos comemorações dos eleitos, confraternização e troca de contatos. Por conta do cansaço saí rápido, sem trocar muitas impressões.

Abril de 2025

Em Abril vivi o primeiro conflito mais explícito dentro do GIEA/RJ. Desde o fim de 2024 a sociedade civil vinha questionando a SEEDUC/RJ a respeito dos trâmites para a Conferência Infância Juvenil de Meio Ambiente. As respostas eram dadas explicando que estavam articulando os detalhes, aguardando o parecer do governador. Foi então que, em

Março, a representante da Secretaria de Educação solicitou uma reunião com a pauta da conferência. Todos entendemos que teríamos novidades, e que poderíamos iniciar a organização da mesma.

Quando iniciou-se a reunião, a representante da SEEDUC/RJ já informou que ainda não havia uma resposta do governador, através da Secretaria de Estado da Casa Civil. Uma das representantes da sociedade civil disse que estava se sentindo desrespeitada pelo governo e se retirou da reunião. Eu me mantive ali escutando. Foi dito que estavam buscando locais para abrigar a conferência. Também não haveria tempo hábil para a escolha dos delegados, vindos das escolas. Pensou-se em a própria SEEDUC/RJ escolher, o que foi prontamente rebatido pelo Coletivo Jovem, já que o princípio é que jovem escolhe jovem. Isso feriria o preceito democrático da conferência. Começaram, então a buscar formas de conseguir fazer tudo a tempo.

Chegou um ponto, já no fim da reunião, que eu decidi pedir a fala. Coloquei que nada do que se estava sendo debatido ali fazia sentido. Discutir a produção de uma conferência que nem sabíamos se ocorreria de fato? Deveríamos estar discutindo como pressionar o governo para assinar o decreto que autorizaria a SEEDUC/RJ a promover a conferência. Os prazos já estavam extrapolados, mesmo após o Governo Federal ter ampliado-os. Falei ainda que a SEEDUC/RJ estava ali apenas lavando as mãos, afirmando que fez o possível, e que o problema era o governo. Só que, na verdade, a SEEDUC/RJ é o governo. Não adianta estar com a secretaria reclamando do governo. Deveríamos estar ali cobrando a representante da secretaria. Rapidamente saíram em defesa da representante da SEEDUC/RJ, dizendo que ela fazia um excelente trabalho, porém estava de mãos atadas. Ela própria falou que estava ali para pedir ajuda.

Assim que terminou a reunião, entrei em contato com meus colegas de sociedade civil organizada para pensarmos em estratégias para cobrar o governo. Rapidamente foi marcada uma reunião para o dia seguinte. Na reunião eu coloquei o que eu havia presenciado na reunião, outros colegas colocaram que estavam cobrando a SEEDUC/RJ desde o ano anterior. Definimos que escreveríamos uma carta cobrando que o decreto da conferência fosse assinado com caráter de urgência e, caso não fosse assinado, que a sociedade civil fosse nomeada como entidade organizadora. A carta foi direcionada para a SEEDUC/RJ, para o Governo do Estado e para o MEC.

Poucos dias depois o decreto da conferência foi assinado. Algumas semanas depois soube, por uma amiga, que chegou ao MEC que a sociedade civil do Rio de Janeiro estava agindo de forma agressiva e que isso seria um dos motivos do atraso na conferência. Meu nome foi citado como uma das pessoas que teria agido desrespeitosamente. Eu entendo que não desrespeitei ninguém pessoalmente, porém cobre o governo através de seus

representantes presentes no colegiado. Algumas semanas depois da conferência a representante da SEEDUC/RJ no GIEA/RJ retirou-se do colegiado, dando vaga a outro representante. Acredito que os ocorridos tenham sido gatilho para essa decisão. Enviei uma mensagem a ela tentando esclarecer que minhas cobranças e questionamentos não eram para a pessoa física, e sim à representante da SEEDUC/RJ. Que como pessoa não tenho problemas com ela, mas que, naquele momento, entendi que precisava ser contundente com o órgão o qual ela representava.

Após isso, fui convidado a fazer parte da Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas, a REAPOP, como facilitador. Ali foi solicitado que alguém assumisse a vaga da Rede no Fórum Brasileiro para Mudanças Climáticas, na Câmara Nacional Temática de Educação Ambiental Climática. prontamente me candidatei, já que é a área a qual tenho estudado e trabalhado. Meu nome foi aprovado. Participei de algumas reuniões, onde estamos elaborando um plano de trabalho para os próximos anos. Tenho conseguido contribuir ativamente. Essas vivências de conferências e no GIEA/RJ têm me passado confiança e vivência de diálogo. As portas foram se abrindo para mim de forma natural, a ponto de eu precisar começar a frear um pouco, participar menos, para poder me dedicar ao mestrado e outros trabalhos.